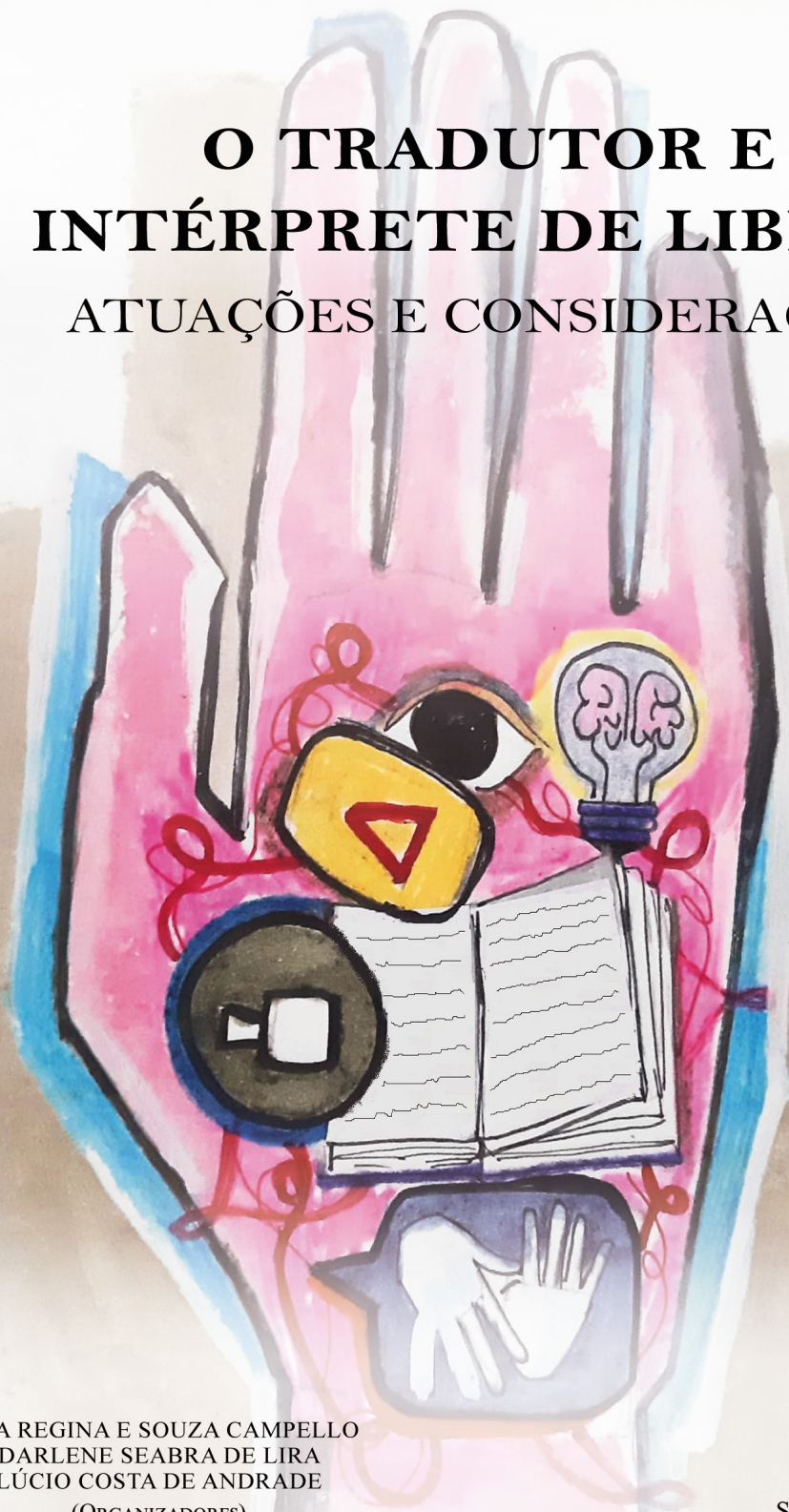


# O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS: ATUAÇÕES E CONSIDERAÇÕES



ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO  
DARLENE SEABRA DE LIRA  
LÚCIO COSTA DE ANDRADE  
(ORGANIZADORES)

  
EDITORA  
SCHREIBEN

ANA REGINA E SOUZA CAMPELLO  
DARLENE SEABRA DE LIRA  
LÚCIO COSTA DE ANDRADE  
(ORGANIZADORES)

**O TRADUTOR E  
INTÉRPRETE DE LIBRAS:  
ATUAÇÕES E CONSIDERAÇÕES**

  
EDITORA  
SCHREIBEN  
2022

© Dos organizadores - 2022  
Editoração e capa: Schreiben  
Imagem da capa: Kilma Coutinho  
Revisão: os autores

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)  
Dr. Airton Spies (EPAGRI)  
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)  
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)  
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)  
Dr. Enio Luiz Spaniol (UDESC)  
Dr. Glen Goodman (Arizona State University)  
Dr. Guido Lenz (UFRGS)  
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)  
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)  
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)  
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)  
Dra. Marciane Kessler (UFPEl)  
Dr. Odair Neitzel (UFFS)  
Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

*Esta obra é uma produção independente dos organizadores.  
A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como  
da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva  
responsabilidade do(s) autor(es).*

Editora Schreiben  
Linha Cordilheira - SC-163  
89896-000 Itapiranga/SC  
Tel: (49) 3678 7254  
editoraschreiben@gmail.com  
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T763 O tradutor e intérprete de Libras : atuações e considerações. / Organiza-  
dores: Ana Regina de Souza Campello, Darlene Seabra de Lira, Lúcio  
Costa de Andrade. – Itapiranga : Schreiben, 2022.  
202 p. : il. ; e-book

E-book no formato PDF.  
EISBN: 978-65-89963-51-6  
DOI: 10.29327/557945

1. Língua de sinais. 2. Língua Brasileira de Sinais – tradução e interpre-  
tação. 3. Interprete para surdos. I. Título. II. Campello, Ana Regina de  
Souza. III. Lira, Darlene Seabra de. IV. Andrade, Lúcio Costa de.

CDU 376

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5
<i>Sônia Marta de Oliveira</i>	
<b>Capítulo 1</b>	
A NECESSIDADE DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NOS HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE PARA QUALIFICAR O ATENDIMENTO AO SURDO.....	6
<i>Liane Falcão Freire Pavão</i>	
<b>Capítulo 2</b>	
OS ELEMENTOS DO TRABALHO INTERPRETATIVO E TRADUTÓRIO DO INTÉRPRETE SURDO NA PANDEMIA COVID-19 NOS AUDIOVISUAIS TELEVISIVOS E VIRTUAIS.....	24
<i>Ana Regina e Souza Campello</i> <i>Ricardo Boaretto de Siqueira</i>	
<b>Capítulo 3</b>	
TINHA UM VÍRUS NO MEIO DO CAMINHO: EXPERIÊNCIAS DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS NA PANDEMIA.....	39
<i>Jael Engrácia da Silva</i> <i>Roberta P. de A. Gonçalves</i> <i>Yone Regina de Oliveira Silva</i>	
<b>Capítulo 4</b>	
INTÉRPRETES DE LIBRAS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO E OS DESAFIOS QUE PERMEIAM SUA ATUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ.....	56
<i>Jayne Rocha Caldeira</i> <i>Darlene Seabra de Lira</i>	
<b>Capítulo 5</b>	
AS CONTRIBUIÇÕES DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DA LIBRAS COMO L1: UM ESTUDO DE CASO.....	79
<i>Adriana Patrícia da Silva</i> <i>Prisciana Renata Galvão da Silva</i>	
<b>Capítulo 6</b>	
PRÁTICAS E DESAFIOS DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS DE TRADUÇÃO/ INTERPRETAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.....	91
<i>José Roniero Diodato</i> <i>Bárbara Cristina Amaral Alves de Santana</i>	

*Daniella da Silva Pinheiro*  
*Raquel Silva dos Santos*

### **Capítulo 7**

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL  
DO TRADUTOR/INTÉRPRETE PARA ATINGIR A EXCELÊNCIA  
NO TRABALHO PRESTADO AO SURDO.....109

*Idalina Gonçalves Magalhães*  
*David Kaique Rodrigues dos Santos*

### **Capítulo 8**

QUESTÃO DE COGNIÇÃO, COMPREENSÃO E ENTENDIMENTO  
DAS PESSOAS SURDAS NA JUSTIÇA.....127

*Ana Regina e Souza Campello*  
*Adriana Venancio*

### **Capítulo 9**

A DIFICULDADE DA INTERPRETAÇÃO DA MÚSICA  
PARA O SURDO.....137

*Leidlane Cristina da Silva Marques*  
*Maria Fernanda da Silva*  
*Darlene Seabra de Lira*

### **Capítulo 10**

TRADUÇÃO DE MÚSICA PARA A LIBRAS:  
QUAIS OS SENTIDOS?.....162

*Francivalda Freitas Ramos*  
*Thaisy Bentes*  
*Adriana Helena de Oliveira Albano*  
*Darlene Seabra de Lira*

### **Capítulo 11**

O PROCESSO DE TRADUÇÃO AUDIOVISUAL DA LÍNGUA DE  
SINAIS (TALS) COM O USO DE TÉCNICAS: GLOSINAIS (OU  
MÉTODO DE ESPELHAMENTO E REINTERPRETAÇÃO DA  
LÍNGUA DE SINAIS).....176

*Alessandro Augusto de Souza Vasconcelos*  
*Ana Regina Campello*

### **Capítulo 12**

DOCUMENTÁRIO BILÍNGUE - EXPERIÊNCIA COLABORATIVA  
DE TRADUÇÃO INTERLINGUAL.....185

*Alcione Costa de Aquino Pinto Cabral*  
*Flávia Roldan Viana*

SOBRE OS ORGANIZADORES.....200

## PREFÁCIO

A tradução e interpretação de língua de sinais de acordo com Perlin (2006), se constitui como campo que abraça princípios que concernem a percepção de sentido linguístico e cultural evidenciado na atividade de traduzir e interpretar. Esta esfera de ação demanda que a cultura dos surdos atravesse a prática tradutória compreendendo o sujeito surdo numa perspectiva socioantropológica e não clínica.

A responsabilidade ética pela escolha da profissão de tradutor e intérprete de língua de sinais suscita procedimentos de assenhoreamento e transformação cultural na direção do outro, o surdo. O descortinar cauteloso para a forma como os surdos se apresentam em suas narrativas e representações culturais levam a compreensão das singularidades culturais surdas. Enquanto tradutores e intérpretes operamos na seara da diferença onde a responsabilidade é de nos ocuparmos de deslocamentos linguísticos e culturais suscetíveis à reestruturação na medida que situações são manifestadas e critérios e princípios se apresentam como recurso possível que leve a um desfecho admissível na relação e/ou interação tradutória.

O livro “O Tradutor e Intérprete de Libras: Atuações e Considerações” é um convite a reflexão sobre experiências tradutórias e interpretativas retratadas em contextos como a saúde, audiovisuais em contexto de pandemia, na esfera da educação básica e ensino superior, no campo jurídico, na interpretação musical, em circunstâncias bilíngues e na formação profissional evidenciando a precisão de estudos continuados em torno do ofício de traduzir e interpretar para uma comunidade constituída visualmente que, por não ouvir, tem leituras e compreensão particulares do mundo.

Esta obra é uma oportunidade de conhecermos as experiências dos nossos colegas de profissão, compreender suas realidades de atuação e refletirmos sobre a nossa prática e nossa relação com os surdos.

*Sônia Marta de Oliveira*

## Capítulo 1

# A NECESSIDADE DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NOS HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE PARA QUALIFICAR O ATENDIMENTO AO SURDO

*Liane Falcão Freire Pavão<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da necessidade de analisar a situação do surdo quando lhe é proposto um serviço de atendimento nas diversas áreas de saúde. Sendo este desrespeitado no seu direito de comunicação já que a sociedade ouvinte faz uso da língua oral, e o surdo faz uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Devido este possuir uma língua diferenciada, fora criada a Lei 10.436/2002, que torna obrigatória a presença, nos hospitais e unidades de saúde, de um Intérprete de Libras, quando não houver um profissional de saúde capacitado para recebê-lo.

Com a oficialização desta lei, surge a necessidade, de buscar este tradutor/intérprete. Uma vez que, até então, o surdo se valia da companhia de uma pessoa da família, um amigo ou vizinho para acompanhá-lo ao atendimento médico. Fazendo uso de uma gestual e mímica, tornando esta comunicação confusa e constrangedora. E, quando havia o conhecimento básico da Língua de Sinais, não havia uma organização gramatical.

Portanto esse trabalho tem como objetivo geral apontar a necessidade imperativa da presença de intérpretes da Língua de Sinais (LIBRAS), para tentar eliminar ou minimizar possíveis barreiras que existam entre a comunidade surda e o atendimento nas unidades de saúde.

---

1 Pós graduada em Gestão Hospitalar pela Universidade Maurício de Nassau, Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco, Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais pela Escola Estadual Almirante Soares Dutra e Auxiliar de Enfermagem e Instrumentação Cirúrgica pelo Colégio Americano Batista. E-mail: lfalcaofp28@gmail.com.

Diante de todo o complexo que envolve a relação entre paciente surdo e profissional de saúde, constatamos: sendo a comunicação uma ferramenta essencial nos mais variados procedimentos na área de saúde, precisamos de profissionais que interajam com os pacientes surdos. Já que há barreiras de comunicação que surgem entre duas línguas diferentes, a Língua de Sinais e a língua oral, comprometendo a qualidade da assistência oferecida à população surda. Onde podemos citar a Constituição brasileira que nos diz no art. 196 que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

## **DESENVOLVIMENTO**

### ***O tradutor e intérprete de libras, sua formação, atuação e ética profissional, como suporte ao indivíduo surdo.***

O intérprete de LIBRAS terá o seu papel de relevância nas diversas áreas da vida do surdo. Sua postura, sua atuação, seu desprendimento, profissionalismo trarão novos horizontes e oportunidades para a comunidade surda. Será o divisor entre a realidade do mundo ouvinte, e o dinamismo, muitas vezes, totalmente ausente de som, do universo surdo.

Vemos o quanto é importante o papel do intérprete, principalmente nas áreas de educação e saúde. Na busca por melhores condições e qualidade no atendimento, é cada vez maior a busca pelo acompanhamento de um intérprete em Libras, quando das visitas médicas. O surdo reconhece a importância do intérprete, como intermediador, e, o intérprete, se qualifica, se especializa e é consciente da sua atuação, como profissional.

### ***O surdo e a necessidade de companhia para as questões de saúde***

A dificuldade encontrada por um indivíduo surdo em se fazer entender, fez com que ele buscasse ajuda dentro da sua família, amigos e vizinhos, todas as vezes em que ele precisou de atendimento médico, auxílio jurídico, ou, diante de qualquer situação em que houvesse dificuldades na comunicação surdo/ouvinte, seja porque existissem barreiras



linguísticas, seja porque ele não era “levado a sério”.

A Libras, é sua língua natural, onde o surdo se utiliza das suas próprias mãos para se comunicar perfeitamente, no seu meio, no seu mundo, na sua comunidade, junto aos seus pares. Assim, no ano de 2005, o Brasil passa a ter língua oficial para surdos, permitindo que a comunidade surda tenha os seus direitos reconhecidos e desenvolva suas potencialidades, e abrindo melhores horizontes, dentro do seu próprio país.

Devemos levar em conta a qualidade da Libras “falada”, já que para ser realmente intérprete de Língua de Sinais, primeiramente o indivíduo precisa ter total domínio do português e um vocabulário bem diversificado, e, paralelamente, é preciso dominar a gramática da Libras, e, dependendo do campo de atuação, ser um profundo conhecedor do assunto a ser interpretado, de forma a não comprometer o seu entendimento por parte do surdo.

Portanto, é vital para esse bom entendimento que, estando o Surdo necessitando de atendimento médico, ele tenha como acompanhante um intérprete que possa interagir da melhor maneira com os profissionais de saúde, pois, algumas especialidades requerem um melhor conhecimento técnico/específico de determinada patologia. Sobre a Comunicação Chaveiro e Barbosa (2009) descrevem: “Sem dúvida, uma efetiva comunicação com pacientes surdos é primordial na área de saúde, isto porque uma comunicação inadequada pode levar a erros de diagnóstico das doenças e no tratamento.” Esse comentário reforça a teoria, mediante a necessidade de uma melhor comunicação com esse determinado grupo de pacientes para o melhor atendimento.

A inclusão social referente a assistência prestada aos surdos, estabelece-se como fator essencial de qualidade dos serviços realizados, entretanto a falta de comunicação inviabiliza um atendimento humanizado.

Segundo a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), todo intérprete de língua de sinais necessita ter aptidões, com algumas qualificações, que são de ordem gerais, isso inclui treinamento adequado nessa área. Alguns desse requisitos são: “1. ter competência na língua portuguesa e na língua brasileira de sinais; 2. possuir pelo menos o segundo grau completo; 3. ser ouvinte.”

É parte do cotidiano do estudante pedir o esclarecimento de alguma dúvida, tanto usando sua voz ou via voz do intérprete. E este

deve ter sua dúvida sanada por todos os meios necessários. O Código de Ética do Intérprete não permite comentários sobre nenhuma situação em que esteve trabalhando, isto é, sigilo profissional e confidencialidade (EASTON, 2002)

O intérprete de Libras é o profissional que tem competência e proficiência para interpretar da Libras para a Língua Portuguesa, ou vice-versa (de forma simultânea ou consecutiva). A Lei nº 12.319, de 1º/09/2010, passou a regulamentar a profissão do tradutor e intérprete da Libras. A lei aponta que o intérprete é o elo entre os surdos usuários da Libras e os ouvintes, o qual tem como função possibilitar a comunicação entre ambos. Portanto se esse Decreto nº 5.626/2005 fosse de fato seguido à risca era possível ter em todos os órgãos públicos, hospitais e escolas a atuação desse profissional (PARADA, 2010).

É importante ressaltar que à medida que a Língua de Sinais passou a ser divulgada e reconhecida enquanto língua de fato, os surdos então passaram a ter suas garantias de acesso a ela enquanto direito linguístico. Portanto as instituições passaram a serem obrigadas a garantir acessibilidade por meio do profissional intérprete de Língua de Sinais.

### ***Da formação profissional do intérprete e a ética na sua conduta***

Para que este intérprete possa estar devidamente capacitado para atender a esta demanda, surgiram alguns cursos para formação destes profissionais. O Estado de Pernambuco foi o pioneiro no Brasil, na elaboração de um curso técnico, para formação de Tradutores e Intérpretes de Libras.

Com relação ao profissional tradutor e intérprete de Libras, é ainda de maior importância, pois ele estará diante de situações bastante peculiares e de fórum íntimo de uma pessoa que, muitas vezes, não o conheça previamente, e/ou que, possivelmente, jamais verá de novo, considerando que o surdo o contratará para acompanhá-lo a uma consulta médica, que é o nosso objeto de estudo.

### ***A saúde no Brasil e a situação do cidadão surdo diante da realidade brasileira***

Estamos diante de um total descaso com a situação da saúde, no

Brasil. O cidadão brasileiro em geral, seja ele considerado normal ou pessoa com deficiência, não vem tendo acesso à saúde de forma tranquila e natural, submetendo-se a situações desumanas e até humilhantes, para conseguir atendimento médico.

Vários fatores levam a esse quadro, na situação do atendimento da saúde no Brasil: os descasos de liberação de verba, questões políticas e de políticas públicas e, também, o desconhecimento da população quanto aos seus direitos em meio a saúde. Quando falamos então da promoção ao acesso da saúde pelas pessoas com deficiência, também nos deparamos com barreiras diversas, aqui no caso em análise, a pessoa surda, esbarra na falta de formação para comunicação adequada, pelos profissionais da saúde.

### ***O direito à saúde garantido pela Constituição***

De uma maneira geral, o cidadão não conhece a fundo os seus direitos, principalmente no que diz respeito ao direito à saúde. Precisamos tomar conhecimento do que a Constituição brasileira nos esclarece do que o que é dever do Estado. Então, vejamos:

- “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e recuperação”
- São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (médicos e hospitais não públicos).
- As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
  - Atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
  - Descentralização, com direção única, em dada esfera do governo (municipal, estadual ou federal)
  - Participação da comunidade (LACOCCA, 2003, p. 47)

Como pode-se ver, a lei, sempre bem escrita e fundamentada, não é garantia para um atendimento digno para qualquer cidadão. Diante desse quadro de total abandono, o cidadão brasileiro recorre a redes

privadas de saúde, onde também não há uma devida fiscalização dos serviços prestados.

### ***A realidade do atendimento à saúde no Brasil***

A saúde é um direito garantido pela Constituição de 1988, dentre os princípios, a universalidade do acesso. Portanto é um direito de todos, a partir daí se pressupõe que a sua garantia deve ser responsabilidade do Estado que dar a população acesso universal (SOUSA, 2014).

Quando este paciente é um indivíduo surdo, que faz uso da sua língua materna, a língua da sua comunidade, e nem todos os outros cidadãos brasileiros ouvintes conhecem este idioma, passa por situações constrangedoras. É necessário que este cidadão brasileiro tenha oportunidade de ser bem atendido nas clínicas ou hospitais públicos e particulares do país, quando sua necessidade for urgente ou não, modificando este quadro caótico em que se encontra a saúde no Brasil.

O fato é que a ausência dos intérpretes de Libras pode expor pessoas com deficiência auditivas ao constrangimento, assim como fazer com que o médico apresente dificuldade de diagnosticar a enfermidade apresentada pelo paciente, tendo em vista que eles nem sempre conseguem se expressar verbalmente (CAMARADIV, 2012)

### ***O paciente surdo***

Diversos autores ratificam que, para as pessoas com deficiência conquistarem a igualdade concreta, é necessário que o seu desenvolvimento pessoal seja assegurado de tal modo que as leis de fato sejam cumpridas.

Para que possamos entender a realidade da comunidade surda no Brasil, precisamos ter uma ideia de quantos brasileiros fazem parte desta estatística. De acordo o IBGE (2010) apud Adap (2013), temos cerca de 9,7 milhões de brasileiros com deficiência auditiva (DA), o que representa 5,1% da população brasileira. Deste total cerca de 2 milhões possuem a deficiência auditiva severa (1,7 milhões têm grande dificuldade para ouvir e 344,2 mil são surdos), e 7,5 milhões apresentam alguma dificuldade auditiva. No que se refere a idade, cerca de 1 milhão de deficientes

auditivos são crianças e jovens até 19 anos. O censo também revelou que o maior número de deficientes auditivos, cerca de 6,7 milhões, estão concentrados nas áreas urbanas.

Podemos ir mais além. Quando uma pessoa procura uma unidade de saúde, estando ele fragilizado, necessita de um atendimento humanizado. Para tanto, a comunicação precisa fluir naturalmente, desde a recepção até o atendimento final, realizado pelo médico.

Problemas de comunicação interpessoal estão presentes em todo sistema de saúde e tornam-se mais significantes quando englobam barreiras de linguagem e cultura. A comunidade surda, que utiliza a língua de sinais como meio de comunicação, encontra obstáculos no acesso aos serviços do setor de saúde.

A palavra comunicar vem do latim *communicare*, que tem por significado “pôr em comum”. Ela pressupõe entendimento entre as partes envolvidas (Chaveiro, 2009, p. 148).

Sendo o nosso público-alvo o paciente surdo, e, para garantir um atendimento adequado a este paciente, precisamos mostrar que temos respaldo na lei, onde torna-se obrigatório o conhecimento da Libras, pelos profissionais de saúde, ou, quando não, que haja um profissional tradutor/intérprete de Libras, tornando essa interação possível e possibilitando uma comunicação perfeita entre o profissional de saúde e este paciente.

Assim sendo, este paciente sente-se excluído do mundo real, como se este fosse exclusivamente para os ouvintes, fazendo com que haja um grande abismo social, tornando cada vez mais acentuada a exclusão social.

De acordo com Souza; Porrozzi (2009), é importante que os profissionais da saúde, principalmente aqueles estão ligados diretamente a Atenção Básica e da Saúde da Família, sejam capacitados para se comunicarem de forma eficiente com tais pacientes. Isso seria possível através da oferta de cursos de Libras (Língua Brasileira de Sinais) a todos os profissionais de saúde, para que pelo menos esses profissionais tenham um mínimo de entendimento necessário para o atendimento do paciente.

Neste contexto, diante da falta deste profissional no ambiente hospitalar, que humanizará este atendimento ao surdo, é que vemos ratificar a necessidade de se incluir o profissional tradutor e intérprete de Libras, como mediador deste serviço. Até que o serviço hospitalar tenha

efetivado esta capacitação do seu pessoal.

Faz-se necessário que a sociedade em geral tenha conhecimento do universo surdo, pois a comunidade surda tem a sua história, rica em lutas e conquistas, sob um mar de sofrimentos e desafios constantes, cheios de orgulho e vitórias. A cultura surda é admirável e enriquecedora, que nos faz crer que o surdo, há muito tempo já deveria ter a sua condição de cidadão brasileiro, com direitos plenos, ratificada. Com cultura, língua e identidade próprias, surda.

### ***O profissional de saúde e a Libras***

O mundo ouvinte, conscientizando-se deste quadro real, percebe que o surdo pode, além de dominar a Língua de Sinais, buscar outros meios de facilitar a relação profissional de saúde e paciente. Pois o surdo, dependendo do seu grau de perda auditiva, do conhecimento que adquiriu da língua portuguesa, durante sua educação escolar, do seu comprometimento com o mundo do ouvinte, e da receptividade por parte do profissional de saúde, pode buscar outros meios de comunicação, como: oralizar, tentar escrever em português, utilizar gestual, fazer leitura labial etc.

Sendo assim, reconhecido este direito, vemos que a disciplina Libras já vem sendo incluída em grades curriculares, nos mais variados cursos de graduação, de acordo com o Decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei 10.436/02, em seu Capítulo VII da garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; neste decreto o Artigo 25 enuncia, em seus parágrafos IX e X.

Infelizmente não temos ainda a quantidade suficiente de horas-aula, que assegure, aos futuros profissionais, o domínio pleno da língua, sob a percepção da importância deste aprendizado.

A partir desta convivência natural das pessoas ouvintes com pessoas surdas, haverá, certamente, a troca de cultura e enriquecimento mútuo das relações, permitindo que surja, entre a comunidade surda e ouvinte, a descoberta e criação de novas palavras, para ambas as línguas, valorizando as relações interpessoais.

No meio acadêmico, surgirão palavras de importância singular para o vocabulário e desenvolvimento da Libras. Enriquecendo e

aprimorando a qualificação dos futuros profissionais, principalmente o da área de saúde, que é o nosso público em estudo.

Diante de todo esse processo de aculturação da comunidade ouvinte, mais especificamente dos profissionais da área de saúde, vimos que a comunidade surda necessita que se tome medidas mais urgentes nesta capacitação, e é, de fundamental importância, a postura de todos os profissionais envolvidos neste processo, no que diz respeito a particularidades, expectativas, necessidades e privacidade, do paciente surdo.

Para que os profissionais em saúde se aculturassem e se capacitassem adequadamente na cultura surda, de forma a ter condições de perceber as nuances da necessidade e da qualidade no atendimento ao surdo, necessitaria de um tempo maior de aprendizado, dentro do curso de saúde pelo qual ele optou.

Esse conhecimento específico da cultura surda seria condição de admissão nos processos seletivos para preencher vagas no sistema de saúde público e/ou privado, sendo o conhecimento da Libras, requisito obrigatório, para todo profissional da área de saúde, e, até mesmo, para aqueles profissionais que recepcionassem e/ou, executassem, os primeiros atendimentos, nos hospitais.

Assim, de forma consciente e fiel, permitiria que o profissional de saúde conseguisse atuar perfeitamente, trazendo ao indivíduo surdo a tranquilidade e confiança num bom atendimento, atingindo o seu objetivo, pois o surdo, como qualquer indivíduo que se dirija a um atendimento médico, traz consigo o medo de não ser compreendido e de não entender o que o profissional de saúde lhe quer dizer, do diagnóstico, de como será tomada a medicação, e tratamento, além de se este profissional entendeu, perfeitamente, o que o fez procurar este atendimento.

## ***Metodologia***

Este trabalho descreve, inicialmente, o papel do ouvinte na inclusão das pessoas com necessidades específicas, mais especificamente, deficientes auditivos e surdos, nos diversos ambientes sociais, sendo mais delimitado ao ambiente hospitalar/médico.

Em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo por finalidade a busca de embasamento teórico, focando, com

ênfase, a realidade de seus aspectos, apresentando a necessidade de pessoal qualificado nas unidades de saúde, para atendimento aos pacientes surdos.

A pesquisa, realizada em Recife, por e-mail e presencial, de forma qualitativa de caráter exploratório, realizada com 11 indivíduos surdos, homens e mulheres, com faixa etária entre 21 a 50 anos, se deu a partir de um questionário contendo seis questões, sendo 3 questões objetivas, 2 questões objetivas com complemento subjetivo e, 1 questão subjetiva, as quais forneceram subsídios para analisar o sentimento do indivíduo surdo, diante das necessidades encontradas, quando da necessidade de um atendimento específico, bem como a qualidade do atendimento hospitalar, e, a percepção do surdo como enfermo, diante da falta de esclarecimento acerca da Libras, na área de saúde.

### ***Resultados e discussão***

Todos os dados foram organizados de acordo com a sequência do questionário. Em seguida os dados foram transformados em gráficos para melhor entendimento e leitura.

Considerando que a faixa etária dos surdos envolvidos na pesquisa foi superior a 18 anos, percebemos que um pouco mais de 50% já precisou ir ao médico sozinho. Vimos também, que 36% não costumam ir a consultas sozinhos, pois não se sentem seguros, confiantes neste atendimento. Assim como 9% foram ora acompanhados.

### ***Você já foi ao médico sozinho?***

É importante ressaltar que no atendimento ao paciente com deficiência auditiva eles necessitam de uma atenção especial da equipe de saúde. De acordo com Chaveiro et al. (2008), quando o paciente com esse tipo de deficiência é atendido os profissionais acabam se deparando com uma enorme dificuldade de comunicação que propicie um atendimento adequado. Daí a importância da discussão ao direito do acesso em língua de sinais nos âmbitos da saúde, uma vez que esses indivíduos apresentem seus direitos resguardado por leis como qualquer e por tanto necessitam terem seus direitos à cidadania e o respeito pela diferença linguística da



sua comunidade.

Costa et al. (2009), mostrou que pacientes surdos apresentem uma grande dificuldade de comunicação com a equipe médica. Os pacientes com esse tipo de deficiência costuma apresentar várias barreiras nesse sentindo tais como 1) percepções conflituosas entre médicos e pacientes sobre surdez e deficiência auditiva; 2) percepções diferentes sobre o que se constitui comunicação eficaz (leitura labial, escrita, intérprete de língua de sinais); 3) segurança dos medicamentos e outros riscos ocasionados pela comunicação inadequada; 4) problemas de comunicação durante o exame físico e procedimentos; 5) dificuldades de interação com a equipe (incluindo pessoal administrativo), também na sala de espera; e 6) problemas com a comunicação por telefone.

Pode-se perceber que as dificuldades encontradas pelo surdo, diante de um profissional de saúde, fazem com que busque formas alternativas para que haja entendimento entre eles. Embora a língua portuguesa escrita não seja plenamente dominada pelo surdo, muitas vezes, ele faz uso (dessa modalidade) para melhor se comunicar, como vimos em 50% das respostas da pesquisa.

### ***Você consegue entender o médico? Como:***

Observa-se que o surdo não compreende o que o médico escreve, em português, pois além da dificuldade da interpretação da língua, a letra do médico, muitas vezes, ilegível, tornando a compreensão do que o médico prescreve ou orienta o paciente, difícil. Percebemos também, que na falta da Libras, por parte dos profissionais de saúde, que é a língua que o surdo domina, para que haja alguma comunicação, ele realiza a leitura labial (19%). Precisando apenas que o profissional da saúde fale de frente para o surdo, de maneira normal, e sem pressa, permitindo que possa fazer a leitura labial, facilmente.

Esses resultados corroboram com os estudos feitos por Santos; Shiratori (2004, p. 74), o qual relata em um depoimento de uma surda, que diz que a mesma apresenta dificuldades quando vai ao médico, uma vez que não tem um bom domínio do português (escrito), e isso acaba fazendo com que a mesma não entenda o que os médicos prescrevem. A utilização do gestual (13%) e da mímica (12%), que também são recursos

adotados, embora de forma não muito confortável, para ambos os lados, na busca pela plena comunicação, buscada ansiosamente pelo paciente surdo.

### ***Se a resposta for não, quem o acompanhou?***

Diante da insegurança do surdo, numa questão tão delicada que é a sua saúde, vimos que em 58% dos casos, ele recorre a ajuda da família para acompanhá-lo, uma vez que ele tem conhecimento prévio da dificuldade de comunicação, e assim, sente-se mais à vontade, diante do médico. Por questões pessoais, de foro íntimo, ou na impossibilidade de levar um parente consigo, o surdo recorre ao trabalho profissional de um intérprete, onde podemos perceber em 23% dos casos apresentados. No caso de um amigo, que é uma pessoa próxima e de sua confiança, seria em 10% das escolhas, e, em 8% dos casos, o surdo foi sozinho a um atendimento médico, arriscando o seu próprio atendimento, na possibilidade de não ser compreendido, e não entender plenamente o fechamento do seu diagnóstico.

Esse atendimento frio e distante, dificulta que o surdo busque alternativas de comunicação, como leitura labial e mímica, caso o mesmo tenha ido sozinho ao atendimento médico, e o obriga a levar consigo uma pessoa ouvinte, para que ele tenha direito a um atendimento de qualidade e humano.

De acordo com Puglica et al. (2007) estudos mostram que os próprios profissionais da saúde apresentam dificuldades para se comunicarem com os deficientes auditivos, e os mesmos afirmam que na sua vida acadêmica não foram preparados para esse tipo de atendimento.

### ***Como você se sentiu neste atendimento?***

Claramente, podemos constatar que o sentimento do indivíduo surdo não é nem um pouco agradável, pois o mesmo sente-se bastante insatisfeito diante da sua condição de doente/paciente, na sua relação com o profissional de saúde. A resposta “mais ou menos” explicita a sua pouca comodidade na situação exposta. A resposta “Mal”, deixa-nos, mais claro, a má qualidade do atendimento ao surdo, onde, possivelmente, o

profissional da saúde não tenha se mostrado muito receptivo e interessado neste atendimento. Com relação a resposta “Bem”, percebemos que o surdo, conseguiu manter um relacionamento médico/paciente tranquilo. Nesta questão, a possibilidade de discriminação não foi relevante (0%).

### ***Você prefere ser acompanhado por uma pessoa?***

Em 58% dos casos, o surdo prefere que a própria família o acompanhe, pois assim ele se sente mais protegido e sabe que a família irá buscar maiores detalhes, se for preciso. Quando o surdo recorre aos serviços de um intérprete (23%), deve-se ao fato de o mesmo necessitar de um pouco mais de privacidade neste seu atendimento, ou, na impossibilidade de ser acompanhado por um familiar. Vemos também, que recorre a amigos (10%), e outros (9%), apenas pelo receio de receber um mal atendimento, caso ele resolva ir ao atendimento médico sozinho, por qualquer motivo.

Estudos feitos Santos; Shiratori (2004) também mostram que esse tipo de paciente prefere ir ao médico com algum familiar para que o mesmo se sinta mais confiante no entendimento do seu diagnóstico e para que o mesmo possa tentar entender o que o médico receita. Isso mostra que o surdo necessita ter seu espaço e de sua vivência em sua língua (LIBRAS).

Mas, podemos observar que o surdo gostaria que esta comunicação (médico x paciente) fluísse naturalmente, com o conhecimento da Libras, por parte do profissional da área de saúde, onde o surdo se sentiria mais à vontade e permitiria que ele interagisse melhor com o profissional, fazendo-o sentir-se mais acolhido e valorizado, como cidadão, cumpridor das suas obrigações e deveres, como tal.

### ***O que você acha importante ter no hospital para ajudar o surdo?***

Ao saber que precisamos ir ao médico, nos deparamos com medo e a ansiedade para ter conhecimento da patologia acometida, bem como, do tratamento. Entretanto, o indivíduo surdo se depara também com a dificuldade de compreender o que o profissional da saúde precisa informar, bem como de ser compreendido. Neste momento, observa-se a relevante importância do intérprete de Libras, nas unidades de saúde, fato

esse que já é regido por lei.

Para que haja socialização entre os profissionais e o paciente surdo., tornando este atendimento humanizado. Nesta pesquisa, foi possível verificar que cerca de 82% dos entrevistados prefeririam ser recebidos por intérpretes de Libras, nas unidades de saúde, para facilitar a comunicação, desde a recepção até a consulta médica, uma vez que, os profissionais de saúde não se encontram ainda capacitados para realizar este atendimento satisfatoriamente.

Segundo Jesus (2013) as legislações que visam proteção aos direitos dos surdos são válidas, mas, no entanto, nem sempre se observa sua efetividade na prática, pois tanto a Lei de Libras, a Lei da Acessibilidade, o Decreto-Lei de Libras, os programas nacionais de acessibilidade e tantos outros dispositivos legais que fazem parte do bojo da inclusão social nem sempre são aplicados.

O que se observa é que aparentemente, as legislações são bem escritas e claras (em relação ao atendimento do surdo via interpretação de Libras), porém em se tratando por parte dos médicos, dos surdos e dos intérpretes um ponto de interrogação parece rodear as ideias do porque essa legislação ainda não é efetivada de fato pelo Poder Público.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

E esse é o quadro que vemos na atualidade, grandes intenções e poucas ações. É constante, hoje em dia, os portadores de necessidades especiais esbarrarem em graves problema de acessibilidade, tanto em prédios públicos, como o caso do nosso objeto de estudo, quanto nas principais ruas e prédios privados, o descaso do poder público no tratamento destas questões ainda é muito grande.

Tem sido um grande desafio, a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. Neste grupo enquadram-se os sujeitos surdos que usam a capacidade de comunicação e a habilidade de adaptá-la. Discutir sobre a educação dos surdos, e, como ela vem existindo, aponta para a realidade das suas necessidades que por muito tempo foi negligenciada.

Postos à margem das questões sociais, culturais e educacionais, os surdos muitas vezes não são vistos pela sociedade por suas potencialidades, mas pelas limitações impostas por sua condição.

Os legisladores não podem esquecer da latente comunidade surda já existente, bem como o seu crescimento a cada ano. A comunicação é um instrumento essencial para o desenvolvimento das atividades de todos os profissionais da saúde. Ela é o instrumento mais importante entre os quais estes profissionais possuem. A partir dela, todo o atendimento se processa. Sua qualidade afeta completamente a qualidade do serviço de saúde prestado.

É importante ressaltar que a língua de sinais representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno.

A acessibilidade aos meios de comunicação própria do surdo é essencialmente vital. Por isso, podemos concluir que uma das melhores formas de propiciar esta qualidade é a formação dos profissionais tradutores e intérpretes em Libras.

Precisamos dar a estes cidadãos brasileiros a oportunidade de serem bem atendidos nas clínicas ou hospitais públicos e particulares do país, quando sua necessidade for urgente ou não, modificando/melhorando este quadro caótico em que se encontra a saúde no Brasil.

Tais fatos, portanto, nos levam a repensar a realidade da saúde no país. Como as pessoas com deficiência estão sendo recebidas, porque não há qualificação para receber essas pessoas, a exemplo, o surdo. O ambiente hospitalar/médico, não é um dos melhores lugares a se frequentar, mas, é necessário e fundamental, para preservação da saúde.

Diante do exposto foi possível concluir que na atualidade é de grande importância a atuação do tradutor e intérprete de Libras, nas diversas áreas da saúde, como um mediador da comunicação ouvinte/surdo, tendo em vistas que esses pacientes encontram uma série de dificuldades em entender o profissional que o atende, assim como, se esse profissional não tiver o conhecimento de Libras, também terá uma série de dificuldades em entender esse paciente.

Portanto, é de grande relevância que seja cumprida a lei que exige, aos ambientes de saúde, profissionais habilitados ao atendimento ao paciente surdo.

É de fundamental importância que haja, por parte das entidades públicas superiores, uma profunda reformulação e adequação do currículo das escolas superiores de ciências da saúde, para que seja

contemplado as habilidades necessárias ao acolhimento desses pacientes, com necessidades especiais, em especial os surdos.

## REFERÊNCIAS

ADAP. **Deficiência auditiva atinge 9,7 milhões de Brasileiros.** Disponível em <<http://www.adap.org.br/site/index.php/artigos/20-deficienciaauditiva-atinge-9-7-milhoes-de-brasileiros>> Acesso em 20 set de 2015.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos- decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.- **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)> Acesso em :10 set. 2015.

CAMARADIV -**Retirado Projeto que obriga intérprete de Libras em Unidades de Saúde e Serviços ao Público.** 2012. Disponível em <<http://www.camaradiv.mg.gov.br/index.php/noticias/618-rodysen-do-ze-milton-retira-libras>>. Acesso em: 16 set. 2015.

CARDOSO, A Helena Alves. RODRIGUES, Karla Gomes. BACHION, Maria Márcia. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. **Rev. Latino-am Enfermagem** 2006 julho-agosto; 14(4). Disponível em: <<http://www.redalyc.org>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

CHAVEIRO, N. PORTO, C. C. BARBOSA, Maria Alves. Relação do paciente surdo com o médico. **Rev. Bras. Otorrinolaringologia** 2009;75(1):147-50. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rboto/v75n1/v75n1a23.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. PORTO, C. C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais de saúde. **Rev. EscEnfermUSP.** 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

CHAVEIRO, Neuma. BARBOSA, Maria Alves. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **RevEscEnferm USP** 2005; 417-22. Disponível em: <<http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/62.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

COSTA-RENDERS, E. C. Tolerância e inclusão das pessoas com defi-

ciência. **Revista de Educação do Cogeime**, ano 16, n.30 – jun. 2007.

COSTA S. M. et al. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. **RevBrasClinMed**, v.7, p.1-5. 2009

COUTO-FILHO, A. F. **A realidade da saúde no Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1466>> Acesso em: 20 set. 2015.

EASTON, S. **Working with a singlanguagen interpreter**<<http://www.gub.ac.uk/succeed/interp.htm>> Acesso em 14 set. 2015.

FENEIS. **Intérprete. Disponível:** <<http://www.feneis.com.br/interpretes/postura.shtml>>. Acesso em: 15 de set.2015.

INTERDONATO G. C; GREGUOL, M. Promoção da saúde de pessoas com deficiência: uma revisão sistemática. **HU Revista**, Juiz de Fora, v. 37, n. 3, p. 369-375, jul./set. 2012

JESUS, R. B. **A interpretação médica para surdos: a atuação de intérpretes de LIBRAS/Português em contextos da saúde Trabalho**. Monografia, 2013. 61p. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2013. Disponível em <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105420/\\*tcc\\_ringo\\_bez\\_final\\_medical\\_interpreter\\_24\\_10.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105420/*tcc_ringo_bez_final_medical_interpreter_24_10.pdf?sequence=1)> Acesso em: 16 set. 2015.

LACocca Liliana. **Você e a Constituição: 33 temas para conhecer os seus direitos de cidadão**. São Paulo, Editora Casa Amarela, 2003.

LEVINO, D. A. et al. Libras na graduação médica: o despertar para uma nova língua. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 291-297, jun. 2013.

MARCOS, M. et al. **Avaliação e análise de acessibilidade de um deficiente físico motor, através do software Catia, em habitações de interesse social**. In: VII Workshop Brasileiro de Gestão do Processo de Projetos na Construção de Edifícios, 2007, Curitiba. Anais de Gestão do Processo de Projetos na Construção de Edifícios, 2007.

PAGLIUCA, L. M. F.; FIÚZA, N. L. G.; REBOUÇAS, C. B. A. Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. **Rev. Esc. Enferm. USP**, Fortaleza, v.41, n.3, p.411-8, 2007.

PARADA, C. **Viva a diferença**. 2010. Disponível em<<http://www.turminha.mpf.mp.br/viva-a-diferenca/acessibilidade/entrevista-com-claudia-parada-interprete-de-libras>> Acesso em 15 set. 2015

PORTAL EDUCAÇÃO - **A história do profissional tradutor e intér-**

**prete de Língua de Sinais.** Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/13490/a-historia-do-profissional-tradutor-e-inteprete-de-lingua-de-sinais#ixzz3mNn5T7ro>> Acesso em: 15 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Saúde pública no Brasil: dias atuais.** 27 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/medicina/artigos/52515/saude-publica-no-brasil-dias-atuais#ixzz3mNt3d01v>> Acesso em: 20 set. 2015.

SANTOS, E. M.; SHIRATORI, K. As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos. **Revista Eletrônica de Enfermagem.** v. 6, n. 1, p. 68-76, 2004.

SOUSA, A. M. C. Universalidade da saúde no Brasil e as contradições da sua negação como direito de todos. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 227-234, jul./dez. 2014

SOUZA, M.T.; PORROZZI, R. Ensino de libras para os profissionais de saúde: uma necessidade premente. **Rev. Práxis**, v.1, n.2, p.43-6, 2009.

QUADROS, R. M. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos.** Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2005.



## Capítulo 2

# OS ELEMENTOS DO TRABALHO INTERPRETATIVO E TRADUTÓRIO DO INTÉRPRETE SURDO NA PANDEMIA COVID-19 NOS AUDIOVISUAIS TELEVISIVOS E VIRTUAIS

*Ana Regina e Souza Campello<sup>1</sup>*

*Ricardo Boaretto de Siqueira<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Desde a publicação do artigo “Intérprete surdo de língua de sinais brasileira: o novo campo de tradução / interpretação cultural e seu desafio” pela autora Campello (2014) e como complemento, o autor Ferreira (2019) explicou resumidamente a sua dissertação:

Nas últimas duas décadas, o número de tradutores e de intérpretes intramodais surdos têm crescido significativamente, assim como a atuação de guia-intérpretes surdos. Entretanto, a ampliação da demanda por esses profissionais não vem sendo acompanhada pelo oferecimento de uma formação acadêmica específica. Pode-se notar que esses novos profissionais surdos atuam com base numa “formação empírica ocasionada pela demanda social e favorecida pela prática”, assim como ocorreu com os primeiros intérpretes e tradutores intermodais ouvintes (QUADROS, 2004; SANTOS, 2010). Embora já tenhamos um número considerável de tradutores, intérpretes e guia-intérprete surdos (ADAM et al., 2014; LINDSAY, 2016, etc.), atuando tanto de modo intermodal quanto intramodal, em todo o Brasil, os desenhos curriculares dos cursos superiores que visam à formação de tradutores e intérpretes nas universidades federais, ainda têm como enfoque os profissionais intermodais ouvintes que trabalham com Libras-Português, assim como ocorreu com as primeiras edições do ProLibras.

---

1 Dra. Profa. Ana Regina e Souza Campello – INES – E-mail: [acampello@ines.gov.br](mailto:acampello@ines.gov.br).

2 Especialista – E-mail: [rbsinais@gmail.com](mailto:rbsinais@gmail.com).

O trabalho de tradução ou de interpretação do Intérprete ou Tradutor surdo está em franca expansão, embora pouco publicado a sua importância e reconhecimento do trabalho e que possa motivar aos outros a engajar o trabalho de acordo com a demanda e possibilidades de crescimento vocacional como Tradutor e Intérprete e seu papel no mercado de trabalho. O crescimento da demanda está em consonância com a Lei Libras (BRASIL, 2002), do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) e da Lei de Intérprete e Tradutores (BRASIL, 2010), e os usos deles são os resultados de pesquisas que trata do novo modo de tradução de língua de sinais, observando a norma surda (STONE, 2009 apud SOUZA, 2010), do uso de glosinais como ferramenta de trabalho dos Tradutores e Intérpretes (CAMPELLO; CASTRO, 2011), das regras do uso de vídeo e seu posicionamento pela Revista Brasileira de Registro Vídeos em Libras (UFSC) no quesito de roupas e enquadramento visual, e das orientações da FEBRAPILS, no quesito de enquadramento visual durante a pandemia (FEBRAPILS, 2020).

O trabalho não se restringe somente a sua atuação principal ou protagonistas como Intérpretes / Tradutores, mas também tinham outros componentes da equipe que se envolveram no trabalho: Intérpretes de Apoio ou Colaborador Intérprete durante a atividade da tradução ou interpretação intermodal ou intramodal que são as modalidades mais utilizadas atualmente na área de interpretação e de tradução, em conferência (quando há interpretação da língua de sinais de outros países), no trabalho remoto (pelo recurso visual da midiateca) ou presencial (com projeção através de Audiovisuais Televisivos e Virtuais ou de canal particular).

Intérprete de Apoio ou de Colaborador Intérprete é uma das atividades necessárias no campo de trabalho, como conferência ou de eventos, mas esta atividade é pouco pesquisada na área de tradução / interpretação. Os autores Rodrigues e Ferreira (2019, pág. 110) escreveram sobre isso na introdução do capítulo da Revista Espaço, número 51 de que a presença dos Intérpretes Ouvintes junto com os Intérpretes Surdos é uma promoção de acesso das comunidades surdas aos provedores de serviços de Saúde, Justiça e Educação. A sua atuação é igualmente importante, para futura pesquisa, porque o procedimento tradutório e interpretativo implica várias influências ou não, os traços e nuances de acordo com o desempenho e competência de interpretação / tradução da Língua

Portuguesa (vocal) para Libras (visual) deles no repasse das mensagens: da fonte ao alvo.

Inicialmente, o estudo de tradução e seus temas especificados evoluíram também já que o trabalho dos Intérpretes Surdos se diversificou ou ampliou seus leques de técnicas, estratégias, competência e desempenho na área de tradução e de interpretação. O autor Roman Jakobson, segundo tradutores Blikstein e Paes (1975) distingue em seu artigo “On Linguistic Aspects of Translation” com os três tipos de tradução:

(1) Tradução Intralingual ou reformulada (uma interpretação de sinais verbais por meio de outros sinais na mesma língua).

(2) Tradução Interlingual ou tradução adequada (uma interpretação de sinais verbais por meio de alguma outra língua).

(3) Tradução Intersemiótica ou transmutação (uma interpretação de sinais verbais por meio de significados de sinais não verbais).

O procedimento de interpretação é diferente da tradução porque a demanda do trabalho é mais presente, mais “prima vista” que é o uso da língua gestual oral imediatamente para a língua vocal escrita ou da língua gestual escrita imediatamente para a língua vocal oral ou ainda da língua vocal escrita imediatamente para a língua gestual oral (RODRIGUES; FERREIRA, 2019, pág. 116). Assim como escreve o autor Heidermann (2009, pág. 26) de que:

o papel do tradutor e do intérprete é diferente para quem reconhece o caráter altamente criativo da tradução. O tradutor que define o seu projeto de tradução pode chegar a soluções radicais. Uma dessas soluções radicais é a omissão: o intérprete decide o que ele traduz – e o que ele deixa de traduzir.

E com o acesso de alunos surdos bacharelados na Letras Libras e das existências dos Tradutores Surdos (na tradução de texto da LP para Libras no Curso de Letras Libras desde 2006) e Intérpretes Surdos interpretando SI (sinais internacionais) nas conferências e cursos onde há ministrante surdos de outras línguas de sinais de outros países. Quadros e Ramalho (2015) apresentaram dois aspectos de que podemos entender melhor sobre a modalidade e seus procedimentos da modalidade de tradução e de interpretação que são: tradução intramodal e tradução intermodal. Esse se trata de aspectos visuais e operacionais implicados na tradução para Libras em forma de vídeo e aspectos linguísticos

essencialmente visuais-espaciais que envolvem o uso do espaço em línguas de modalidade visual-espacial, ou seja, línguas de sinais.

Em 2013, os autores Campello e Castro apresentaram a proposta de Glosinais que é uma das novas modalidades de tradução / interpretação interlíngue e intralíngue porque envolve duas modalidades de tradução/interpretação: intermodal e intramodal. Isso demanda o trabalho de Intérprete Surdo ler o texto da língua de fonte e traduzir para o vídeo em língua alvo em língua de sinais. E o posterior tradutor Surdo lê o vídeo em língua de sinais como língua de fonte e reinterpreta ou retraduz para a mesma língua alvo em língua de sinais com os retoques ou acréscimos de informações de acordo com a sua competência e desempenho contextual.

E na tradução intramodal, Rodrigues (2018a, p.306) apresentou outra proposta acrescentando mais terminologias específicas (vocal e gesto-visual) sobre o uso de línguas de mesma modalidade – entre duas línguas vocais-auditivas ou entre duas línguas gestuais-visuais para facilitar a leitura e entendimento. Isso não impede que a área de interpretação assumisse essa característica já que há um novo campo de trabalho: Audiovisuais Televisivos e Virtuais que exige o uso de recursos visuais, como legendagem ou de leitura da língua portuguesa escrita através de teleprompter. É uma técnica chamada de Prima Vista, que muitas vezes, os Intérpretes / Tradutores surdos são convocados no trabalho sem apresentar os recursos: roteiro para estudar ou de fazer leitura. Muitas vezes, são convocados para trabalhar junto com os Intérpretes de Apoio ou de Colaborador Intérprete quando estes são contratados pelas empresas de Audiovisuais Televisivos e Virtuais.

O presente autor deste artigo apresenta como tradutor / intérprete / ator, licenciado em Letras Libras e formado em especialista em Libras: Ensino e Tradução-Interpretação na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2015 com o título: “O papel do Intérprete Surdo” sob orientação da Profa. Angela Maria da Silva Corrêa. O autor que nos últimos anos se desenvolveu seu trabalho de tradução / interpretação baseando nos autores surdos: Segala (2010), Campello e Castro (2013), Campello (2014) e Ferreira (2019). E recentemente, esse novo patamar da tradução e de interpretação ampliou outro contexto que, em tempo de pandemia (COVID-19), cujas atividades de tradução e de interpretação foram realizadas em caráter virtual e acessível ao

público diversos.

Na época da pandemia, aparece o novo campo de estudo: Audiovisuais Televisivos e Virtuais ou de canal do *You Tube* em Libras. Ferreira e Rodrigues (2019, pág. 117) apresentaram a nova proposta dos processos tradutórios de/para línguas de sinais que vêm utilizando, para o registro da tradução, o vídeo (quando o texto alvo é utilizado em língua de sinais), ao invés de sistemas de escrita de línguas de sinais, e o áudio (quando o texto alvo será em uma língua vocal). Segundo Ferreira:

é possível dizer que a tradução envolvendo línguas de sinais pode ter um texto-alvo registrado, basicamente, de três diferentes formas: em escrita, em áudio ou em vídeo; sendo que há uma diferença marcante: no vídeo, o tradutor torna-se necessariamente visível, assim como na interpretação da língua vocal-auditiva para a gestual-visual (2019, p. 50-51).

Na dissertação do Ferreira (2019) que apresentou nova proposta da modalidade gesto visual na área de tradução (tradução intralingual e intramodal escrita, não escrita e híbrida) e na área de interpretação (interpretação interlingual e sinalizante intramodal direta (surdos) e sinalizante intramodal inversa (ouvinte)). Essas novas terminologias facilitaram mais na pesquisa da área de tradução e de interpretação

No que se refere aos processos interpretativos interlinguais, intermodais no processo de tradução / interpretação da Audiovisuais Televisivos e Virtuais, este artigo apresenta sua constituição e o conhecimento na prática como interlínque, intralínque, intermodal e intramodal utilizando o informante, autor deste artigo, como objeto de pesquisa junto com os Colaboradores Intérpretes ou Intérpretes de Apoio.

Na desenvoltura da coleta e de análise de pesquisa com o uso do objeto de pesquisa, a autora deste artigo, por ser pesquisadora da área de tradução, interpretação e de guia-intérprete utilizou a metodologia para este tema: estudo de caso e estudo descritivo para descrever os determinados tipos de modalidade em que o Intérprete / Tradutor surdo trabalha em vários modelos de tradução e de interpretação como subsídio no futuro ou da exposição existente do trabalho que não foi visto ou pesquisado na área de interpretação / tradução.

Estudo de caso, que é um dos métodos de pesquisa ampla sobre um assunto específico, permitindo aprofundar o conhecimento sobre ele

e, assim, oferecer subsídios para novas investigações sobre os diferentes temas. As vantagens do estudo de caso é de aproveitar a estrutura de um caso para aplicar em outro; explorar contextos diferentes; baseadas em vivências e fatos mais aplicáveis à própria realidade e de construir aplicações e seus usos no procedimento interpretativo e tradutório. Também o considera como uma investigação empírica que transformou em teoria e que apresenta vários métodos abrangentes que podem ser aproveitáveis no futuro.

Estudo descritivo, neste artigo, se baseia na aplicação de descrição dos elementos e características do procedimento tradutório e de interpretativo para acompanhar as competências ou desempenho do fenômeno pesquisado, e cada caso requer uma característica determinada ou indeterminada, a partir de documentos, coletas de dados, assim como as fotos, ou os links dos sites jornalísticos ou do *You Tube* e sua análise de dados.

Apresentamos cada tipo de categoria e cronológica:

## 1) Antes da pandemia de COVID-19:

### *Categoria: Música*

Tema:	Samba-enredo da Mangueira em Libras
Ano	Fevereiro de 2019
Intérprete:	Ricardo Boaretto de Siqueira
Colaboradoras Intérpretes:	Viviane Pinheiro Karine Vieira da Rocha
Local:	Estúdio All Dubbing Group
Característica e modalidade da interpretação do Intérprete Surdo:	Intramodal – Libras dos Ouvintes para Libras do Surdo Intralingual – Libras dos Ouvintes para Libras do Surdo
Característica e modalidade da interpretação das Colaboradoras Intérpretes:	Sinalizantes intramodais e interlinguais inversas através da música do enredo da escola de samba Mangueira

Fontes:	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=n9as-xt0qiM">https://www.youtube.com/watch?v=n9as-xt0qiM</a>
---------	---



***Categoria: Música***

Tema:	Hino do Flamengo
Ano	25.09.2019
Intérprete:	Ricardo Boaretto de Siqueira
Colaboradora Intérprete:	Karine Vieira da Rocha
Local:	Estúdio do Clube Flamengo
Característica e modalidade da interpretação do Intérprete Surdo:	Intramodal – Libras do Ouvinte para Libras do Surdo Intralingual – Libras do Ouvinte para Libras do Surdo
Característica e modalidade da interpretação da Colaboradora Intérprete:	Sinalizante intramodal e interlingual inversa através da música do hino do Clube Flamengo
Fonte:	Fonte: <a href="https://www.flamengo.com.br">https://www.flamengo.com.br</a>





**ATAQUE** **Flamengo** **INTERNACIONAL** **QUARTA-FEIRA, 7 DE DEZ | O DIA**

“Neste jogo, o Flamengo ainda não perdeu em Maracanã sob o comando de Jorge Jesus. Possui sete vitórias e dois empates, incluindo o Campeonato Brasileiro, a Copa do Brasil e a Libertadores”

**Uma doce rotina: Mengão e vitória**  
Avassalador como mandante, time recebe hoje o Internacional para se manter 100% nos jogos no Rio

**O**liveira fez do Flamengo seu salutar vitória. Seu Maracanã, onde está hoje o Campeonato Brasileiro, o Flamengo recebe hoje o Internacional, do Rio de Janeiro, na sétima rodada da competição. A vitória dá ao Flamengo a liderança na tabela de classificação, com 14 pontos, e o time se mantém na liderança da competição. A vitória dá ao Flamengo a liderança na tabela de classificação, com 14 pontos, e o time se mantém na liderança da competição.

**TERÇA-FEIRA DEEMOÇÃO**

Os jogadores do Flamengo comemoram a vitória sobre o Internacional no Maracanã. O time está na liderança da tabela de classificação, com 14 pontos, e o time se mantém na liderança da competição.



“Janela do Programa do Flamengo”



## 2) Período da Pandemia COVID-19

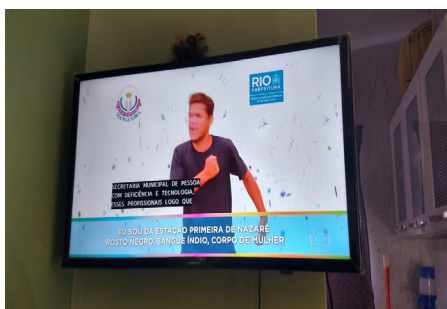
### *Categoria: Debate*

Tema:	Debate dos candidatos à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Primeiro Turno e Segundo Turno
Ano	01/10/2020 e 19/11/2020
Intérprete:	Ricardo Boaretto de Siqueira
Colaboradora Intérprete:	Gildete da Silva Amorim Mendes Francisco
Local:	TV Bandeirantes
Característica e modalidade da interpretação do Intérprete Surdo:	Intramodal – Libras do Ouvinte para Libras do Surdo Intralingual – Libras do Ouvinte para Libras do Surdo
Característica e modalidade da interpretação da Colaboradora Intérprete:	Sinalizante intramodal e interlingual inversa através dos discursos de cada candidato do Primeiro Turno e do Segundo Turno
Fontes:	Primeiro Turno: <a href="https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2rAbs-GcBRsJ:https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/cristina-padiglione/2021/11/campanha-eleitoral-esta-no-ar-band-ja-agen-dou-debates-para-2022.shtml+&amp;cd=6&amp;hl=pt-BR&amp;ct=clnk&amp;gl=br">https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2rAbs-GcBRsJ:https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/cristina-padiglione/2021/11/campanha-eleitoral-esta-no-ar-band-ja-agen-dou-debates-para-2022.shtml+&amp;cd=6&amp;hl=pt-BR&amp;ct=clnk&amp;gl=br</a> Segundo Turno: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=dc8g6NmHruI">https://www.youtube.com/watch?v=dc8g6NmHruI</a>



***Categoria: Música***

Tema:	Samba-enredo da Mangueira em Libras
Ano	2020
Intérprete:	Ricardo Boaretto
Colaboradores Intérpretes:	Alan Venâncio Alyne Medeiros Renata Lúcia Almeida
Local:	Central Carioca de Intérpretes de Libras
Característica e modalidade da interpretação do Intérprete Surdo:	Intramodal – Libras do Ouvinte para Libras do Surdo Intralingual – Libras do Ouvinte para Libras do Surdo
Característica e modalidade da interpretação dos Colaboradores Intérpretes:	Sinalizantes intramodais e interlinguais inversas através da Samba-enredo da Mangueira
Fonte:	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=k8nBb0ph-3w">https://www.youtube.com/watch?v=k8nBb0ph-3w</a>



Fonte: Foto pessoal do autor

***Categoria: Música***

Tema:	Cariocou Live com Dudu Nobre e Grupo Molejo - SBT
Ano	Junho de 2020 – Dudu Nobre Julho de 2020 – Grupo Molejo
Intérprete:	Ricardo Boaretto de Siqueira

Colaboradora Intérprete:	Gildete da Silva Amorim Mendes Francisco
Local:	Estúdio do SBT
Característica e modalidade da interpretação do Intérprete Surdo:	Intramodal – Libras do Ouvinte para Libras do Surdo Intralingual – Libras do Ouvinte para Libras do Surdo
Característica e modalidade da interpretação da Colaboradora Intérprete:	Sinalizante intramodal e interlingual inversas através da letra de música de Dudu Nobre e do Grupo Molejo
Fontes:	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=k8nBb0ph-3w">https://www.youtube.com/watch?v=k8nBb0ph-3w</a> <a href="https://www.facebook.com/sbtriooficial/videos/cariocou-live-com-dudu-nobre/281133779929209/">https://www.facebook.com/sbtriooficial/videos/cariocou-live-com-dudu-nobre/281133779929209/</a> <a href="https://www.facebook.com/sbtriooficial/videos/cariocou-live-grupo-molejo/298237861299377/">https://www.facebook.com/sbtriooficial/videos/cariocou-live-grupo-molejo/298237861299377/</a>



***Categoria: Curso***

Tema:	Líderes Cariocas – Encerramento do Ano 2020
Ano	09 de dezembro de 2020
Intérprete:	Ricardo Boaretto de Siqueira
Colaboradora Intérprete:	Laura Jane Messias Belem
Local:	Estúdio do MultiRio
Característica e modalidade da interpretação do Intérprete Surdo:	Intramodal – Libras do Ouvinte para Libras do Surdo Intralingual – Libras do Ouvinte para Libras do Surdo
Característica e modalidade da interpretação da Colaboradora Intérprete:	Sinalizante intramodal e interlingual inversa através do Curso de diferentes professores da MultiRio.
Fonte:	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=XWBx4i4aOOo">https://www.youtube.com/watch?v=XWBx4i4aOOo</a>



***Categoria: Evento Acadêmico em SI – Sinais Internacionais***

Tema:	COINES 2020 - INES
Ano	09 de dezembro de 2020
Intérprete:	Ricardo Boaretto de Siqueira
Intérprete de voz:	Fernando de Carvalho Parente Junior

Local:	Residência do autor
Característica e modalidade da interpretação do Intérprete Surdo:	Intramodal – SI do Surdo da Alemanha para Libras do Surdo Intralingual – SI do Surdo da Alemanha para Libras do Surdo
Característica e modalidade da interpretação do Intérprete de voz:	Intermodal – LP em voz para Libras Interlingual – Ler Libras do Intérprete Surdo em Voz da LP
Fonte:	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Wwymr-Cst5rc">https://www.youtube.com/watch?v=Wwymr-Cst5rc</a>



***Categoria: Evento em SI – Sinais Internacionais***

Tema:	COINES 2021 – INES
Ano	08 de dezembro de 2021
Intérprete:	Ricardo Boaretto de Siqueira
Intérprete de voz:	Matheus Augusto Oliveira Medeiros
Local:	Residência do autor
Característica e modalidade da interpretação do Intérprete Surdo:	Intramodal – SI do Surdo da Colômbia para Libras do Surdo Intralingual – SI do Surdo da Colômbia para Libras do Surdo

Característica e modalidade da interpretação do Intérprete de voz:	Intermodal – LP em voz para Libras Interlingual – Ler Libras do Intérprete Surdo em Voz da LP
Fonte:	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=nmQA05a-dagI">https://www.youtube.com/watch?v=nmQA05a-dagI</a>



Graças ao tempo de pandemia (COVID-19), cujas atividades de tradução e de interpretação não se esgotam, pois, a demanda cresce em cada dia necessitando os trabalhos de Intérpretes e Tradutores Surdos nos recursos Audiovisuais Televisivos e Virtuais. Até que já sabemos o porque da necessidade deles devido a língua de sinais ser uma língua mais atrelada como pertencimento linguístico e cultural da comunidade Surda ou seja, povo Surdo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: DF. 2002. Disponível pelo link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em outubro de 2021.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LI-BRAS. Brasília: DF. 2010. Disponível pelo link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm). Acesso em outubro de 2021

CAMPELLO, Ana Regina. Intérprete Surdo de Língua de Sinais Brasileira: o novo campo de Tradução / Interpretação Cultural e seu desafio.

Revista Tradução: CCE, UFSC. Florianópolis. 2014. Disponível pelo link: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2014v1n33p143>

FEBRAPILS. Nota Técnica No 01/2017. A Atuação do Tradutor, Intérprete e Guia-Intérprete de Libras e Língua Portuguesa em Materiais Audiovisuais Televisivos e Virtuais. 2017. Disponível pelo link: <https://febrapils.org.br/>. Datado de dezembro de 2021.

FERREIRA, João Gabriel Duarte. Os intérpretes surdos e o processo interpretativo interlíngue intramodal gestual-visual da ASL para libras. CCE: UFSC. Florianópolis. 2019. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214607>. Acesso em outubro de 2021.

HEIDERMANN, Werner. Estudos da Tradução III Editora: CCE/UFSC Florianópolis 2009. Disponível pelo link: [https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificaf/estudosDaTraducaoIII/assets/634/Texto\\_Base\\_Estudos\\_da\\_Traducao\\_III.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificaf/estudosDaTraducaoIII/assets/634/Texto_Base_Estudos_da_Traducao_III.pdf). Data-do de dezembro de 2021.

JAKOBSON, Roman. “Aspectos linguísticos da tradução” in *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1975. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes.

QUADROS, Ronice; RAMALHO, Rimar. Tradução intermodal, inter-semiótica e interlinguística de textos escritos em Português para a Libras oral. Edição especial (número 2- jul/dez 2015): Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais Caderno de Tradução. PGET: Florianópolis. v. 35 n. 2. 2015. Disponível pelo link: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/21757968.2015v35nesp2p354>

RODRIGUES, C. H. Translation and Signed language: highlighting the visual-gestural modality. *Cadernos de Tradução*, v. 38, n. 2, p. 294-319. 2018a.

## Capítulo 3

# TINHA UM VÍRUS NO MEIO DO CAMINHO: EXPERIÊNCIAS DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS NA PANDEMIA

*Jael Engrácia da Silva<sup>1</sup>*

*Roberta P. de A. Gonçalves<sup>2</sup>*

*Yone Regina de Oliveira Silva<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Em meados do ano de dois mil e dezenove, noticiários divulgaram registros de um novo Coronavírus na China (COVID -19), o qual seu contágio impactava drasticamente o estilo de vida das pessoas e em muitos casos sendo letal. Uma parcela da população brasileira, questionava a possibilidade da circulação deste vírus no âmbito nacional.

Em um mundo globalizado, os limites instaurados são apenas territoriais. No ano seguinte, a proporção de contágio do novo coronavírus

- 
- 1 Pós Graduada em Psicologia Clínica Gestalt-Terapia pelo Centro Universitário Facol (UNIFACOL). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais pela Escola Técnica Almirante Soares Dutra (ETEASD). Vínculo Profissional: Intérprete de LIBRAS na Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: j.glaice@hotmail.com
  - 2 Pós graduada em Gestão e Docência em Educação Especial pelo Fepam. Pós graduada em Educação Inclusiva para Pessoas Surdas pela faculdade Alpha. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais pela Escola Técnica Almirante Soares Dutra (ETEASD). Vínculo Profissional: Intérprete de LIBRAS do SENAC/PE. E-mail: patriciaroberta10@hotmail.com
  - 3 Pós graduada em Educação Especial e Inclusiva pela faculdade Alpha. Pós Graduada em Neuropsicologia e problemas de Aprendizagem pela Faculdade Faveni. Graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera. Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pela Escola Técnica Almirante Soares Dutra. Vínculo profissional: Professora- intérprete de LIBRAS da Secretaria de Educação de Pernambuco. E-mail: yone.oliveira04@gmail.com



tornou-se mundial, gerando rupturas temporárias ou permanentes nos contextos laborais, sociais, econômicos, afetivos e principalmente na relação de ensino aprendizagem.

As aulas presenciais que ocorriam em uma sala física, passaram a funcionar através das telas de computadores ou de aparelhos celulares. Mas, aqueles estudantes que não possuem celular ou apresentam necessidades educacionais específicas seriam inseridos no formato online da educação? Neste contexto, as plataformas de interação ganharam espaço (Google Meet, WhatsApp, Google Classroom, ZOOM), se tornando mais usuais, frente as lousas e um piloto a tinta.

Profissionais de diferentes setores relatam jornada de trabalho estendida, sobrecargas domésticas e desafios emocionais com picos de ansiedade e pânico. Mas, como o tradutor intérprete de LIBRAS vivenciou as transformações? Ao longo deste relato de experiência, será possível acompanhar os desdobramentos e adaptações na rotina profissional de três tradutorase intérpretes de LIBRAS no período de isolamento social.

## **JUSTIFICATIVA**

A construção deste relato de experiência, deriva da necessidade de três profissionais da área de tradução e interpretação de LIBRAS compartilharem suas experiências, representando um grupo, frente à emergência sanitária assolada mundialmente pela COVID 19. De modo brusco em sem formação prévia, migramos da sala de aula para o meio digital. Concomitantemente a isto, precisamos lidar com as angústias de um isolamento social, perdas de pessoas queridas, incertezas na permanência do vínculo profissional, manipulação financeira e demandas exacerbadas de trabalho.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **O intérprete Educacional em período remoto e/ou híbrido**

Os espaços educacionais é onde se concentra um maior número de tradutores intérpretes de Língua de Sinais e Português - TILSP<sup>4</sup>, pois com

---

4 A partir deste momento a sigla TILSP será utilizada para referenciar o grupo de Tradutores, Intérpretes de Língua de Sinais e Português.

o reconhecimento da LIBRAS como língua, a presença desses profissionais tornou-se algo de extrema importância. Isso não significa que nos outros espaços a presença do intérprete seja dispensável, mas, que o âmbito educacional se colocou como foco principal devido à necessidade comunicacional que as pessoas surdas têm durante o processo de formação. O capítulo IV do decreto 5.626/2005 explicita o direito do surdo à comunicação e o acesso à informação, da educação infantil até o ensino superior, assim como, a obrigatoriedade da presença de TILSP.

Apesar da presença dos profissionais nos diversos segmentos do ensino, o que possibilita o avanço das discussões a respeito do papel desse profissional nesses espaços, ainda existem inúmeros desafios, assim como, diferentes problemáticas que têm sido alvo de diversas discussões e debates. Sabe-se que a educação brasileira, independente de se trazer à tona as questões da surdez, é uma área que levanta diversas controvérsias, isso nos leva a pensar o ensino de uma maneira mais complexa e dependente de diversos fatores, ou seja, não existe uma “fórmula mágica” que resolveria todos os anseios e necessidades que temos, no que concerne ao nosso sistema educacional, acessibilidade e conseqüentemente o trabalho dos TILSP.

Todo esse cenário desafiador ganha maior complexidade quando o país entra em uma crise sanitária, provocada pelo Vírus da COVID-19, atingindo o mundo inteiro em maior ou menor grau. Enquanto os noticiários informam a devastação provocada pelo vírus, causando milhares de mortes nos mais diversos países, o Brasil buscava a adoção de medidas para evitar o avanço do vírus e o colapso do sistema de saúde, provocado pelo alto número de hospitalizações. A Organização Mundial da Saúde – OMS, assim como os diferentes órgãos foram enfáticos em dizer que para a desaceleração da transmissão do vírus, seria necessário a tomada de algumas medidas e protocolos de segurança, como por exemplo, o uso de máscara, higienização das mãos e dos espaços, uso de álcool 70% e sobretudo, o distanciamento social, visto que outras medidas ainda eram inexistentes, como por exemplo, a vacina.

Diante disso, os estados e municípios decretaram algumas medidas de isolamento, ocasionando no fechamento de diversas instituições que não se caracterizavam como serviço essencial. O sistema de ensino presencial também foi afetado por esse fechamento, ainda no mês de março de 2020, seguindo os decretos municipais, estaduais e Federal.

Em Pernambuco foi publicado o Decreto nº 48.710 de 2020 estabelecendo em seu Art. 6º- “Fica determinada, a partir do dia 18 de março de 2020, a suspensão do funcionamento das escolas, universidades e demais estabelecimentos de ensino, público ou privados, em todo o Estado de Pernambuco”. A medida era por tempo indeterminado e necessária, devido a crescente curva no número de casos, no entanto, também era preciso buscar outras estratégias para garantir a continuidade do ensino, visto que a interrupção gerava diversos impactos no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Com o fechamento das escolas e universidades, diversas atividades passaram a funcionar de forma remota, sendo necessárias uma série de adaptações dos diferentes agentes educacionais, incluindo o tradutor intérprete de LIBRAS, que foi deslocado para um novo cenário. É importante ressaltar que essas mudanças ocorreram em caráter emergencial e abrupto e que a grande maioria das empresas e instituições não possuíam estruturas, assim como, pessoal adaptado tecnicamente para trabalhar nesse novo contexto, que não se caracterizava apenas por uma simples mudança de cenário. O *home office*, ocasionado pela pandemia fez com que muitos profissionais tivessem que lidar com novas questões como dividir o espaço privado de suas casas para demandas de trabalho, controle de tempo, conhecimento sobre diversas ferramentas digitais, aquisição de novas ferramentas de trabalho, maior exposição da sua imagem, além dos medos e inseguranças provocadas por essas mudanças, o que repercutia também na saúde mental desses profissionais.

Diante de todos esses pontos, faz-se necessário refletir sobre esses aspectos ergonômicos e o trabalho dos TILSP nesse “novo normal”, caracterizado pelo ensino remoto e híbrido. Tais reflexões possibilitam evidenciar diversas problemáticas não visibilizadas sobre a atuação do profissional nesse contexto, assim como, buscar construir estratégias que visem melhoria do trabalho profissional.

A FEBRAPILS divulgou a Nota Técnica nº 004/2020 que versa sobre a interpretação simultânea remota para a Língua Brasileira de Sinais, considerando os vários aspectos que tange esse trabalho, como por exemplo, o local da atividade, conectividade e equipamentos, enquadramento e interpretação, trabalho em equipe e confidencialidade. Além desses aspectos, percebe-se que a vivência do trabalho remoto possibilitou desdobramentos

no campo técnico, cognitivo, financeiro, ergonômico e emocional.

É importante ressaltar que as discussões trazidas aqui não contemplam todas as vivências, afinal, existe uma multiplicidade de realidades, que faz com que cada vivência seja única. O intérprete educacional - IE, pode estar inserido do ensino básico ao superior, em instituições públicas ou privadas, em regiões urbanas ou rurais, em contextos econômicos distintos, tudo isso influencia na forma como cada profissional vai lidar com os novos desafios do trabalho remoto. Diante disso, as discussões buscam trazer elementos e pontos que parecem fazer parte de um eixo comum das diferentes vivências, mas sem perder de vista as singularidades.

Há de se mencionar que a atuação remota não é algo atual ou decorrente do período de pandemia, já existia um quantitativo de profissionais que atuavam no ensino à distância ou em outras modalidades remotas, ficando estes mais adaptados ao novo contexto, visto já estarem inseridos nessa dinâmica. Inclusive a acessibilidade em meios audiovisuais já possui algumas normas estabelecidas na Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/15 e em NBRs, como também a Nota Técnica Nº 01/2017 e Nota Técnica Nº 02/2017 emitidas pela FEBRAPILS. No entanto, a maioria dos IE atuavam no modelo presencial, fazendo com que essas mudanças atingissem uma grande parte da categoria.

## **A Interpretação remota**

A interpretação remota ocorre quando o intérprete não está situado no mesmo local onde se encontra os participantes da comunicação, ou seja, a interpretação será realizada através de algum recurso tecnológico que permitirá que pessoas em locais distintos se conectem através de uma plataforma, tornando possível a comunicação.

Se faz necessário pontuar que a modalidade remota na educação é diferente do ensino à distância, sendo este, um modelo já usado em instituições que possuíam os seus cursos dentro da modalidade de educação a distância - EAD. Nesta, o intérprete está presente no mesmo local do emissor da mensagem e geralmente o material é gravado e disponibilizado para o público posteriormente. Como o modelo EAD não é usado no ensino regular, ele representa um número bem menor, quando comparado aos cursos presenciais, apesar do aumento na procura de cursos à distância

no período da pandemia.

Por outro lado, com o fechamento de todas as instituições educacionais, o modelo remoto teve que ser implantado de forma emergencial, atingindo do ensino infantil as especializações. É engano supor que a única diferença se dá pela mudança de ambiente no momento da interpretação, ou seja, apenas um deslocamento físico. Os desdobramentos são bem mais amplos e negar isso pode resultar no comprometimento do serviço prestado, visto que não se cria estratégias adaptadas com o presente contexto.

Uma das primeiras mudanças e talvez a mais claramente perceptível é o novo ambiente que esse profissional estará atuando, ou seja, a sua própria residência. O que antes era um local de descanso e privativo, passa a ser compartilhado com as demandas de trabalho. De tal forma, que um quarto, uma sala, uma cozinha ou qualquer outro cômodo da casa, passou a ser ambiente de trabalho. Muitos desses espaços não possuíam uma boa estrutura, como por exemplo um fundo branco, iluminação boa, entre outros tipos de recursos, que garantissem uma boa visualização no momento da transmissão. Alguns recursos, antes não necessários, passam a ser de extrema necessidade, como notebook, iluminação, velocidade na internet, programas de edição, capacidade de armazenamento de conteúdo, entre outros. Tudo isso, exige do profissional investimento financeiro e aquisição de conhecimento, afinal, muitas dessas ferramentas não faziam parte da dinâmica de trabalho dos TILSP.

Muitos profissionais residem com outros membros familiares, alguns com crianças pequenas, o que também se tornou um desafio gerenciar e compartilhar o tempo e o espaço com outras pessoas, que muitas vezes também estará fazendo uso da residência como ambiente de trabalho. Considerando que a interpretação simultânea é a mais usada no período remoto, o que exige do profissional maior concentração e esforço cognitivo, o ambiente, se não bem controlado, pode ocasionar em comprometimento da interpretação. O controle do tempo passa a ser do próprio profissional e embora isso possa parecer positivo, pode ocasionar em acúmulo de trabalho, visto que as pessoas não estavam habituadas a gerenciar o seu próprio tempo. Todo esse contexto gerou instabilidade emocional, inseguranças, medos, estresse, afetando como um todo a saúde mental do intérprete.

É bem verdade que não existem apenas aspectos negativos nessa nova dinâmica, que foi ocasionada ou talvez acelerada abruptamente pela pandemia. Existem diversos pontos que o *home office* traz como benefícios, como por exemplo, maior flexibilidade com os horários de trabalho, diminuição no tempo de deslocamento, segurança à saúde, visto que, este profissional será menos exposto, aquisição de novos conhecimentos e novas práticas. Também é preciso reconhecer que a adaptação e o manejo para o trabalho *home office*, se torna cada vez mais necessário, diante de um mundo que vem acelerando rumo a digitalização, e que talvez essas mudanças ganhem cada vez mais caráter de permanência. Em uma pesquisa realizada por professores e pesquisadores da fundação Dom Cabral (FDC), visando identificar as percepções dos trabalhadores quanto ao trabalho remoto no contexto da pandemia, ocasionada pela COVID-19, verificou que,

para alguns o isolamento foi uma oportunidade para experimentar essa modalidade de trabalho. Os respondentes também indicaram que as condições para o trabalho Home Office no contexto da pandemia não são as melhores, pois a situação é imposta e não há possibilidade de flexibilização. Ainda assim, suas percepções sobre a experiência são positivas. (COLETA; SALUM, 2020)

É necessário pontuar que a pesquisa citada acima foi realizada em ambientes empresariais, o que também influencia nas percepções dos profissionais quanto às suas vivências, visto que tais instituições buscam a lucratividade, e que, portanto, supõe a existência de maior direcionamento de recursos para a melhoria da qualidade do trabalho, assim como, maior independência na realização das atividades, diferente do contexto educacional e tudo que envolve a dinâmica de ensino e aprendizagem. Diante disso, é importante elucidar os vários aspectos e desdobramentos próprios da vivência do intérprete no contexto educacional em períodos da pandemia.

Desde o início da pandemia foi perceptível que o trabalho do intérprete de LIBRAS recebeu maior visibilidade e as empresas e instituições começaram a se preocupar em garantir que um profissional estivesse presente em seus eventos, visto que seria transmitido. Isso fez com que muitos profissionais, que antes trabalhavam em um espaço privado, passassem a ter que se expor diante de uma câmera, inclusive com seu trabalho sendo avaliado por outros profissionais. Se por um lado, essas questões foram

recebidas como positiva até por conta de uma melhor demanda em contratações, por outro, gerou maior insegurança, medo e vergonha, principalmente para os que não estavam habituados a trabalharem dentro desse formato.

Podemos citar situações em que o intérprete atuava dentro de uma escola e que os eventos não eram transmitidos, mas que devido ao fechamento, a escola resolveu criar um seminário que será transmitido pelo YouTube, com acesso liberado para qualquer pessoa. Diante disso, consegue-se perceber que os impactos gerados vão além da simples mudança no local de atuação, e que portanto, atinge diferentes dimensões.

## **Ambiente virtual, recursos tecnológicos e financeiros**

As ferramentas tecnológicas têm sido cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas, visando potencializar e agilizar os processos e a dinâmica de trabalho. Com o isolamento social, os recursos tecnológicos ganharam muito mais relevância, tornando-se algo extremamente necessário para a continuação das atividades. A exemplo da educação que a única estratégia possível naquele momento, era o retorno das aulas no formato online, e isso não seria possível sem a implementação dos recursos tecnológicos. Por outro lado, aulas que necessitavam totalmente serem presenciais, foram suspensas por tempo indeterminado, fazendo com que os educandos aguardassem o retorno, e o intérprete tendo seu contrato suspenso.

Apesar do uso da tecnologia ser visto como algo positivo em muitos aspectos, a forma como ela ganhou espaço durante a pandemia, gerou muitos impactos, visto ter sido um processo abrupto e sem um período de adaptação. De forma repentina, os TILSP, assim como professores, estudantes, funcionários e outros agentes da educação, se viram dentro de casa, precisando prover e gerir esses recursos. Soma-se a isso, o fato de que os profissionais são de gerações distintas e muitos, mesmo em um mundo digital, não tinham tanta fluência no uso das diferentes ferramentas, diferente da geração Z, considerados nativos digitalmente e que, portanto, sentiram em menor grau os impactos dessas transformações.

As aulas, eventos, seminários, palestras, workshops, Lives passaram a ser transmitidas via diferentes plataformas, sendo a mais usadas no

contexto de sala de aula o Google Meet, Zoom e Microsoft Teams e para eventos em geral, o YouTube e Instagram. Cada plataforma tem as suas configurações e se tornou necessário adquirir um mínimo de conhecimento para que fosse possível interagir dentro da plataforma.

Algumas, em detrimento de outras, facilitam a dinâmica na hora do revezamento, a boavisualização dos slides e de outras pessoas que estão na plataforma. Umas são mais fáceis de serem manuseadas, isso fez com que houvesse a maior necessidade de interação entre professores, TILSP e estudantes para discutir os melhores meios de garantir a acessibilidade. Alguns profissionais se queixavam de que na hora do revezamento, não conseguiam visualizar a janela do outro intérprete, fazendo com que muitas vezes ocorresse a dupla interpretação ou a ausência da interpretação por alguns momentos.

A problemática da visualização é decorrente de vários fatores, um deles é o fato de que alguns TILSP não têm notebook, e, portanto, precisam usar o aparelho celular na plataforma, e como este restringe o campo visual, impede muitas vezes do profissional visualizar a janela dos outros participantes. A LIBRAS é uma língua visual, sendo necessário que os intérpretes tenham contato visual entre si, com o estudante surdo e com os slides, caso este esteja sendo usado. *“Houve momentos em que o estudante surdo estava sinalizando / opinando sobre algum trecho e eu não enxergava porque tinha fixado a tela da apresentação. Diferente do estudante ouvinte que abre o microfone e fala, o surdo precisa que alguém esteja olhando a sua janela”.*

Uma das estratégias para resolver essa situação era pedir que o outro profissional que não estivesse no momento da atuação, ficasse atento, caso o estudante surdo sinalizasse. Outra forma era pedir que qualquer ocorrência fosse colocada no chat, mas nem sempre dava certo pois devido ao posicionamento e distância do profissional frente a tela, não dava para acompanhar as mensagens no chat. Ao longo do tempo, outras estratégias foram sendo tomadas e muitas vezes o próprio professor ou outro estudante abria o microfone e informava que o estudante surdo estava comentando algo. Importante ressaltar que muitas vezes os TILSP atuam sozinhos, o que dificulta em vários momentos, visto ficarem sem um apoio.

Sabe-se que o papel do intérprete educacional tem uma relação intrínseca com o processo de aprendizagem do estudante, o que faz com que essas reflexões sejam de grande relevância, pois visa garantir que o



discente esteja tendo plena compreensão do conteúdo ministrado. Com a migração para o ambiente virtual, essa relação frente a frente se perde um pouco, pois muitos estudantes preferem ficar com a câmera fechada, o que atrapalha um pouquinho para que o intérprete perceba, através das expressões faciais, se o estudante está entendendo o que está sendo interpretado.

As tecnologias de alguns aparelhos celulares, além do sistema usado, podem limitar o uso de algumas plataformas em detrimento de outras. Alguns intérpretes que usam o sistema da Apple (iphone), relatam sentir dificuldade com a plataforma StreamYard - estúdio virtual que permite que os usuários façam Lives com mais de uma pessoa ao mesmo tempo - pois o sistema não suporta a plataforma, resultando em quedas de conexão.

Essa nova realidade fez com que muitos profissionais se vissem na necessidade de adquirir alguns materiais e dispositivos adaptados ao cenário virtual, o que gerou impactos de ordem financeira, afinal, muitos não tiveram apoio financeiro das instituições onde trabalhavam, tendo que utilizar os próprios recursos financeiros. Materiais como notebook, fone de ouvido, microfone, high light, fundo verde (efeito chroma key), cadeira apropriada, dentre outros, passaram a ser itens de relevância para melhoria na qualidade da interpretação.

Desde que iniciou a pandemia, precisei fazer alguns ajustes para conseguir trabalhar. Sempre preciso estar com o Wi-Fi e o 4G ligado, caso algum dos dois venha a falhar. Comprei um high light, pois a iluminação do meu quarto não favorece. Também precisei comprar espaço na nuvem, pois não tinha memória para alocar os vídeos gravados. Porém ainda sinto muita dificuldade com as gravações e edição de vídeo, pois o meu notebook não tem um bom processador para edição de vídeos e fica travando. As vezes uso mais de uma hora para conseguir editar um vídeo de 40 minutos (autoria própria, 2021).

Tais aspectos trouxeram à luz a questão da exclusão virtual, presente na realidade de intérpretes, professores e estudantes. Ter acesso a internet de qualidade, ainda não é realidade de todos e muitos profissionais sentiram o impacto dessa questão quando passaram a atuar de forma virtual. A exclusão digital é um desdobramento da exclusão social, logo uma questão de políticas públicas. [...] e a introdução repentina dessas iniciativas está demandando uma série de ajustes para incluir a todos nesse processo. (ABREU, 2020, p 156).

Importante ressaltar que o processo de adaptação ao home office é particular, podendo reunir opiniões diversas, no que se refere ao melhor modelo de trabalho. No entanto, seja no modo presencial, remoto ou híbrido, se faz necessário atentar aos diversos aspectos que podem contribuir significativamente na qualidade do serviço e consequentemente no processo de aprendizagem do estudante e no bem-estar físico e psicológico do profissional.

### **Ergonomia: uma relação entre saúde física e mental do TILSP**

O intérprete de LIBRAS necessita realizar escolhas tradutórias ao longo de todo processo laboral e isto demanda exigências cognitivas semântica, de processamento e de práxis.

Mas, as repercussões motoras são inerentes a este processo e devem ser analisadas em uma perspectiva preventiva e não apenas como resultantes de processos inflamatórios de articulações. Bauk (2008), afirma que manipular os braços na horizontal, ficar na postura sentada ou de pé sem adaptações ergonômicas, por horas, podem acarretar “sintomas de degeneração articular crônica e problema discais” (BAUK, 2008, p.115).

Se tratando do tempo de interpretação, os profissionais relatam que geralmente atuam sozinhos nas experiências de sala de aula e atrelado a isso relatam fadiga muscular e um processamento mais lento na contração muscular e no repasse de informações. Estes eventos podem ocasionar doenças relacionadas ao Trabalho (DORT). De posse disto, observe a tabela 1 disposta a seguir:

Tabela 1- Tempo de pausa no processo laboral

<b>TEMPO DE PAUSA</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
20 MINUTOS	33,33 %
60 MINUTOS	33,33 %
TRANSIÇÃO DE AULAS	66,66 %

Fonte: autoria própria, 2021

Nesta tabela 1, intitulada “Tempo de pausa no processo laboral”, observa-se que o tempo de descanso não é uma prática conforme usual

entre as autoras deste artigo, destoando do que é preconizado nas recomendações, na qual destaca que “os intérpretes atuem em equipe, (minimamente em duplas) em situações comunicativas dialogais com mais de 40 minutos de duração, sendo necessário o revezamento a cada 20 minutos”

Essa rotina de interpretação pode potencializar desgastes articulares e o estresse laboral. No trabalho home office, outra demanda encontrada é o uso de assentos inadequados. No relato, *“prefiro aos bancos, não têm encostos e braços que atrapalham o processo interpretativo”* Nesta fala, a profissional não pensa em sua demanda de trabalho a longo prazo e consequentemente vícios posturais inadequados.

Com a transição para o trabalho remoto, novas demandas relacionadas ao cansaço físico e mental passaram a surgir, com particularidades diferentes do modelo presencial. Os TILSP passaram a ficar exposto a iluminação das telas por muito mais tempo, além das outras iluminações que são usadas para favorecer a visualização de quem acompanha virtualmente o processo tradutório. Essa questão do excesso de luminosidade causa fadiga e cansaço visual, podendo resultar em dor de cabeça, irritabilidade, transtornos relacionados ao sono e estresse. Há de se considerar que muitos desses fatores danosos não são percebidos de forma consciente pelo profissional, principalmente diante de uma cultura que se direciona para produtividade e pouco se atenta aos cuidados com a saúde de forma preventiva. Diante disso, questões como, controle da luz, diminuição da iluminação das telas, se posicionar com uma distância adequada dos aparelhos luminosos, pausas para descansar a vista, além de outros aspectos, não recebem a atenção necessária.

Novos desafios e as mudanças na dinâmica de trabalho podem ter um caráter bastante positivo no nível de satisfação do trabalhador e, portanto, na sua qualidade de vida. Porém os novos desafios podem não alcançar esse objetivo, quando não vem atrelado a um processo de adaptação, disponibilidade de recursos para execução das atividades, ambiente adequado, gerenciamento das complexidades das tarefas, entre outros.

Os TILSP educacionais, se depararam com uma nova realidade de forma abrupta, necessitando de maneira emergencial se instrumentalizar de conhecimentos teóricos e técnicos, que lhe permitissem o desenvolvimento das suas atividades. Isso gerou um acúmulo de trabalho, visto que

agora o profissional precisaria aprender a utilizar algumas plataformas, buscar programas que viabilizasse a gravação de materiais para momentos assíncronos, tempo para edição e envio de materiais. Muitas das vezes, esse tempo necessário para novas demandas, não são debitados da carga horária que o profissional estará atuando em sala de aula ou eventos afins. Essa sobrecarga de atividades pode gerar efeitos negativos a curto e longo prazo, gerando fadiga e estresse.

A falta de recursos como ausência de intérprete para revezamento, internet com baixa qualidade, aparelhos com poucos recursos tecnológicos que suporte as plataformas, entre outros pontos geram medos e inseguranças. Alguns intérpretes não conseguiam atender às demandas devido a esses fatores ou muitas vezes ficavam receosos de entrar em sala de aula e a internet falhar, podendo ocasionar em interrupção do serviço. Tal situação gera uma cobrança externa e interna, com sentimentos de culpabilização, frustrações e medos, visto que isso também pode ocasionar na perda de empregos, situação já temida por milhões de brasileiros em contexto de pandemia. Alguns profissionais relatam muitas vezes irem para casa de vizinhos ou parentes no momento da interpretação, temendo falhas tecnológicas.

Tais questões nos levam a concluir que, se o revezamento no modelo presencial já era algo necessário devido a diversos fatores já pontuados, ele se torna ainda mais elementar nestes novos tempos, quando situações que independem da capacidade física, técnica e mental do TILSP, interfere no resultado final do trabalho, assim como, podem contribuir para o adoecimento físico e mental, podendo incorrer em afastamentos laborais.

Outro aspecto a salientar é que no ambiente *home office*, muitos profissionais não têm nas suas casas espaços reservados para execução do seu trabalho, tendo muitas vezes que lidar com interferências de crianças, barulhos internos e externos, falta de privacidade. A atividade do TILSP exige que ele esteja com a sua câmera aberta, visto trabalhar com uma língua visual, essa particularidade no contexto do trabalho remoto, ocasiona em maior esforço e cuidado por parte do intérprete, dado que, o seu ambiente, outrora privado, passa a ser compartilhado com outras pessoas.

Pesquisa realizada pela Universidade do Sul da Califórnia e com dados publicados no *Journal of Occupational and Environmental Medicine* relatou que 64% dos entrevistados apresentaram novos problemas físicos

e 75%, mentais, ambos relacionados ao trabalho *home office*. A pesquisa também mostrou que, em média, a jornada de trabalho aumentou em média 1h30 por dia. Tais dados chamam atenção para a necessidade de implantar medidas preventivas, visando diminuir os impactos negativos do serviço remoto na prática dos intérpretes de LIBRAS.

Sabe-se que as instituições e empresas têm um papel fundamental na melhoria dos aspectos ergonômicos que favoreçam a saúde e consequentemente a produtividade nos serviços de tradução e interpretação, no entanto, a busca pelo bem-estar físico e psicológico também é papel dos TILSP, assim como dos agentes governamentais.

No que se refere às instituições, cabe a estas, buscarem oferecer os recursos necessários para execução do serviço, atentando-se aos aspectos ergonômicos e construindo diálogos diretos com os profissionais, tentando identificar demandas e necessidades. Realizar trabalho de sensibilização com outros agentes educacionais, com a finalidade de explicitar as particularidades do trabalho dos TILSP em período remoto. Flexibilizar os horários e garantir a efetividade dos parâmetros regulatórios sobre a profissão do intérprete de LIBRAS, entre outros aspectos que se fizer necessário.

Enquanto profissionais, precisamos buscar a melhoria na dinâmica de trabalho, investindo em recursos físicos, dentro das possibilidades e particularidades de cada contexto. Construindo rotinas de trabalho mais saudáveis, tentando separar os horários direcionados para trabalho e descanso. Buscando promover diálogos enquanto categoria, fortalecendo a classe na construção de propostas para melhoria nas formas de trabalho, além de implementar atividades que promovam saúde mental e física.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o contexto abordado, no transcorrer deste relato de experiência, observa-se que a pandemia causada pelo novo coronavírus afetou severamente o estilo de vida das pessoas e em muitos casos sendo letal. Com impacto global, a proporção expressiva de contágios do novo coronavírus também gerou rupturas temporárias ou permanentes nos contextos laborais, fisiológicos, psicossociais, econômicos, afetivos, assim como na relação de ensino aprendizagem e consequentemente no

trabalho dos tradutores intérpretes de LIBRAS que atuam no campo educacional.

Estudar, criar, empreender, interpretar, editar, traduzir ou publicar são verbos inseridos no cotidiano dos TILSP de forma mais usual no modelo remoto. Lives, reuniões, formações acadêmicas e registros de produção de conteúdos se tornaram permanentes nos algoritmos tecnológicos, desencadeando ansiedade, angústias e frustrações por marginalização do meio digital e políticas públicas fragilizadas no campo da educação.

O relato de experiência buscou trazer à luz, diversas questões problematizadoras vivenciadas pelos profissionais durante a pandemia, compreendendo que visibilizar tais aspectos, nos direciona a encontrar estratégias para a efetiva garantia da acessibilidade educacional. A relação com o modelo remoto mostrou que este também pode oferecer diversos benefícios em diferentes áreas, incluindo a educação, de forma que a expectativa é que o modelo híbrido ganhe força ao longo do tempo.

Diante disso, se faz necessário construir caminhos possíveis com a corresponsabilização dos tradutores intérpretes de LIBRAS, das instituições de ensino e dos agentes públicos. Salienta-se a necessidade de ampliar o número de pesquisas de cunho qualitativo referente ao tema deste trabalho, pois seria possível alcançar mais pessoas. Ressalta-se também que os TILSP devem considerar sua saúde ergonômica no processo laboral em prol da qualidade de vida e prevenção de doenças relacionadas ao trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABREU, B. M. Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v.13, n. 1, 2020.

BAUK, D. A. **Temas de ergonomia para médicos do trabalho**. 2.ed. Niterói: Nitpress, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 24 de abril de 2004**. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, v. 116, p. 1435-1436, dez. 2004. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/)

ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em 06 de dez de 2021

\_\_\_\_. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 abr. 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) > Acesso em: 05 de dez. 2021.

\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 de julho de 2015. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) > Acesso em: 05/10/2021.

COLETA, K.; SALUM, F. **Novas Formas de Trabalhar: Os Impactos do Home Office na Crise.** Fundação Dom Cabral 2020. Contexto de pandemia da COVID-19”. Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 3, n. 7, 2020. Disponível em: <https://www.granthornton.com.br/insights/artigos-e-publicacoes/novas-formas-de-trabalhar-os-impactos-dohome-office-na-crise/?hubId=1795095> > Acesso em 08 de dezembro 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES, INTÉRPRETES E GUIAS- INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS. **NT Nº 004/2020: Nota Técnica sobre interpretação simultânea remota para a Língua Brasileira de sinais**, 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Zap62uLDTJ7TPKnDedaO9Z0k0I0rmvWf/view> > Acesso em 30 de nov. de 2021.

\_\_\_\_. **NT Nº 01/2017: Nota Técnica Sobre A Atuação do Tradutor, Intérprete e Guia- Intérprete de Libras e Língua Portuguesa em Materiais Audiovisuais Televisivos e Virtuais**, 2017. Disponível em: < <http://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2017/07/nota-tnica-febrapils-feneis-materiais-audiovisuais.pdf> > Acesso em 30 de nov. de 2021.

\_\_\_\_. **NT Nº 02/2017: Nota Técnica Sobre A Contratação do Serviço de Interpretação De Libras/português e Profissionais Intérpretes De Libras/português**, 2017. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/0B3eZNKrWC6hcWnAyd3FIU2VFQmc/view> > Acesso em 30 de nov. de 2021.

XIAO, Y.; BECERIK-GERBER. B. D.; LUCAS., G.; ROLL, S. C. **Impacts of Working**

**From Home During COVID-19 Pandemic on Physical and Mental**

**Well-Being of Office Workstation Users.** Journal of Occupational and Environmental Medicine. Volume 63 - Edição 3 - p. 181-190, mar, 2021. Disponível em: < [https://journals.lww.com/joem/Full-text/2021/03000/Impacts\\_of\\_Working\\_From\\_Home\\_During\\_COVID\\_19.2.aspx](https://journals.lww.com/joem/Full-text/2021/03000/Impacts_of_Working_From_Home_During_COVID_19.2.aspx)> acesso em 06 de dez de 2021.

PERNAMBUCO. **Decreto 48.810 de março de 2020.** Regulamenta, no Estado de Pernambuco, medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, conforme previsto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=3907>> acesso em 01 de dez de 2021.



## Capítulo 4

# INTÉRPRETES DE LIBRAS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO E OS DESAFIOS QUE PERMEIAM SUA ATUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

*Jayne Rocha Caldeira<sup>1</sup>*

*Darlene Seabra de Lira<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Diversos temas no que diz respeito a inserção e atuação do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais - TILS são abordadas na sociedade, questões que abrangem diversos contextos, entre elas pode-se destacar a inserção desse profissional e sua formação ao atuar no campo educacional. Essa atuação, se deu a partir da procura dos surdos pelas salas de aula, que culminou com o movimento pela inclusão escolar, não só dos surdos, mas das diversas deficiências, tendo como um dos grandes marcos históricos a Declaração de Salamanca em 1994, onde trata da inclusão de crianças e jovens nos sistemas regulares de ensino.

Sendo que somente em 2010, a atuação do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais -TILS foi de fato reconhecida oficialmente, com a promulgação da Lei 12.319/2010 que regulamenta a profissão, dando maior visibilidade ao intérprete de LIBRAS.

Assim, o interesse pelo estudo se deu mediante a observação da

---

1 Pós-graduanda em Libras pela Faculdade Venda Nova do imigrante; graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Oeste do Pará; e-mail: jayne.rocha-jr@gmail.com

2 Mestranda em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará, Especialista em Estudos Surdos pela Faculdade Santa Helena, Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, Professora do Curso Letras Libras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: darlenseabra@hotmail.com

atuação dos intérpretes de Libras na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, onde verificou-se a carência por formações, bem como dificuldades na prática de interpretar. Trazendo como proposta principal explicitar de que forma se dá o processo de formação do TILS dentro da Universidade e nesse sentido perceber como isto interfere em suas práticas, visto que já são inúmeras as questões levantadas na sociedade no que diz respeito a inserção e atuação deste profissional.

A pesquisa está dividida em três (3) sessões: a primeira trata sobre o contexto histórico por detrás da atuação prática dos TILS; a segunda sessão discorre sobre os cursos, aperfeiçoamentos fundamentais para TILS necessários para se aperfeiçoarem na profissão, no sentido da formação como profissional que exige competências para mediação entre a Língua Portuguesa – LP e Língua de Sinais - LS; e a terceira apresenta o debate entre teoria e prática com a pesquisa de campo das entrevistas aos TILS da UFOPA.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Contextualização histórica dos espaços de atuação e prática dos Intérpretes de língua de sinais**

No decorrer dos anos, os intérpretes de língua de sinais passaram por vários processos históricos. Como parte desses processos, notamos importantes passos tomados pelos profissionais intérpretes de língua de sinais. Aqueles que tinham familiares surdos, os que aprenderam a língua de sinais em algum contexto religioso e posteriormente continuaram atuando na educação, e aqueles que já estavam no meio educacional e continuaram nela atuando como intérpretes.

A situação dos intérpretes passa por mudanças a datar da Primeira Guerra Mundial, segundo Pagura (2003, p. 213)

Foi o que aconteceu, por exemplo, no famoso Congresso de Viena, realizado em 1814- 1815. Com a entrada dos Estados Unidos na Grande Guerra, torna-se necessária a interpretação entre inglês e francês, uma vez que alguns dos representantes americanos, como também os da Inglaterra, não falavam francês com a fluência necessária para as negociações. Considera-se que o primeiro dos intérpretes modernos foi Paul Mantoux. Nascido e educado

na França, era professor do University College, de Londres. Foi o principal intérprete das conferências realizadas na França imediatamente após a Primeira Guerra, que negociaram o Tratado de Versalhes.

Devemos perceber que o intérprete sempre esteve presente em diversos cenários, ou se fez necessário sua presença, pois como podemos observar, a dificuldade na comunicação com os surdos foi algo constantemente recorrente, inclusive eram considerados seres humanos mundialmente ineducáveis de tal forma que foi necessário o próprio povo desempenhar papel de tradutor. De acordo com Cavalcante e Pinheiro (2014, p.68)

A profissão de intérprete está historicamente vinculada a um trabalho assistencial, com início nas atividades religiosas. A busca por profissionalização da profissão encontra barreiras para desvencilhar-se desse histórico, mas gradativamente tem sido conquistada em nível nacional.

Por volta dos anos 80 iniciaram as atuações dos intérpretes no contexto religioso. Os intérpretes oriundos desses contextos para o contexto educacional, tinham um mesmo objetivo que era “auxiliar” o indivíduo surdo, que neste sentido caracteriza-se como assistencialismo, demonstrando, de tal forma o não conhecimento da função do intérprete, ou seja, não atribuindo a ele caráter profissional, o que impedia este de ver o surdo como um consumidor, de vê-lo como um usuário que precisa de seus serviços.

Os intérpretes da época não ocupavam uma posição significativa, como possuem hoje, no entanto ao longo dos anos foram conquistando cargos de liderança em seus espaços de atuação, participando de movimentos que desencadearam buscas pelo direito a profissionalização e tornando-se participantes ativos no cenário nacional. Ativos de tal forma que foram ganhando cada vez mais espaço e conquistando direitos por sua meritocracia, tendo em vista a luta que veem enfrentando ano a ano para melhoria no campo que atuam.

Percebe-se ainda que a atuação do profissional, não era tão conhecida como tal, no entanto já era de extrema relevância, o que contribuiu ainda mais para que este ganhasse cada vez mais espaço na Sociedade.

Os intermediadores linguísticos e culturais não tinham muito

conhecimento na sua atuação no que diz respeito a execução da interpretação, porém, se embutiam nas comunidades, com o intuito de aprimoramento da língua de sinais, para posteriormente repassar os ensinamentos, de tal forma que se não passassem por este processo, haveria o perigo de ocorrer a continência dos conhecimentos.

O processo também ocorreu com as Línguas de Sinais, em que as interpretações iniciaram primeiramente na França, como consequência do processo histórico que perpassou o país no que diz respeito à educação de surdos, sendo que se têm registros datados do início do século XX.

Pagura (2003) afirma que nos meios profissionais se usa a expressão “método sinkor swim” para a formação dos intérpretes daquela época, isto é, significa de forma literal “afogue-se ou nade”, uma vez que os mesmos não recebiam orientação alguma de como atuar. Neste período a interpretação consecutiva era mais frequente na interpretação. No entanto o cansaço também era maior para os intérpretes, bem como para quem estava palestrando, além do tempo que era necessário para essa modalidade.

## **Os instrumentos legais para redirecionar a história da atuação do TILS**

É importante salientar as implicações com aspectos diversos relacionados a oficialização da Libras no Brasil. Na Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002 no aspecto social, por exemplo onde sabe-se que o surdo tem direito a intérpretes em diversos contextos, entre eles, o público, o subjetivo em que para o surdo é necessário uma língua para que possa se estabelecer enquanto sujeito, temos também o terapêutico que se utiliza da interpretação bilíngue no âmbito clínico, e o educacional, onde o surdo precisa que seus conteúdos sejam interpretados por um intérprete a partir da LIBRAS.

Com a lei de Lei nº 10.436/2002 a LIBRAS passou a ser reconhecida oficialmente, implicando em questões levantadas a respeito das necessidades voltadas a comunidade surda relacionadas ao uso da língua de sinais em uma perspectiva bilíngue.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos

de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002)

O decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 garante o intérprete na sala de aula, regulamentando a lei 10.436 que trata da obrigatoriedade da Libras nas Licenciaturas em sua totalidade, nos cursos de Pedagogia e Fonoaudiologia no Brasil, que aborda o tema em capítulo específico sobre a formação do TILS.

Com a aprovação do decreto pelo governo Federal a profissão do intérprete ganha mais força, bem como as responsabilidades que perpassam por ele, levando em consideração suas áreas de trabalho, porém, os ganhos não sobrepõem as dificuldades que esse profissional se depara, pois infelizmente ainda não há uma política que de fato estipule um teto salarial para a profissão, por exemplo, além de um sindicato que lute pelas causas junto ao INSS ou mesmo a previdência social. Contudo, a lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 vem regulamentando:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - Cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - Cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. (BRASIL, 2010)

Essa lei significa um avanço no conceito de comunicação inclusiva e do reconhecimento da Libras como uma língua oficial, da qual muitas pessoas dependem, é a concretização de anos de lutas históricas enfrentadas por intérpretes, pelos direitos como profissionais intermediadores de uma língua oral auditiva e uma língua visual motora em uma sociedade real em que esses esforços se tornam cada vez mais necessários para a conquista e inserção destes nos campos educacionais de fato.

Em virtude de um número alto de matrículas de alunos com deficiência, especificamente a surdez no ensino superior houve a necessidade da contratação dos Intérpretes, porém, ao adentrar o meio acadêmico este profissional enfrenta desafios que ainda são pouco abordados. Com o intuito de explorar este assunto dá-se a relevância deste estudo que aborda suas trajetórias de formação bem como sua atuação no ensino superior.

## **Estabelecendo um debate teórico sobre a formação do TILS**

No mundo, encontramos alguns aspectos que precisam ser destacados no que diz respeito a evolução dos intérpretes, como o direito da pessoa surda ao intérprete, a aceitação da língua pela sociedade, o entendimento perante a quantidade de pessoas surdas e a necessidade de uma demanda de intérpretes que alcance esse público, formação e treinamentos, bem como atitudes da comunidade surda para a importância desse profissional.

Na Europa, as formações são promovidas pela associação de surdos, com cursos formais que duram de 6 meses a 2 anos e em alguns locais o poder público que dispõe dos recursos necessários para essa formação. Todavia, os problemas encontrados ao longo desse processo são

comuns a sociedade, tais como o não conhecimento da língua pelos surdos, o tempo de curso não é o suficiente, sem contar a falta de conhecimento da pessoa surda, que mesmo tendo o domínio da língua de sinais, neste caso, ser nativo na língua, estes indivíduos não ouvem, nem falam o que inviabiliza o processo da tradução.

O trabalho do Intérprete de LIBRAS no Brasil só obteve a real importância em meados dos anos 1980 e vem crescendo gradativamente à medida que a comunidade surda toma seu espaço na sociedade e a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como língua. No entanto, as dificuldades encontradas em sua atuação ainda são extremas, desde o processo de reconhecimento, bem como seu exercício e formação.

“Os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país.” (QUADROS, 2008, p.153).

Devemos considerar que o intérprete obteve passos importantes ao longo dos anos, visto que anteriormente este era visto como presença desnecessária ou mesmo de alto custo para a Sociedade.

São diversas as formações existentes para intérpretes no mundo, como consequência têm-se cada vez mais a busca por especializações na área, aumentando a busca por formação na medida que a comunidade surda participa de forma ativa na Sociedade, sendo que esta comunidade deve ter uma identidade sócio-cultural-política o que promoverá o intérprete como profissional. Quadros (2004, p.47) em definir “Essa variação em níveis de qualificação reflete um desenvolvimento sócio-cultural da comunidade surda. A preocupação em formar intérpretes surge a partir da participação ativa da comunidade surda na comunidade em que está inserida.” Neste sentido precisamos estar atentos ao nível de envolvimento dos surdos, pois dependendo da envoltura desta comunidade a formação do intérprete pode ter sucesso ou, por outro lado, fracasso. Torna-se importante o frequente engajamento da comunidade surda juntamente com os intérpretes no sentido de estarem lutando concomitantemente pela causa.

Se faz necessário destacar alguns pontos que influenciam no desenvolvimento do trabalho dos intérpretes, entre eles estão uma formação de qualidade, que de fato promova a este profissional qualidade em sua atuação, ter conhecimento prévio do que se irá traduzir ou interpretar, neste caso, das disciplinas, dificuldade encontrada na compatibilidade Língua Portuguesa/ LIBRAS, frisando ainda a relação professor e intérprete, entre outras.

Com a validação do Decreto Lei 5.626/2005 que provém a LIBRAS como objeto de estudo científico, houve a necessidade e a preocupação do governo quanto a formação dos intérpretes, mudando sua postura no que tange o desenvolvimento de pessoas bilíngues.

Com a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS e a efetivação de alguns Encontros Nacionais de Intérpretes em Língua Brasileira de Sinais houveram intensos movimentos provenientes da comunidade surda, além do poder público, muitos deles voltados ao reconhecimento de sua forma de comunicação em sinais além da luta pelo direito a intérprete de língua de sinais nos mais diversos contextos sociais, o que alavancou a extrema necessidade por um profissional legitimado.

Se faz necessário o investimento na formação do intérprete, através de cursos de formação continuada, onde haja amplitude de conhecimento desses profissionais, pois considerando a realidade brasileira, temos um número alto de alunos matriculados no ensino superior e a tendência é o aumento gradativo dessa procura.

### **Aspectos que propiciam a segurança na atuação do TILS**

É atribuído ao tradutor e intérprete de LIBRAS a competência de efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, com outros surdos e com cegos; interpretar as atividades pedagógicas, didáticas em escola de níveis fundamentais; atuar em processos seletivos; apoiar o acesso a serviços públicos; e convir com seus serviços em depoimentos em juízo como órgãos administrativos ou policiais.

Embora a inserção do intérprete de língua de sinais na sala de aula abra a possibilidade de o aluno surdo receber a informação escolar por intermédio de uma pessoa competente em língua de sinais,



apenas a presença desta língua não é garantia de que ele aprenda facilmente os conteúdos. (LACERDA, 2009, p. 16)

Nesse contexto, há a necessidade de formação complementar para o intérprete, como cursos de extensão, graduação, pós-graduação, cursos de mestrado e doutorado, pois, diversas vezes ocorre de o profissional atuar em áreas as quais não está habituado, em diversos sentidos, ou seja, na maioria das vezes, a área de atuação difere da formação que este obteve, os sinais termos se divergem, entre outros desafios encontrados. Desta forma as formações despertam cada vez mais nos TILS suas potencialidades como, pesquisadores, estudiosos e profissionais essenciais, o que concomitantemente gera maior interesse e melhores práticas em sua atuação, além de proporcionar ao profissional trocas saudáveis nos diversos campos de estudos os quais estes estarão inseridos.

## **Um olhar sobre o TILS da UFOPA**

O autoconhecimento da categoria se faz necessário para entender os pressupostos diante da prática desses sujeitos. Neste caso, as práticas, segurança e formação continuada e neste sentido, Quadros (2004, p. 7) define o tradutor-intérprete de língua de sinais como sendo a “Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).” É preciso perceber que a profissão de TILS dentro de uma Universidade que visa a inclusão em sua totalidade é indispensável. Torna-se necessário também a implementação de espaços voltados para o diálogo deste, de modo que a ausência deste cenário implica em dificuldades no reconhecimento do ofício.

Por outro lado, o professor em colaboração com o intérprete abre caminhos para o despertar de novas habilidades, promovendo a maximização das potencialidades do discente surdo, superando os limites das atividades linguísticas desenvolvidas, ultrapassando as fronteiras da sala de aula.

É fundamental, portanto, que seja levado em conta que o papel do intérprete de Libras não limita-se somente a transposição de informações da língua portuguesa para a língua de sinais, mas ultrapassa a competência linguística, o que exige aptidão para cruzar espaços que abrangem

múltiplos contextos que passam não somente pela comunidade surda, mas também por sujeitos ouvintes. Como já citado anteriormente no decreto de nº 5.626/2005 no sentido da formação do intérprete de Libras temos, segundo Brandão e Cavalcanti (2014, p.65):

A partir dos eixos de formação previstos no referido decreto foi oferecido o curso de formação de tradutor/intérprete de Libras, com carga horária de 40 horas, que teve por objetivo habilitar 40 professores da educação básica ou demais profissionais que trabalhassem como intérpretes no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em igrejas, entre outros ambientes, e estivessem interessados em aprofundar seus conhecimentos em Libras, sua interpretação e conhecimento acerca da temática.

Nessa perspectiva de formação o curso foi ofertado visando levantar interrogações acerca da carência em formação do intérprete, oportunizando formação básica aos profissionais. E no final do ano de 2018 foram novamente oferecidas 30 vagas, voltadas para falantes bilíngues de LIBRAS/Português, com duração de 1 ano e carga horária de 200 horas com aulas no turno da noite, visando o aperfeiçoamento das práticas como intérpretes. Nesse seguimento das formações, também se têm o núcleo de acessibilidade da UFOPA<sup>3</sup> definido como:

Uma estrutura física, social e profissional da Ufopa que atende Pessoas Público da Educação Especial e se preocupa com Acessibilidades Arquitetônica, Atitudinal, Pedagógica e Tecnológica. Está em processo contínuo de construção (LBI, 2015, Art.30).

#### O QUE OBJETIVA O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE

Promover em todas as instâncias da Universidade a formação de uma cultura de inclusão social e educacional das pessoas público da Educação Especial, produzindo conceitos que legitimem as representações sobre esses sujeitos a partir da diferença política, cultural, ética, estética e linguística.

#### O QUE FAZ O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE?

Oferta a Tradução e Intepretação da Língua Brasileira de Sinais para estudantes e professores(as) surdos(as);

Promove diferentes cursos da área da Educação Especial e Inclusiva para a comunidade acadêmica e geral;

Desenvolve cursos de formação contínua com servidores da

---

3 Outros Núcleo de Acessibilidade, Disponível em:<<http://www.ufopa.edu.br/proen/diretoria-de-ensino/nucleo-de-acessibilidade-2/>>. Acesso em: 02 de março de 2019

instituição;  
Colabora, organiza e promove eventos na área da Educação Especial e Inclusiva;  
Desenvolve pesquisa e extensão;  
Acessibiliza material educativo;  
Conversão de textos para PDF acessível a pessoas com deficiência visual (cegas ou com baixa visão);  
Vídeos para pessoas surdas;  
Descrição de imagens;  
Produção de material com diferentes texturas e alto relevo;  
Transcrição de textos em Braille;  
Textos em voz...

O núcleo de Acessibilidade corrobora no sentido de oferecer ações que promovem adaptações curriculares para o corpo docente e discente da Universidade, incluindo formações continuadas que envolvem os intérpretes, propiciando a efetivação de ações sociais entre eles.

Neste sentido, a análise decorrente nesta pesquisa está dividida em duas dimensões, sendo elas: A formação continuada que permite que a mediação entre as duas línguas ocorra com segurança por parte do TILS e as práticas, se desdobrando em áreas de atuação. Logo, a análise dos dados da pesquisa de campo será norteadas por essas duas categorias.

## **Metodologia e pesquisa**

O seguinte trabalho traz como proposta produzir um estudo voltado para a análise da prática e formação dos TILS da UFOPA, levantando questões que transcorrem o processo histórico em um olhar baseado na experiência destes profissionais. O modelo de entrevista utilizado nesta pesquisa para obter os dados foi a entrevista estruturada, através de um questionário aplicado com os intérpretes da Universidade. A entrevista foi realizada com cinco (5) TILS da UFOPA, sendo estes contratados em períodos diferentes, bem como idades e tempo de atuação distinto.

Levou-se em consideração todos os questionários aplicados reproduzindo fielmente suas respectivas respostas. Tendo minha participação ativa em todo o desenrolar do trabalho. Foi utilizada a metodologia de pesquisa quantitativa e qualitativa, definida por Fonseca (2002, p. 20) como:

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida

com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros [...].

A pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Estes dois métodos de pesquisa foram empregados juntas pois uma dá sustentação a outra, no sentido da obtenção de informações, uma vez que uma aponta uma abordagem numérica e a outra uma linha mais narrativa.

Tivemos como primeira etapa a pesquisa bibliográfica onde fez-se o levantamento histórico da profissão de TILS, seguida de observação, aplicação dos questionários compostos por dez (10) perguntas, finalizando com a análise de dados.

### **Tipo de pesquisa**

Segundo Demo (1995) a pesquisa é definida como uma atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Neste sentido, realizamos inicialmente a pesquisa bibliográfica, partindo da problemática acerca do processo de formação dos TILS relacionado a sua prática no campo educacional e posteriormente pesquisa de campo, pois através desta, podemos ter acesso a informações e elementos da realidade do objeto de pesquisa, onde também definimos os objetivos, por meio de dados obtidos através de questionários, que trarão as respostas para o problema levantado na pesquisa onde delimitou-se à formação do intérprete atuante na Universidade Federal do Oeste do Pará Campus Santarém.

### **Objeto de pesquisa**

A pesquisa tem por objeto o intérprete de LIBRAS, ou seja, compreender a zona de atuação deste, assim, dentre os elementos para efetivação de seu trabalho verificar o processo e sua prática no campo educacional.

### **Caracterização do lócus da pesquisa**

A UFOPA foi concebida pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de

2009. Está localizada em Santarém no Oeste do Pará. Anteriormente a UFOPA estava localizada no Campus da UFPA em Santarém, o qual depois da aprovação da Lei foi desmembrada deste Campus e também da UFRA e hoje mantém suas atividades em três unidades: Unidade Rondon, localizada no bairro Caranazal; Unidade Tapajós, no bairro Salé e Unidade Amazônia localizado no bairro Fátima.”

Apesar das políticas que garantem o ingresso e permanência dos surdos a universidade, ainda estão presentes diversas implicações no processo educacional. A UFOPA disponibiliza hoje de cinco intérpretes de LIBRAS, no qual dois deles entraram para o quadro de servidores no dia 10 de junho de 2014, 2 no ano de 2017 e o outro em 2018, sendo que os alunos surdos iniciaram as aulas no dia 22 de março de 2014, ou seja, a universidade ainda não havia concursado intérpretes para fazer o acompanhamento dos alunos que foram para a sala de aula sem qualquer tipo de auxílio. Uma experiência fragmentada na vida acadêmica é muito desconfortável aos surdos, já que estes ficavam sem receber conteúdo do curso, informações no que diz respeito a graduação e não conseguiam acompanhar palestras e eventos da instituição.

Atualmente a universidade conta com núcleo de acessibilidade criado através da portaria de número 1.298 do dia 18 de junho 2014, porém, a inauguração do espaço físico criado para atendimento aconteceu no dia 25 de abril de 2016. Funciona em duas salas na unidade Amazônia da UFOPA, o núcleo tem atualmente 1 coordenadora pedagógica, 1 coordenadora geral, 1 servidor, 5 intérpretes de LIBRAS, além de disponibilizar aos estudantes da UFOPA 13 bolsas de “acessibilização e produção de material para pessoa com deficiência” o qual 11 fazem atendimento educacional e 2 auxiliam com o trabalho administrativo, tendo 5 surdos atendidos. Os atendimentos em geral são para tirar dúvidas sobre disciplinas, revisão de conteúdo, auxílio na produção de trabalhos, criação de material didático e organização de eventos científicos.

## **Participantes da pesquisa**

Foi realizada na Universidade Federal do Oeste do Pará, pesquisa empírica, onde está é baseada no levantamento de dados expressivos alcançados por conhecimento adquirido através de experiências

vivenciadas com os intérpretes que atuam nesta, para entender de forma concreta como ocorre de fato o processo de formação e atuação desse profissional dentro da Universidade aplicado para um grupo de 5 intérpretes com anos diferentes de contratação na Universidade.

QUADRO 1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa

IDENTIFICAÇÃO	SEXO	IDADE	EXPERIÊNCIA	FORMAÇÃO
TILS 1	Feminino	Mais de 25	5 anos	Ensino superior incompleto
TILS 2	Masculino	20 a 25	1 ano e meio	Ensino superior incompleto
TILS 3	Masculino	20 a 25	8 meses	Ensino superior completo
TILS 4	Feminino	Mais de 25	1 ano e meio	Mestre e /ou Doutorado
TILS 5	Masculino	Mais de 25	6 anos	Especialização

FONTE: elaboração pessoal, 2019

Diante do exposto, o perfil dos intérpretes de LIBRAS são profissionais que já atuavam em outros locais, porém alguns deles estão tendo o primeiro contato como intérpretes educacionais, com média que varia de um ano e meio a cinco anos de atuação na Universidade.

Com o intuito de ter um conhecimento prévio dos profissionais, primeiramente procurou-se identificar o sexo, a média de idade entre eles, nível de escolaridade e o período em que atuam na Universidade como intérpretes. Desta forma foram entrevistados 2 intérpretes do sexo e feminino e 3 intérpretes do sexo masculino, com período de atuação que varia entre um ano e meio a 5 anos. O que deixa claro que a quantidade de profissionais teve que aumentar devido ao aumento de matrículas de alunos na Universidade.

## **Instrumento de coleta de dados**

Utilizou-se modelo de pesquisa estruturada composta por questionário contendo 10 perguntas cada, sendo estas fixas, comuns a todos os entrevistados. Os questionários aplicados são compostos por perguntas

abertas e fechadas, onde nos proporciona entender como ocorre o processo, dos profissionais intérpretes contratados, ou seja, a prática deste, elucidando o contexto em que se encontram. Concomitantemente a isso, foi feita a análise, organização dos dados e construção de gráficos, finalizando a pesquisa com resultados obtidos ao longo da mesma.

## Dimensão: áreas de atuação para a prática profissional de TILS

QUADRO 2: A profissão do intérprete

PERGUNTA 1: o que entendem ser a profissão intérprete de Libras?	
TILS 1	Profissional que atua na mediação da comunicação entre surdos e ouvintes, a fim de acessibilizar informações e facilitar a interação entre as 2 línguas.
TILS 2	O profissional que atua na transposição de informações da Libras para Língua portuguesa e vice-versa.
TILS 3	Profissional responsável por acessibilizar a comunicação entre idiomas
TILS 4	Profissional que faz a mediação da comunicação entre a pessoa surda usuária da língua de sinais e a pessoa ouvinte que não domina essa língua.
TILS 5	Aquele que tem sua remuneração principal oriunda de sua tradução/ interpretação em Libras.

FONTE: elaboração pessoal, 2019

Dentre as respostas, obteve-se 99% de respostas relacionadas a prática e 1% relacionada a remuneração. Para Quadros, 2004. “Intérprete de língua de sinais - Pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais.” Nota-se que a profissão se dá pela mediação entre duas línguas. E segundo o discurso dos profissionais percebe-se que a maioria tem o entendimento sobre sua profissão o que expõe sua prática.

## Dimensão: cursos e formação continuada para a atuação do intérprete

A formação do intérprete é de extrema relevância para uma boa prática, pois é onde este terá subsídios necessários para atuar de forma coerente com o contexto em que se encontra, neste caso, o educacional.

Quadros (2004, p.60) “O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes.” Neste sentido, o tradutor de LIBRAS deve ter sobretudo domínio da Língua, que abarca sua estrutura gramatical, se familiarizar com a cultura surda, reconhecendo as leis que gerem o indivíduo surdo, valendo-se da Libras como língua e não linguagem e que como toda língua possui uma estrutura.

QUADRO 3: A preocupação da UFOPA quanto a formação

<b>PERGUNTA 2:</b> Percebe visível a preocupação da Universidade com sua formação?	
TILS 1	O núcleo de acessibilidade visa contribuir e estimular a qualificação profissional dos TILS, através da participação em eventos nacionais, cursos de formação dentro da Universidade e a garantia da atuação com revezamento, buscando manter uma interpretação de qualidade e diminuindo o esforço físico e cognitivo dos intérpretes”
TILS 2	“Sim, de forma razoável. Temos cursos que nos ajudam a desenvolver nossas habilidades na tradução em todos os seus aspectos”
ILS 3	“Sim, somente um curso de extensão em TILS foi promovido pela Universidade”
TILS 4	“Não, porque dentro de um espaço de tempo de quase dois anos de atuação só tive uma formação oferecida pela Universidade para os profissionais intérpretes, que durou somente 1 mês, sendo um encontro por semana. Também não há preocupação com a atuação, visto sermos quatro profissionais para atender toda a Universidade. “
TILS 5	“Sim, preocupação até existe, mas nada se faz”.

FONTE: elaboração pessoal, 2019

Diante do panorama, perguntamos aos intérpretes se é visível a preocupação da Universidade com sua formação, bem como sua atuação, tendo em vista suas práticas dentro dela e assim tivemos: 3 respondendo que sim, que dentro da Universidade recebem diversos cursos de extensão e que o núcleo de acessibilidade existente na UFOPA também contribui em sua formação, 1 respondeu que não, que não há tanta preocupação quanto a sua formação e atuação e que o curso que foi ofertado para os intérpretes não foi o suficiente e 1 respondeu que é razoável.

Primeiramente, percebe-se que ao afirmarem quanto a preocupação



relacionada a formação, ainda se faz necessário um maior investimento, como podemos perceber na fala dos intérpretes 4 e 5.

O intérprete 3 cita que “... somente um curso de extensão em TILS foi promovido pela Universidade”, comprova a questão de que é necessária uma formação contínua para o profissional, sendo essencial para sua atuação como intérprete dentro da instituição que abrange diversos cursos de graduação.

## Admissão e capacitação do profissional quanto a prática

Comprovada o conhecimento dos sujeitos quanto sua profissão, buscou-se neste item identificar e questionar os intérpretes quanto sua admissão e preparação como profissional para atuar como intérprete de Libras na Universidade, objetivando perceber como ocorre de fato a percepção quanto sua profissão e atuação.

QUADRO 4: Admissão e prática do intérprete

<b>PERGUNTA 3:</b> Ao ser admitido, você sentiu-se preparado para atuar como Tils nesta Universidade?	
TILS 1	“Sim, antes do serviço público, já atuava como Tils em outros contextos, no entanto é a primeira experiência como intérprete educacional”
TILS 2	“Sim, pois tinha os conceitos básicos para atuar na profissão, muito embora a experiência se dá através da prática”
TILS 3	“Não, nunca nos sentimos preparados 100%, assim como em todas as profissões, sempre estamos abertos a novos desafios e perspectivas”
TILS 4	“Não, porque nunca havia atuado como intérprete antes, só tinha a experiência do ensino de língua portuguesa para surdos em escolas de ensino médio”
TILS 5	“Não, apesar de estudos sempre em dia, de sempre ter buscado informações, sentia que meu preparo não estava a nível de interpretar as aulas de uma graduação”.

FONTE: elaboração pessoal, 2019

Pela percepção dos intérpretes tivemos as seguintes respostas: 2 intérpretes informando que sim, que se sentiam preparados, que tinham conceitos básicos ou já atuavam na área e 3 responderam que não, que apesar dos estudos e conhecimentos adquiridos não se sentiam preparados para a atuação.

## A formação na prática

Está regulamentada na Lei N° 12.319, DE 1° DE SETEMBRO DE 2010 a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e no seguinte artigo é sancionado que:

“Art. 4o A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:  
I - Cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;  
II - Cursos de extensão universitária; e  
III - Cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.” (Brasil, 2010)

Desta forma, é garantido o direito do intérprete quanto a formação voltada a sua profissão, proporcionando a este maior e melhor desempenho em sua atuação. Concomitantemente a isto foi solicitado aos intérpretes que respondessem uma questão a respeito da formação complementar, sou seja, se posteriormente sua contratação obtiveram alguma formação complementar e caso sim, quais seriam.

QUADRO 5: Formação e atuação do intérprete

<b>PERGUNTA 4:</b> Posteriormente ser contratado, você obteve formação para complementar sua atuação? Caso sim, quais?	
TILS 1	“Sim, tive oportunidade de participar de Congressos dentro da Universidade, bem como em outras instituições, além de formações promovidas pelo núcleo de acessibilidade para os TILS”
TILS 2	“Sim, cursos de formação de intérpretes pela própria Universidade”
TILS 3	“Sim, busquei por conta própria capacitação em curso de interpretação e tradução de Libras /Língua Portuguesa com duração de um ano e para poder participar precisei fazer solicitação formal, pois a Universidade alegou que eu teria liberação, mas que deveria compensar esse horário outro dia”
TILS 4	“Sim cursos de extensão em TILS promovido pela Universidade.”
TILS 5	“Sim, uma formação dada apenas aos TILS da UFOPA, outra em curso de extensão (ofertada pela UFOPA) e outra sobre Guia - Intérprete.”

FONTE: elaboração pessoal, 2019

Neste item a maioria dos entrevistados informa que há formação

complementar dentro da Universidade após a contratação e que isso é de grande relevância para o desenvolvimento de suas práticas, porém um dos intérpretes pesquisados informa que ainda encontra dificuldades voltadas a sua formação. O que confirma o fato da necessidade de mais interesse da parte da Universidade quanto a formação deste profissional, tendo em vista que o interesse e sede por conhecimento dos profissionais é extremo.

## Desafios na atuação

Diante do que foi identificado quanto a formação dos profissionais que atuam como intérprete de LIBRAS na UFOPA, no que diz respeito a relevância de uma preocupação maior demandada da Universidade quanto a isso, procurou-se levantar com os intérpretes sobre o seu ponto de vista quais seriam os principais desafios encontrados nesta Universidade no que diz respeito a sua atuação, obtendo como retorno: 2 intérpretes levantaram questões a respeito do desrespeito por parte dos outros profissionais da instituição, falta de corporativismo e 3 responderam que a falta de mais profissionais para fazerem revezamento.

QUADRO 6: Atuação do intérprete

<b>PERGUNTA 5:</b> No seu ponto de vista, quais os principais desafios encontrados nesta Universidade no que diz respeito a sua atuação?	
TILS 1	“Acredito que o corporativismo ou a falta dele tem comprometido o desempenho do trabalho, pois a atuação do intérprete educacional requer muita proximidade entre a equipe e os alunos, para garantir o sucesso do trabalho”
TILS 2	“Falta de sinal termo em algumas disciplinas específicas e falta de mais profissionais para colocar nos revezamentos em sala de aula”
TILS 3	” São muitos desafios, mas posso destacar o desconhecimento e por vezes, o desrespeito dos professores conosco e com o nosso trabalho; somos pouquíssimos para tanto trabalho.
TILS 4	“A falta de mais profissionais TILS, aos que permitam trabalhar de maneira segura e com base no código de éticas e leis específicas para fomentar o revezamento de tal profissional” “Sim cursos de extensão em TILS promovido pela Universidade.
TILS 5	“Dificuldades em interpretar cálculos”

FONTE: elaboração pessoal, 2019

Aqui, verificamos quão expressiva é a demanda que está relacionada a quantidade de intérpretes na Universidade. Através dos relatos é notório que o número de profissionais atuando como intérpretes é baixo, o que, neste caso, prejudica o rendimento do seu trabalho. Neste sentido, é imprescindível levar em consideração o público que se está atuando, além da quantidade de trabalho que se tem.

## Desempenho dos intérpretes

Na perspectiva do desempenho dos profissionais intérpretes na UFOPA levantou-se a questão a respeito da melhoria como profissional, na opinião deles o que poderia ser feito para a melhoria no seu desempenho como profissional nesta instituição e como resposta tivemos: 3 deles disseram que necessitam de mais profissionais para atuar no revezamento em sala de aula e demais eventos e 2 disseram que precisam de mais formação voltadas para o aprimoramento de suas práticas.

QUADRO 7: Melhoria no desempenho como profissional TILS

<b>PERGUNTA 6:</b> Em sua opinião, o que poderia ser feito para a melhoria em seu desempenho como profissional nesta instituição?	
TILS 1	“Penso que horários para estudos e preparação para as atividades a serem executadas, bem como disponibilização de material antecipado para leitura”
TILS 2	“Criação e catalogação de sinais específicos de algumas áreas do conhecimento, contratação de mais TILS e redução de carga horária em conformidade com os debates nacionais acerca dos prejuízos físicos e mentais causados pela profissão”
TILS 3	“Gostaria de participar de formações em instituições renomadas na interpretação/tradução de Libras – Português; seria interessante sempre termos um colega para revezar tanto na sala de aula quanto, como eventos, palestras, formações e cursos que acontecem sempre na Universidade, pois há alunos surdos e professora surda.
TILS 4	“A criação de uma central de Tils dentro da Universidade para que assim, os tils pudesse trabalhar de maneira mais organizada e prudente a partir dos princípios éticos que tal profissão exige e a contratação de mais profissionais Tils dentro do quadro permanente da Instituição.
TILS 5	“Formação nas áreas específicas vivenciadas nas aulas. Biologia, matemática, eng. de pesca”

FONTE: elaboração pessoal, 2019

É natural pelo fato de se tratar de uma realidade em progresso que se levante a discussão em torno da formação do TILS e é notório também que os cursos de formação existentes ainda incluem alunos que não possuem em seus antecedentes algum contato com a Libras ou com a comunidade surda, tornando-se necessário que seja levado em conta essas circunstâncias no que tange os cursos de formação.

Percebe-se então que no contexto atual da Universidade o principal desafio é atuar em diversos cursos, com um número mínimo de profissionais, sendo que a carga que decai sobre estes é extrema, bem como a responsabilidade e que além disso encontram-se contratemplos voltados para a atuação em cursos diferentes de graduação os quais não tiveram formações adequadas para desempenharem seus trabalhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permite perceber e entender como ocorre de fato a atuação do intérprete de Libras no campo acadêmico, refletindo sobre o ponto de vista deles as dificuldades encontradas ao longo do caminho, levando em consideração todo o contexto histórico que a categoria passou e vem passando, porém com destaque para os pontos positivos que fazem com que a classe prevaleça e busque sempre melhorias em seu desenvolvimento e crescimento como profissional.

Perante tudo o que foi pesquisado, lido e principalmente as observações feitas em campo, pode-se constatar que os anseios por uma formação de qualidade são constantes, que os subsídios ofertados dentro da Universidade ainda são baixos, tendo em vista o público que o intérprete atende, e que ao longo dos anos vem crescendo consideravelmente, fazendo com que a demanda deste profissional seja cada vez maior assim como os desafios encontrados, pois ainda há um certo preconceito perante este profissional e este preconceito é encontrado dentro do próprio campo de atuação, vindos algumas vezes dos próprios professores que atuam na mesma sala de aula. Os intérpretes entrevistados levantaram alguns pontos em comum, e um dos mais importantes é de que apesar de todos os obstáculos encontrados, presam por uma interpretação e tradução de qualidade, de forma que os prejuízos em sua formação não afetem e nem interfiram nos alunos que precisam de suas mediações.

Por outro lado, notou-se que apesar da demanda voltada para a formação continuada do intérprete ofertada pela Universidade ser baixa, mas pertinente, segundo os intérpretes, há também um baixo índice no que diz respeito a procura por formação advindo do próprio TILS.

Portanto, o processo de formação do intérprete de LIBRAS deve ser levado em consideração em todos os seus pormenores, pois para desenvolverem um trabalho de qualidade, precisam ter todo os subsídios para se sentirem de fato preparados para a prática da mediação educacional, levando em conta o respeito pela língua de sinais, que precisa ser compreendida de forma plena bem como o engajamento por parte dos TILS da UFOPA no sentido da constante busca por essas formações explorando ao máximo as oportunidades oferecidas pela instituição.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 dezembro de 2000. Brasília/DF.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 abr. 2002. BRASIL. Lei nº 12.085 de 05 de novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências. Brasília, DF, 05 nov. 2009.

BRASIL. Lei nº. 12.319, de 01 de setembro de 2010. Dispõe sobre a Profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 set.2010.

DEMO, P. Introdução a Metodologia da Ciência. 3a Ed. São Paulo, Atlas, 1985. Disponível em: < <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/etch/74301206/DEMO-Introducao-a-Metodologia-da-Ciencia.pdf>> Acesso em : 8 Out 2018.

FERNANDES, S.F., SILVA, D. O tradutor intérprete de língua de sinais (TILS) e a política nacional de educação inclusiva em contextos bilíngues para surdos: um estudo da realidade da rede pública estadual paranaense. Revista Educação Especial, Santa Maria, RS, v.31, n 60, p 35 – 50 jan./mar., 2018.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUARINELLO, A. O Intérprete Universitário da Língua Brasileira de Sinais na Cidade de Curitiba, Marília, Vol. 14, Fascículo 1, p. 63-74, Jan-abril. 2008.

MARTINS, Diléia Aparecida, Trajetórias de Formação e Condições de Trabalho do Intérprete de Libras em Instituições de Educação Superior. 2009. 138 f. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campinas, 2009.

Núcleo de Acessibilidade, Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/proen/diretoria-de-ensino/nucleo-de-acessibilidade-2/>>. Acesso em: 02 mar 2019.

PAGURA, R.J. A interpretação de Conferências: interfaces com a tradução, escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v.19, 2003.

PINHEIRO, D.; CAVALCANTE, B.C. Bilinguismo e Educação de Surdos. Santarém, PA: Editoração eletrônica. 2014.

QUADROS, R. (org.). Estudos surdos III. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008. (Série Pesquisas)

QUADROS, R. O tradutor intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, Brasília: MEC/Seesp, 2004.

SANTOS, Silvana Aguiar. Intérpretes de Língua de Sinais: um estudo sobre as identidades. 2006. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2006.

SANTOS, Silvana Aguiar. Tradução e Interpretação de Língua de Sinais: Deslocamentos nos Processos de Formação Acadêmica e Profissional. 2010. 164 f. Dissertação de Doutorado- Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2010.

UFOPA. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/ufopa/>> Acesso em: 10 ago. 2018.

## Capítulo 5

# AS CONTRIBUIÇÕES DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DA LIBRAS COMO L1: UM ESTUDO DE CASO

*Adriana Patrícia da Silva<sup>1</sup>*

*Prisciana Renata Galvão da Silva<sup>2</sup>*

### INTRODUÇÃO

Ao iniciar o processo de escolarização as crianças trazem consigo experiências adquiridas no seio familiar. Ocorre que para as ouvintes, estas vivências corroboram, para o aprendizado dos conteúdos escolares, pois tanto professores quanto alunos falam uma língua em comum, a língua portuguesa. Paradoxo a esta afirmação, com as crianças surdas filhas de pais ouvintes, essa premissa não procede, pois estas crianças são privadas das experiências de cunho oral auditivo. De modo geral, ao chegarem à escola, as crianças surdas, ainda não tem adquirido sua própria língua, no caso do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida pela Lei 10.436/2002 (BRASIL, 2002) por isso, apresentam atrasos em seu processo de ensino aprendizagem. Quadros (1997) enfatiza a importância de a criança ser exposta à língua de sinais de maneira precoce evitando, portanto, atrasos em sua aprendizagem.

Partindo desses pressupostos analisaremos o caso de um aluno de quatro anos de idade da Creche Menino Jesus, na cidade de Amaraji-PE, que recebeu suporte para aquisição da Libras como L1 a partir da

---

1 Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEdu/UFPE. Graduação em Letras Libras. Especialista em Tradução/Interpretação em Libras. Intérprete de Libras pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco SEE/PE. dry.patricia@hotmail.com.

2 Especialista em Tradução/Interpretação em Libras pela Faculdade ALPHA. Especialista em Língua Portuguesa com suas novas tecnologias. Graduação em Letras. Professora pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. priscygalvao2014@gmail.com.



contratação de uma Intérprete habilitada que vem desempenhando o papel de professora de Libras na tentativa de garantir um ensino bilíngue para o referido estudante. O que nos instiga a realizar esse estudo é o que está exposto no decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005) onde dispõe que este ensino deve ser feito através de um professor surdo habilitado para tal educação e caso não haja professor surdo, essa educação pode ser feita por professor ouvinte fluente em Libras. No entanto, nas cidades do interior ainda existe um déficit de profissionais habilitados na área e o que dispomos é de intérprete que atua ativamente no município. Logo, nosso principal objetivo será descrever e analisar as ações desse intérprete e de que maneira este contribuiu para a aquisição da Libras como L1 por uma criança surda. Ao fim deste estudo de caso, pretendemos contribuir para o aperfeiçoamento de novos profissionais a respeito de como se dá a educação dos alunos surdos quando estes ainda são muito pequenos e já estão inseridos no contexto educacional e apontar que a função de intérprete é desnecessária já que este (aluno surdo) não tem conhecimento suficiente para acompanhar uma interpretação, quando na verdade o necessário seria dispormos de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para realizar estes atendimentos. Porém, como aconteceria a manutenção desse aprendizado? Seria feito por parte do professor ou do intérprete? Será que em nossa função somos tão imparciais, a ponto de ver um surdo em seus primeiros passos na aquisição de sua língua materna - que geralmente adquire-se tardiamente - e não fazer nada para mudar essa realidade?

Tendo em vista o processo escolar do estudante surdo, o que nos inquieta é pensar sobre a melhor forma de incluir este estudante no ensino regular sem que haja prejuízo em sua trajetória escolar, pois para que haja uma verdadeira inclusão, acreditamos que sejam necessárias mudanças significativas, tanto no currículo, quanto na prática do professor, bem como no desenvolvimento do trabalho do intérprete de libras, um profissional que vem conquistando espaço na sociedade e que no contexto educacional ainda não é totalmente compreendido e aproveitado.

## **DESENVOLVIMENTO**

Historicamente os surdos lutaram muito pela aquisição linguística,

pertencente a sua cultura e que de fato lhes representava, muitas foram as lutas. Os registros apontam que por muito tempo a surdez foi interpretada pela sociedade de diversas maneiras, a exemplo podemos citar o Egito, que considerava os surdos como sendo especiais e então estes eram autorizados a realizar uma mediação entre os deuses e os faraós, contudo viviam a margem da sociedade (INES, 2018).

Diferente do Egito, em outros lugares do mundo havia rigidez absurda em que os surdos e/ou deficientes, eram tratados como seres amaldiçoados devendo ser sacrificados. Segundo o INES (2018, s.p.): “o filósofo Aristóteles acreditava que a linguagem era a função que nos tornava humanos e, como, para ele, os surdos não tinham uma linguagem, então não poderiam ser considerados humanos”. Partindo desse pressuposto os indivíduos surdos eram considerados incapazes de debater sobre temas relevantes de interesse da sociedade, bem como de discutir sobre educação. De acordo com Strobel (2009), na Idade Média os surdos não podiam casar, receber heranças, votar, comungar e nem exercer nenhum dos direitos que são garantidos na atualidade. Na Idade Moderna, houve algumas mudanças como o entendimento da capacidade de aprendizagem do sujeito surdo.

A primeira escola para surdos foi fundada na França, pelo monge beneditino Ponce de Leon, que segundo Strobel (2009), este não deixou registro de suas contribuições, pois a educação dos surdos era mantida em segredo.

Um importante passo para o reconhecimento das línguas de sinais deu-se através da utilização de sinais metódicos por parte do abade Charles Michel de L’Epée (1712-1789), (STROBEL, 2009, p. 22). Assim, muitos estudos começaram a se desenvolver e várias escolas para surdos foram abertas em alguns países. No Brasil, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) fundado em 1857, na época com o nome de Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, foi uma conquista (Correia, 2019).

Em oposição a essas conquistas, com a realização do Congresso de Milão em 1880, a língua de sinais passa a ser oficialmente proibida e representa um grande retrocesso em relação ao crescimento que a representatividade linguística das línguas de sinais vinha tendo. Segundo Strobel (2009, p. 26):

Realizou-se Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão – Itália, onde o método oral foi votado o mais adequado a ser adotado pelas escolas de surdos e a língua de sinais foi proibida oficialmente alegando que a mesma destruía a capacidade da fala dos surdos, argumentando que os surdos são “preguiçosos” para falar, preferindo a usar a língua de sinais.

Infelizmente as decisões tomadas neste congresso representaram um retrocesso de todas as conquistas das comunidades surdas, visto que estas foram proibidas de continuar apropriando-se de uma língua que de fato atendesse as suas necessidades, colocando o surdo mais uma vez a margem da tomada de decisão sobre suas escolhas e preferências (Correia, 2019).

A partir dessas observações, podemos perceber que as pessoas surdas eram vistas como incapazes de desenvolver suas habilidades de comunicação através da língua de sinais e foram sujeitos a desenvolver o método oralista, para que eles pudessem falar através de treinamentos vocálicos, como também observar as pessoas falarem para fazer a leitura labial e tentar desenvolver a fala. Sobre esse método, Goldfeld (2002, p. 34), deixa bem claro que “o oralismo percebe a surdez como deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva”. As práticas oralistas só dificultaram mais ainda a vida do surdo, em relação à aprendizagem, desse modo, os objetivos não foram alcançados, pois não houve avanço em relação ao desenvolvimento da fala, e a alfabetização não aconteceu, só causou frustrações e medo.

Diante do fracasso do método oral, foi visto que os surdos precisavam se comunicar de várias formas com pessoas ouvintes, e foi a partir do fracasso que surgiu a Comunicação Total. Em face dessa nova filosofia educacional (GOLDFELD, 2002), quando os surdos puderam “soltar as mãos”, começaram a se comunicar através de gestos, mímicas, língua de sinais, com alternativas de comunicação que se aproximasse da língua oral. Este fato foi uma conquista, pois aconteceu um avanço diante dos desafios já enfrentados na proposta oralista e assim os surdos foram ocupando espaços na forma de se comunicar com os ouvintes.

Mesmo com as contribuições das diversas formas de se comunicar, na Comunicação Total, os surdos ainda apresentavam dificuldades para o desenvolvimento do aprendizado, isso teve suas implicações para os surdos adultos, pois não estavam preparados para enfrentar o mercado

de trabalho e viver uma vida socialmente inclusiva.

Os profissionais já introduziam os sinais em Libras na comunicação, mas de modo que a língua portuguesa deveria ser a primeira língua na educação dos surdos, o que acarretava um grande problema porque eles não conseguiam desenvolver as questões de aprendizagem da língua de sinais. Assim concordamos com Goldfeld (2002), quando afirma que “não se pode assim, fragmentar uma língua, pois com isso perdem-se seus valores, seus dados históricos e culturais. Esse é o grande erro da Comunicação Total”.

Nesse processo, a educação dos surdos conquista uma metodologia de ensino diferente: o bilinguismo, que podemos considerar uma proposta de educação para efetivação da comunicação em Libras, ou seja, um fortalecimento relevante na caracterização das crianças surdas dentro das escolas, podendo abordar o aprendizado da Libras como a L1, e a língua portuguesa na modalidade escrita como L2, assim resulta na alfabetização do aluno surdo. Para Quadros (1997),

Bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que o processo de alfabetização acontece da melhor forma possível. O bilinguismo em sala de aula é desafiador, o professor precisa buscar metodologias inovadoras para atender o aluno surdo diante de suas potencialidades, principalmente com a função de quebrar paradigmas diante de tantas indiferenças expostas com relação ao aluno surdo na sociedade, de que ele não consegue aprender, e que não é capaz.

À medida que as duas populações vão se tornando bilíngues, surge a possibilidade de utilizar duas línguas para a construção de conhecimento, cada um aproveitando da maior proficiência daqueles que têm a língua como L1. Assim, a escola bilíngue é um marco para o processo de aprendizagem não apenas do surdo, mas também para os ouvintes que precisam estabelecer a comunicação na troca de experiências, conhecimento sócio cultural e educacional. O ambiente escolar precisa prontificar-se dentro do contexto bilíngue para compartilhar o acesso à inclusão a todos.

Diante dessa proposta, surge a figura do Tradutor/Intérprete de

Língua de Sinais (TILS), que para Quadros (2002) é aquele que interpreta de uma língua de sinais (língua de partida) para outra língua (língua de chegada), seja essa oral ou sinalizada. Este é uma pessoa bilíngue que domina a língua oral e a Língua de Sinais, e que faz a mediação entre uma e outra língua. Nesse sentido, a Lei 12.319/10, especifica e trata da oficialização profissional do TILS, apresentando o TILS em relação ao seu campo de atuação e traz como foco os processos linguísticos inclusos em sua função:

**LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.**

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa (BRASIL, 2010).

Assim sendo, o TILS tem como foco traduzir e/ou interpretar de uma Língua de sinais para uma língua oral ou vice e versa. Em sua atuação nas instituições de ensino seu papel é facilmente confundido ou a este é atribuído outras funções. Um caso muito comum é quando o professor regente pergunta ao TILS como vai a aprendizagem do aluno surdo, sendo que o professor regente é o único responsável pelo processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo e dos demais alunos.

Isso se deve ao fato do TILS está em contato direto com o aluno surdo através de uma mesma língua, a saber, a Libras, bem como por ser um profissional a mais em sala de aula, muitos professores regentes ainda não assimilaram a real função do TILS e acreditam que estes são seus auxiliares (VIEIRA, 2017).

Quando uma criança surda ingressa na educação infantil, esta deve aprender a Língua de sinais como L1, conforme a Lei 10.436/2002 e o português escrito como L2, entretanto há uma dificuldade principalmente em cidades do interior do estado em encontrar professores/instrutores para este ensino.

Assim sendo, o meio mais comum deste ensino acontecer é através das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com profissionais qualificados, porém não são todas as cidades que disponibilizam salas de AEE para surdos, nestes casos os Intérpretes com formação

adequada assumem então o ensino da Libras para as crianças surdas, utilizando-se de outros meios, outros recursos possíveis, para garantir o direito previsto na lei. É sobre este assunto que trata esse estudo de caso.

## **METODOLOGIA**

Para alcançarmos nossos objetivos realizamos uma pesquisa de caráter qualitativo, método que ocupa-se, principalmente, do estudo dos significados das ações e das relações humanas, e que segundo Minayo (1993), trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, e das atitudes que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. Seguiremos o paradigma crítico, o interesse emancipatório, que é traduzido por Habermas (1970 *apud* BREDO e FEIBERG, 1982) como a ligação ou a ponte entre os saberes teórico e prático em toda a atividade humana. O estudo será baseado em processo de caráter descritivo, pois trata-se de um estudo de caso, onde o foco central não está na preocupação com a posterior generalização, mas com possíveis comparações entre semelhanças e diferenças com outros casos (Rizzini, Castro e Sartor, 1999, p.29).

O campo onde ocorreu o estudo de caso foi a Creche Menino Jesus na cidade de Amaraji-PE, que atende seus alunos de forma integral, onde um aluno surdo de apenas quatro anos de idade foi recebido para estudar nesta unidade de ensino. Participaram desse contexto de observação à direção da instituição, a equipe pedagógica, duas professoras regentes (uma de cada turno), os alunos e a Intérprete Educacional (IE) contratada, levando em consideração o contexto, as peculiaridades e as práticas diárias, numa investigação autorreflexiva tendo como meta compreender e melhorar essas práticas de cooperação e participação, onde a pesquisa ação e o estudo de caso se entrelaçam.

Nosso objeto de análise é a austeridade que se dá a ação pedagógica no contexto descrito, a observação do desenvolvimento sociocognitivo da criança surda, as medidas adotadas para a aquisição da Libras através dos recursos disponíveis, as possibilidades e limitações dos agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, desencadeando ações no grupo que permitam soluções de problemas, objetivando aumentar nosso conhecimento e o grau de consciência do grupo envolvido.

A coleta de dados ocorreu mediante observação participante em sala de aula e dentro de todos os ambientes utilizados pelo aluno durante sua permanência na instituição, por volta de 6 meses corridos, a fim de escrutinar as atividades das pessoas envolvidas, as características físicas e sociais da situação e a sensação dos participantes observados. Utilizamos também a entrevista dirigida, norteando uma conversa intencional a fim de aprofundar o conhecimento sobre questões específicas necessárias ao caso estudado.

## **ANÁLISE DE DADOS**

Considerando que o estudante surdo chega ao ambiente escolar em desvantagem linguística e concordando com Quadros (1997) quando enfatiza a importância de a criança ser exposta à língua de sinais de maneira precoce evitando, portanto, atrasos em sua aprendizagem. Tivemos a preocupação de sanar essas desvantagens, visto que o aluno surdo recebido na instituição (aqui o chamaremos por um nome fictício, a saber, Mike, para que seja preservada sua identidade), não apresentava qualquer dificuldade de aprendizagem, entretanto sua comunicação se dava apenas por sinais caseiros com a família e na unidade de ensino através de gestos, utilizando-se da comunicação total conforme exposto na fundamentação teórica.

Nesse sentido, em uma reunião envolvendo à gestora, à equipe pedagógica, à IE e as professoras ficou acordado que todas trabalhariam juntas a fim de que Mike adquirisse a Libras como meio de comunicação e expressão, colocando em prática o que apenas conhecíamos na teoria e que está exposto na Lei 10.436/2002, bem como no Decreto 5.626/2005.

Assim sendo, duas vezes por semana a IE que segundo a Lei 12.319/2010 é uma pessoa bilingue, no caso da Intérprete educacional contrata também possui formação em Pedagogia, por esse motivo esta ensinava Libras ao aluno surdo, de uma forma dinâmica e particular, fora da sala de aula, entendendo que era necessário para obter a atenção de Mike estando livre de distrações.

Nesse sentido, foram usados para esse ensino, recursos como: atividades com imagens de animais e objetos, jogos educativos adequados à idade, objetos escolares, um caderninho com atividades de Libras

carinhosamente, cuidadosamente e pedagogicamente elaborado, exploração do ambiente educacional como a brinquedoteca, a videoteca e os demais espaços da instituição, mostrando ao aluno que havia sinais para diversas coisas. Era tudo novo, o que causava um pouco de resistência.

Além disso, uma vez por semana era ensinado a Libras na sala de aula para todos os colegas de Mike, fato que contribuiu muitíssimo para sua compreensão, pois gerou estímulo para que este utilizasse os sinais, baseando assim na perspectiva do Bilinguismo, conforme Quadros (1997) “Bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar”.

As professoras dos dois turnos junto a equipe pedagógica, realizaram adaptações dos materiais usados para as aulas, como os cartazes, as músicas, as brincadeiras, tudo trazendo o uso da Libras enriquecendo o aprendizado, a compreensão e a inclusão. Houve até apresentação de uma música no São João em que Mike se destacou por demonstrar estar muito feliz. Na ocasião a mãe estava presente e se emocionou, relatando sobre a evolução do filho.

Outra experiência marcante foi à realização de uma atividade em que uma das professoras percebendo que Mike já utilizava alguns sinais, mostraram o desenho de um tatu (animal) e o perguntaram que animal era aquele, prontamente Mike que não recebeu um sinal anteriormente para o animal, criou instantaneamente um sinal, usando o dedo indicador da mão direita, fazendo um rabo esticado, destacando assim uma das características do tatu.

Percebemos então, que estávamos trilhando um caminho correto, pois os inputs ofertados a Mike agora eram outros. Antes o foco apenas era no ensino do português escrito, que não favorecia sua evolução, mas sabíamos que era só o começo e que precisávamos avançar.

Percebendo a evolução no caminho já percorrido, aproveitamos um dia de contação de histórias promovido pelas professoras regentes e levamos duas surdas adultas para visitar Mike na sala de aula. O objetivo era de estabelecer um vínculo entre um surdo novo e surdas adultas e torná-lo conhecido da comunidade surda de Amaraji-PE. Foi um momento ímpar.

Inicialmente as apresentamos para toda classe, o que gerou muita curiosidade por parte das professoras e de todos os alunos. Uma das



surdas contou a história do dia, que era sobre um gato que podia mudar de cor, e a Intérprete realizou a interpretação da Libras para a língua oral. Posteriormente elas falaram para Mike palavras de estímulo e incentivo e nesse momento ele se emocionou (mesmo que não tenha compreendido toda a mensagem), pois percebeu que as surdas adultas faziam parte daquele seu universo particular, até então desconhecido e incompreendido por ele, afinal, era seu primeiro contato com outra pessoa surda.

Tivemos um momento à parte só com as surdas adultas, a Intérprete a gestora da instituição e Mike, onde ele recebeu seu sinal, interagiu com elas de forma a mostrar alguns sinais que já utilizava, ele muito animado aproveitou para mostrar seu caderno de Libras com as atividades já realizadas. O tão pensado caderninho servia-lhe para as aulinhas na Creche e também era enviado para casa a fim de envolver a família no processo de aquisição da Libras.

As conquistas já estavam tão satisfatórias que no início da aula, Mike estendeu as mãos para que a intérprete o ajudasse a formar o sinal de jacaré, porque ele tentava, porém não conseguia executar corretamente. O fato chamou a atenção, pois podíamos ver o progresso de tal maneira que apropriando-se dos sinais ele já não admitia quando fazia alguma configuração de mão ou movimento errado, procurava logo corrigir e mostrar que estava certo.

Desse modo, contribuímos da melhor forma que podíamos para aproximar o aluno surdo da língua e cultura próprias de sua comunidade, orientando-lhe a dar os primeiros passos. Tudo foi planejado dentro das possibilidades e recursos existentes onde a ação dos envolvidos gerou resultados. Todo êxito foi fruto da investigação auto reflexiva e das intervenções realizadas onde foram necessárias decisões que buscaram atender as necessidades do contexto desse caso. Ainda há muito a ser feito, porém a semente foi plantada!

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do presente estudo foi analisar como um intérprete educacional pode contribuir para a aquisição da Libras como L1, por um aluno surdo por meio de um estudo de caso.

Sabemos que a inclusão escolar é um assunto bastante discutido

nos tempos atuais, mas para que haja de fato uma inclusão, o sistema educacional precisa estar preparado para receber o aluno que apresenta dificuldades e necessidades especiais, e deste modo, fazer adaptações necessárias para garantir sucesso no desenvolvimento da educação.

Entretanto, no cotidiano escolar encontramos muitas dificuldades em garantir os direitos dos surdos na aquisição de sua língua materna, pois há uma escassez de profissionais qualificados em todas as regiões e ainda encontramos muitas barreiras no que diz respeito à contratação de novos profissionais.

Dito isso, neste estudo de caso pudemos proporcionar a iniciação deste aluno surdo para a aquisição da Língua Brasileira de Sinais, através de uma investigação auto reflexiva, pois o mesmo apresentou evoluções em sua comunicação apropriando-se dos sinais, chegando a criar sinais para atender a necessidade de se comunicar.

Dentro deste sistema temos o sujeito surdo que para garantir sua inclusão precisou lutar e conquistar seu espaço na sociedade mostrando assim sua identidade, história e cultura. Acreditamos então que é preciso uma análise no planejamento, estratégias e adaptações para envolver o aluno surdo no processo escolar.

Há muito a ser feito ainda no que diz respeito ao desenvolvimento da linguagem deste aluno, porém como dissemos foi uma semente plantada na certeza que com a manutenção do aprendizado ela florescerá.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em 10 mai. 2019.

CORREIA, Mariana. **Introdução à escrita de sinais**. Indaial: UNIASSELVI, 2019.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em 8 jun. 2019.

INES. Vida em libras: **história do surdo**. 2018. (14 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ARnqw9U1TDc>. Acesso em: 14 fev. 2019.

LIBERALI, Fernanda Coelho; LIBERALI, André Ricardo Abba de. **PARA PENSAR A METODOLOGIA DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS**. Disponível em: [https://www.academia.edu/14259747/Para\\_pensar\\_a\\_metodologia\\_de\\_pesquisa\\_nas\\_ci%C3%Aancias\\_humanas](https://www.academia.edu/14259747/Para_pensar_a_metodologia_de_pesquisa_nas_ci%C3%Aancias_humanas)

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 set. 2010. Acesso em: 15 jan. 2017.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

\_\_\_\_\_, Ronice Muller de. **O Tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2002.

STROBEL, K. L. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: [http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf). Acesso em: 14 fev. 2019.

VIEIRA, Maria Izaete Inácio. **A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DA LIBRAS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190812>. Acesso em: 30/04/2020.

## Capítulo 6

# PRÁTICAS E DESAFIOS DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS DE TRADUÇÃO/ INTERPRETAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO<sup>1</sup>

*José Roniero Diodato<sup>2</sup>*

*Bárbara Cristina Amaral Alves de Santana<sup>3</sup>*

*Daniella da Silva Pinheiro<sup>4</sup>*

*Raquel Silva dos Santos<sup>5</sup>*

## INTRODUÇÃO

Registros de séculos passados indicam a existência do Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais (TILS) em vários países no engajamento

- 
- 1 O texto em questão foi apresentado no **II Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica**, no dia 01 de dezembro de 2017, sob o título O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PRÁTICAS E DESAFIOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, no eixo temático: Acessibilidade no ensino superior; Categoria Comunicação Oral. Por não ter sido publicado nos Anais do Evento (na época, a organização do evento não disponibilizou nenhum trabalho em formato de anais), os dados foram atualizados de acordo com a real atuação dos Intérpretes de Libras da UFPE no período de 2018 a 2021.
  - 2 Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PP-GEdu/UFPE. Pedagogo. Segunda Graduação em Letras Libras. Especialista em Tradução/Interpretação em Libras. Intérprete de Libras do Centro de Educação (CE) da UFPE. roniero.diodato@ufpe.br
  - 3 Geógrafa. Especialista em Libras. Intérprete de Libras do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). barbara.amaral@ufpe.br
  - 4 Assistente social. Intérprete de Libras. Especialista em Docência com ênfase em Educação Inclusiva. daniella.pinheiro@hotmail.com
  - 5 Bióloga. Estudante de Licenciatura em Letras Libras/UFPE. Intérprete de Libras. Ex-bolsista/intérprete do Núcleo de Acessibilidade da UFPE. raquelgentille@yahoo.com.br

de atividades laborais, de forma voluntária, para ajudar pessoas surdas que tentavam conquistar o direito de exercer a cidadania (QUADROS, 2004). À medida que os surdos participavam no processo interativo das discussões sociais, fortalecia, ainda mais, a profissionalização dos TILS.

Outro fator relevante é o reconhecimento linguístico do Surdo<sup>6</sup>. Quando as Línguas de Sinais (LS) passaram a ser reconhecidas como língua nos seus países de origem, os surdos começaram a usufruir do direito linguístico, assegurando-lhes a obrigatoriedade das instituições em dispor de profissionais intérpretes de língua de sinais para garantir a acessibilidade comunicacional.

De acordo com Quadros (2004), a história do profissional Tradutor e Intérprete de Libras iniciou no Brasil por volta dos anos de 1980, de forma espontânea, através de pessoas amigas e familiares das pessoas surdas que frequentavam as igrejas e desenvolviam atividades religiosas. O intuito era de ajudar as pessoas surdas a compreender o que estava sendo proferido em Língua Portuguesa. Com o passar dos anos, a profissão do Tradutor e Intérprete de Libras começou a ser valorizada a partir do dia 1º de setembro 2010, através da Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010). A referida Lei reconheceu essa atividade como um trabalho formal, garantindo a comunidade surda o direito de acessibilidade em vários âmbitos, sejam educacionais, sociais, culturais, dentre outros.

A presença do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais/Português (TILSP)<sup>7</sup> advém da necessidade das pessoas surdas em se comunicarem com o mundo à sua volta. O TILSP tem a competência de traduzir e interpretar da Libras para Língua Portuguesa e vice-versa. Para que seja feita uma boa tradução/interpretação é importante que o profissional seja fluente em Libras e Língua Portuguesa e que conheça também as especificidades da cultura surda para interpretar, com clareza, o que o Surdo sinaliza em diferentes contextos sociais. É importante deixar claro que o

---

6 A utilização da palavra Surdo (no singular), está baseada na argumentação de Sacks (1989, apud GOLDFELD, 2002 p. 43), “em respeito à comunidade surda americana, utiliza o termo Surdez (com S maiúsculo) para designar um grupo linguístico e cultural e o termo surdez (com s minúsculo) para designar uma condição física, a falta de audição”.

7 A sigla TILS se refere aos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais de qualquer país. Para esse artigo utilizaremos a sigla TILSP (Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais/Português), pois estamos nos referindo a Língua de Sinais Brasileira e a língua oral oficial do país, a Língua Portuguesa.

TILSP não é considerado apenas o intérprete do Surdo mas da língua, ou seja, ele é responsável em promover a acessibilidade tanto para pessoas surdas, quanto para pessoas ouvintes de modo que possam compreender o que o Surdo “fala” em sua língua.

A Lei que regulamentou a profissão do Tradutor e Intérprete de Libras versa, tanto como deve ser a atuação desse profissional, quanto a sua atuação diante de suas competências como intermediadores da comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdocegos e surdocegos e ouvintes. A Lei 12.319 aborda ainda que o TILSP atuará em atividades didáticas pedagógicas de ensino básico, ensino fundamental, ensino médio, curso técnico e superior; bem como em processos seletivos (apoando no acesso a serviços públicos) e prestará seus serviços em depoimentos de juízo (caso seja convocado), em órgãos administrativos ou policiais (BRASIL, 2010).

No que diz respeito à presença desse profissional nas Instituições de Ensino Superior, temos o Intérprete de Libras como o responsável em promover a interação entre os sujeitos surdos e os ouvintes (termo utilizado para se referir às pessoas que ouvem – sem deficiência e não utilizam a língua de sinais), como um dos meios de garantir a acessibilidade no contexto universitário. O intérprete que atua na área educacional desenvolve atividades que estão além do ato de traduzir e interpretar. Esse profissional precisa estar em constante estudo para trabalhar nas diversas áreas do conhecimento e nos seus diferentes níveis de ensino, por exemplo. Esta é uma das principais lutas da categoria profissional (de qualquer instituição), a qualificação por áreas do conhecimento. Nessa direção, o referido texto versa sobre os desafios enfrentados pelos Intérpretes de Libras da área educacional à nível universitário através das experiências no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O presente relato tem como objetivo elencar, a partir das experiências dos Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP) da UFPE, a importância da presença desse profissional dentro da instituição de ensino superior e, diante dessa relevância, apresentar os desafios enfrentados pela categoria tanto no espaço da graduação, quanto na pós-graduação. Contribuir com a melhoria das condições de trabalho do TILSP, que se faz cada vez mais necessário no âmbito das universidades brasileiras, sobretudo com o advento da Lei Brasileira de Inclusão – LBI

(BRASIL, 2015), bem como fomentar a reflexão sobre a importância do trabalho dos Tradutores/Intérpretes de Libras da UFPE.

## DESENVOLVIMENTO

### PANORAMA DA ATUAÇÃO DOS TILSP NA UFPE

O ano de 2014 marcou a admissão, através de concurso público, dos primeiros intérpretes de Libras na UFPE em nível médio. A lotação dos seis TILSP, recém-contratados, ocorreu nos seguintes centros acadêmicos: dois no Centro Acadêmico do Agreste (CAA), localizado no município de Caruaru, para atender, sobretudo, um professor surdo lotado nesse *campus* (esta realidade ainda se mantém nos dias atuais); um no Centro Acadêmico de Vitória (CAV), que mesmo ainda não tendo surdos no quadro de docentes, técnicos e discentes do referido *campus*, se fez necessário sua lotação para cumprir o Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) em seu artigo nº 14, que trata da obrigatoriedade das instituições garantirem o acesso da pessoa surda à comunicação, informação e educação em todos os níveis e modalidades, sendo necessário para isto, entre outras coisas, a presença do Tradutor Intérprete de Libras. No *campus* Recife, foram lotados três TILSP através da seguinte distribuição: dois no Centro de Artes e Comunicação (CAC), para atender as turmas do curso de Licenciatura em Letras-Libras (LL) que funciona neste Centro e um TILSP no Centro de Educação (CE) para atender, até o momento, dois professores surdos que ministram a disciplina de Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), ofertada pelo Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais (DPOE), para os cursos de Pedagogia e Licenciaturas diversas da UFPE.

Posteriormente, em 2016 mais um intérprete tomou posse e sua lotação ocorreu no Núcleo de Acessibilidade (Nace) para atender todas as demandas na Universidade. Em junho de 2017, tomaram posse mais dois intérpretes, sendo um destes, o primeiro Intérprete de Libras de nível superior da instituição. Estes dois últimos também foram lotados no Nace, pois entendeu-se que a partir daquele ano todos os intérpretes que ingressarem na UFPE deverão ter suas lotações nessa unidade para que funcione como uma Central de Intérpretes. Desse modo, é uma das formas de

centralizar o serviço em apenas um setor tornando o trabalho mais articulado para atender, com mais efetividade, as demandas direcionadas ao Nace, desde reuniões à eventos e sala de aula, tanto de graduação, quanto da pós-graduação (cursos de Mestrado e Doutorado).

Levando em consideração a necessidade da contratação de novos servidores intérpretes, no ano de 2018 mais dois TILSP tomaram posse e foram lotados no Nace completando o quadro de cinco TILSP, porém um desses foi cedido ao Centro de Educação para que o trabalho em dupla pudesse ser garantido a TILSP que está lotada naquele Centro, pois atuava sozinha desde sua contratação.

Considerando este contexto, nesse relato serão abordadas as experiências da atuação dos TILSP lotados no Núcleo de Acessibilidade em sua totalidade de atendimentos diários. Vale salientar que embora a concentração de intérpretes seja no Nace, há uma parceria mútua com os outros TILSP lotados nos centros acadêmicos supracitados (CAA, CAC e CE).

## **OBJETIVOS E OPERACIONALIZAÇÃO DO NACE/UFPE**

Face ao panorama da atuação dos TILSP na Universidade Federal de Pernambuco, é pertinente compreendermos um pouco sobre o que é o Núcleo de Acessibilidade (Nace) da UFPE e a sua atuação dentro desta instituição. O Nace tem por finalidade apoiar e promover a acessibilidade aos estudantes e servidores com deficiência, mobilidade reduzida, transtorno funcional específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. É composto pela Coordenação Geral, contando com Assessoria, Setor Técnico Especializado, Setor de Tradução e Interpretação de Libras e Setor de Apoio Técnico-Administrativo, e pelas Coordenações Setoriais localizadas no *Campus* do Agreste, localizado no Município de Caruaru e *Campus* Vitória na cidade de Vitória de Santo Antão<sup>8</sup> (UFPE, 2021).

Os objetivos do Nace consistem em promover a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades específicas, nos diversos níveis de ensino oferecidos pela universidade, garantindo condições de acessibilidade na UFPE; articular-se intersetorialmente frente às diferentes ações já executadas na UFPE, assim como na

---

8 <https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade>



promoção de novas ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura, comunicação e informação, ensino, pesquisa e extensão; oferecer atendimento aos estudantes, a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo; construir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do Nace (UFPE, 2021).

Após essa breve apresentação do Nace, é relevante compreender sua ampla abrangência de atuação e atendimento à todas as unidades da UFPE. Na sequência será feito um apanhado geral sobre como ocorre o atendimento dos Intérpretes de Libras.

A solicitação de TILSP feita pelos servidores, sejam técnicos, coordenadores ou professores, bem como os discentes, é realizada através do preenchimento de um formulário de solicitação disponível no site da UFPE (Requerimento para Acessibilidade na UFPE)<sup>9</sup> e enviado para o e-mail do Setor de Tradução e Interpretação de Libras, e tão logo o e-mail seja identificado pela chefia, a disponibilidade é verificada na agenda de demandas e o atendimento é realizado (ou não). É importante frisar que o critério de atendimento das demandas é por ordem de chegada. Caso haja necessidade de priorizar algum atendimento, será feita uma avaliação do setor juntamente com a coordenação geral do Nace.

Como todo estabelecimento exige um regimento, com o Setor de Intérpretes de Libras não seria diferente. Há um documento construído internamente que rege o trabalho dos TILSP lotados no Nace. O documento discorre sobre os prazos mínimos de antecedência necessária para solicitação do serviço de tradução e interpretação, bem como, uma orientação sobre para quais eventos o serviço de tradução e interpretação podem ser solicitados. Ou seja, temos o atendimento às aulas de graduação e pós-graduação, por exemplo, com um prazo mínimo de trinta dias para solicitação de intérprete para todo o semestre e de uma semana para solicitação de atendimento para apenas uma aula; processos seletivos de pós-graduação, com o prazo mínimo de uma semana para a solicitação; reuniões administrativas, com um prazo mínimo de três dias; eventos em geral, com um prazo mínimo de três meses, entre outros.

O referido documento apresenta diretrizes<sup>10</sup> sobre como ocorre o

---

9 <https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade/orientacoes-em-acessibilidade>

10 <https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade/sobre>

trabalho dos profissionais Intérpretes de Libras. As orientações contidas neste documento são direcionadas para as pessoas que não têm o conhecimento de como ocorre o trabalho dos TILSP e explica, detalhadamente, a necessidade dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Libras terem acesso, com bastante antecedência, dos materiais que serão exibidos no evento, por exemplo; a importância do trabalho em dupla em eventos acima de uma hora para que seja garantido o revezamento e a qualidade do serviço, dentre outras informações.

A partir da compreensão de como ocorre o trabalho dos TILS no Nace, na sessão seguinte apresentaremos os dados coletados a partir dos relatórios de atendimento dos TILSP.

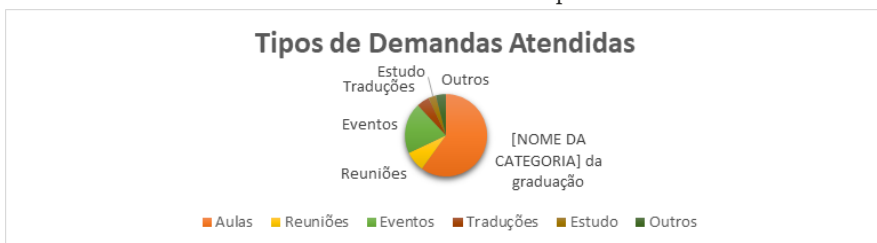
## LEVANTAMENTO E TRATAMENTO DOS DADOS DE ATENDIMENTOS DOS TILSP

Por servirmos a toda Universidade, atendemos as mais diversas demandas, desde eventos e reuniões, aulas de graduação às defesas de dissertações e teses de doutorado.

Para melhor visualização das práticas de trabalho, compilamos e analisamos dados extraídos dos relatórios mensais de atendimento entregues por cada TILSP à chefia do setor. No referido relatório contém os dias, horários e locais das demandas que foram atendidas por cada intérprete.

Os dados levantados se referem ao período entre o ano de 2016 até o mês de outubro de 2021, pois conforme fora apresentado, somente a partir do ano de 2016 que o primeiro intérprete de Libras iniciou os atendimentos através do Nace.

Gráfico 1 - Demandas atendidas pela UFPE.



Fonte: Relatório mensal de atendimento - NACE/UFPE.

No gráfico 1, apresentamos tanto os tipos de atendimentos que são realizados com maior frequência quanto os esporádicos, ou seja, é possível identificarmos quais as demandas em que a presença do intérprete de Libras se faz necessária. As aulas de graduação são, explicitamente, a maior demanda na Universidade, representando em média 60% dos atendimentos no período relatado. Isso se deve, principalmente, após a sanção do Decreto nº 5.626/2005 e que tornou obrigatório às instituições de ensino superior oferecer, nas grades curriculares dos seus respectivos cursos, como Pedagogia, Licenciaturas e Fonoaudiologia, a disciplina de Libras, o que também contribuiu para que professores surdos atuassem nas universidades (BRASIL, 2005). Outro dado relevante se deve a criação do curso de Letras-Libras presencial na UFPE no ano de 2014, em que se concentra a maioria dos discentes surdos. Para licenciatura em Letras Libras são reservadas vinte e duas vagas para pessoas surdas das trinta vagas que são disponibilizadas pelo curso em razão do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) e oito vagas para pessoas ouvintes.

Ainda sobre o gráfico 1, observamos que os eventos representam a segunda maior parcela dos atendimentos, seguidos pelas reuniões institucionais. Como o quadro efetivo de docentes surdos na UFPE é bastante considerável, o volume de reuniões institucionais, que exige a presença do intérprete de Libras, é bem significativo. Os eventos atendidos são bem variados, desde palestras à colóquios internacionais.

A parcela que representa os atendimentos de traduções, no gráfico 1, é referente aos vídeos institucionais que traduzimos e é feita a gravação da janela de Libras que, em sua maioria, são vídeos que serão exibidos em aulas presenciais, aulas gravadas, síncronas ou assíncronas (no período das aulas remotas). É importante frisar que não estão inclusas traduções de textos para vídeos e vice-versa e que, o decorrer do tratamento dos dados abordaremos sobre essa questão.

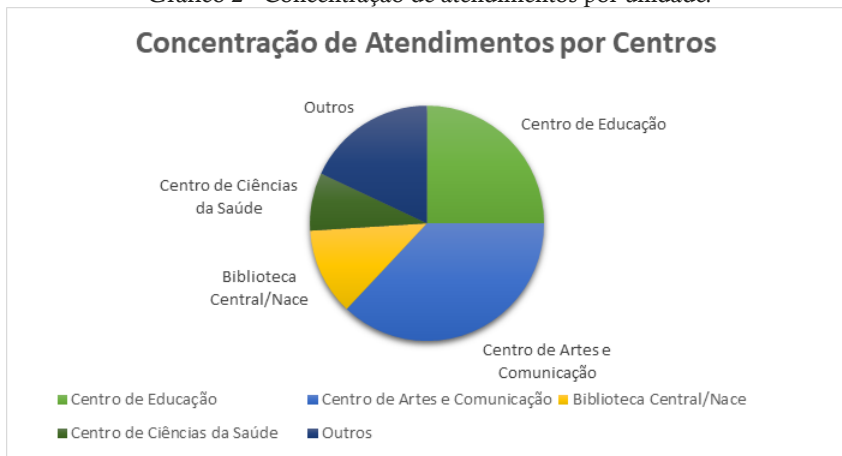
Existe ainda a parcela que representa as demandas de estudos, ou seja, momentos reservados para que os intérpretes possam se aperfeiçoarem e/ou se prepararem para alguma atuação, como pesquisa de novos sinais específicos (em Libras) de uma determinada área ou algum sinal que, porventura, não conheçam.

Por fim, na parcela “outros” estão incluídas demandas como atendimentos aos estudantes surdos, aulas de pós-graduação, defesas de

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Dissertações e Teses, entre outras que representam uma pequena parcela dos atendimentos da equipe de intérpretes.

Esses serão alguns desafios de nossa realidade que trataremos a seguir.

Gráfico 2 - Concentração de atendimentos por unidade.



Fonte: Relatório mensal de atendimento, NACE/UFPE.

No gráfico 2, pode-se observar a concentração de nossas maiores demandas. Decidimos representar em destaque apenas os Centros em que, no momento, temos demandas constantes devido a presença de Surdos. As demais unidades da UFPE estão englobadas na parcela “outros” pois representam demandas esporádicas.

Inicialmente percebemos que o Centro Artes e Comunicação (CAC) é a unidade da UFPE que mais solicita o serviço dos TILSP do Nace, seguido bem de perto, do Centro de Educação (CE). Isto acontece porque nestes dois Centros estão concentrados o maior quantitativo dos Surdos da UFPE entre discentes e docentes. O CE atende todos os cursos de licenciaturas, além do curso de Pedagogia que é ofertado apenas neste centro. Como dito anteriormente, o CE possui dois professores surdos efetivos lotados no Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais (DPOE). A cada dois anos é admitido um novo professor substituto nesse departamento que, na maioria das vezes, é um professor ou professora surdo/surda. Por essa razão surge uma grande quantidade

de solicitações por intérpretes, para atuarem em sala de aula, reuniões institucionais, eventos etc.

No Centro de Artes e Comunicação (CAC) se concentra o curso de Letras Libras, ou seja, a maioria dos alunos e professores surdos estão neste Centro. Nele também temos um estudante surdo cursando Licenciatura em Dança, isso faz com que precisemos atender muitas demandas de sala de aula, eventos, reuniões, projetos que os Surdos porventura queiram participar como o PET-Letras (programa de monitoria) etc. Vale ressaltar que tanto no CE, quanto no CAC tivemos surdos cursando o Mestrado durante o período relatado, aumentando ainda mais a solicitação de intérpretes de Libras.

Ainda sobre o gráfico 2, temos a Biblioteca Central/Nace. A nomenclatura utilizada dessa forma se justifica porque o Núcleo de Acessibilidade da UFPE está localizado nas dependências da Biblioteca Central, por isso, alguns dos atendimentos são realizados no próprio Núcleo, como por exemplo, os serviços de tradução e gravação de vídeos, atendimento à estudantes surdos, grupo de estudos entre outros semelhantes.

O Centro de Ciências da Saúde também foi representado no gráfico, pois nele temos um estudante surdo cursando Licenciatura em Educação Física, por isso, as demandas de sala de aula são diárias também neste Centro.

Por fim, na parcela “outros” estão incluídos os demais centros e unidades da UFPE em que os atendimentos são esporádicos. Por exemplo, temos o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) onde acontecem vários eventos e que necessita da presença do intérprete de Libras. Outro setor que atendemos é a Reitoria onde estudantes e professores, vez ou outra, precisam resolver questões administrativas ou acadêmicas, bem como, reuniões entre o atual coordenador do Nace, que é surdo, e alguma Pró-reitora.

No próximo tópico discorreremos sobre as impressões e os desafios da categoria dos TILSP da UFPE.

## **IMPRESSÕES E DESAFIOS DOS TILSP**

Diante dos dados apresentados, abordaremos os desafios

enfrentados pelos Intérpretes de Libras da UFPE. Desafios estes que, provavelmente, não são diferentes da realidade enfrentada pela maioria dos profissionais da categoria que estão lotados em outras instituições, seja a nível municipal, estadual ou federal (devido à ausência de dados, não nos aprofundaremos nas discussões sobre o trabalho dos intérpretes de outras esferas).

Um dos primeiros desafios, é o ingresso gradativo de pessoas surdas na Universidade e requer uma mudança paulatina na cultura da UFPE para as questões de acessibilidade. Consideramos essa afirmativa como uma crítica construtiva, pois é pertinente sensibilizar as pessoas para a importância de que para o planejamento das aulas ou de qualquer evento, é necessário pensar na acessibilidade comunicacional com antecedência. Isso inclui a verificação da necessidade do Intérprete de Libras para que a solicitação do serviço seja feita com o máximo de antecedência possível evitando, portanto, o surgimento de demandas de última hora. Inclusive, são nessas demandas de caráter de urgência que geram a falta de acesso prévio, por parte dos intérpretes, aos conteúdos da área em que irão interpretar. Reforçarmos esse argumento, pois por se tratar de um trabalho em que o TILSP tem acesso a todas as áreas e níveis do conhecimento, é necessário um tempo para se prepararem. É preciso que os TILSP se apropriem dos conceitos básicos da área em questão e que faça uma busca dos sinais específicos, que porventura, o intérprete não conheça. Essa ação é de suma importância para um melhor desempenho e prestação de um serviço de qualidade pelo profissional intérprete.

Outra questão muito importante que se apresenta como outro desafio a ser enfrentado pelos intérpretes de Libras da UFPE, é a falta de capacitação na área. Apesar de ser exigida uma carga horária mínima em cursos de capacitação para a progressão da carreira e aperfeiçoamento do trabalho dos servidores, a UFPE no período relatado, não ofertou nenhuma qualificação na área de Tradução e Interpretação, sendo que em sua maioria os cursos ofertados são apenas na área administrativa. Desse modo, fica a critério do servidor intérprete fazer o curso ou buscar capacitação específica fora da Universidade e que, ainda assim, são formações específicas do órgão que a oferta. Porém, mais importante do que não ter cursos de capacitação na área para a progressão, é o intérprete não ter uma parte de sua carga horária obrigatória reservada para a realização de

estudos (nos referimos as questões legais, pois a Lei do Intérprete não dispõe dessa obrigação), pois os TILSP trabalham com outra língua (Libras) e sabe-se que toda língua viva em atividade requer aperfeiçoamento, pois

a linguagem é diferente mesmo dentro de um país que fala a mesma língua, ela é viva, e sempre estão surgindo novas palavras, expressões e neologismos, ou seja, a qualquer momento uma nova palavra pode emergir e ser incorporada ao nosso idioma, portanto, ela sempre se renova (COSTAS; NUNES; OLIVEIRA, 2017, p. 03).

Nessa perspectiva percebe-se que é de fundamental importância o constante estudo de qualquer língua, neste caso, a Língua Brasileira de Sinais, para que os intérpretes se mantenham sempre atualizados, prestando assim, um trabalho cada vez mais qualificado no serviço público de acessibilidade. Sobretudo os TILSP que atuam dentro das Universidades, pois lidam com os mais diversos tipos de conteúdo de alta complexidade.

Conforme apresentado no gráfico 1 – Tipos de Demandas Atendidas, observa-se uma ênfase na parcela que representa o tempo para estudo dos TILSP, porém essa é uma luta da categoria que ainda está sendo travada, pois ainda não existe nenhuma outra lei, a nível nacional (que foge da responsabilidade da UFPE), que assegure o direito ao tempo para estudo. A equipe busca aproveitar momentos disponíveis na agenda para realização de estudos, porém não é suficiente. O ideal seria que todos os TILSP tivessem parte de sua carga-horária reservada apenas para estudo, considerando esse tempo como uma demanda, não podendo, portanto, fazer quaisquer outros tipos de atendimento (espera-se que haja uma alteração na Lei do Intérprete).

Outra questão, que não é apenas dos intérpretes, mas de toda a comunidade Surda acadêmica, é a quantidade de intérpretes na instituição<sup>11</sup>. Há uma grande demanda para o quantitativo de intérpretes acarretando, portanto, a negação de algumas solicitações por não haver TILSP

---

11 A questão da falta do profissional intérprete não é um problema exclusivamente da UFPE. A escassez se instalou em todo serviço público, principalmente após a administração do atual Governo Federal (período de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022) que sancionou a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 vetando, tanto reajustes salariais dos servidores, quanto a criação de novos cargos, além da suspensão de concursos públicos. A situação se agravou no período de pandemia do COVID-19 que afetou mundialmente a população nos últimos anos.

disponíveis para atender a todas, inclusive algumas no mesmo horário. Negar uma demanda é considerado como uma atitude inacessível por parte da instituição, pois enquanto servidores é preciso estarmos preparados para atendermos a todos e todas independente da deficiência. No entanto, a escassez de intérprete obstrui a participação plena e efetiva das pessoas surdas em várias atividades ofertadas pela universidade e as impõem em condição de desigualdade frente às outras pessoas, negando seus direitos fundamentais de comunicação. Embora não tenhamos dados comprobatórios suficientes sobre o panorama das outras instituições de ensino superior, é com base nas discussões realizadas no seio dos congressos de tradução/interpretação da língua de sinais e que trocamos experiências sobre o trabalho do TILSP, é possível afirmar que essa é uma realidade presente em muitas universidades públicas do país.

Para erradicar barreiras que ferem os direitos de todas as pessoas com deficiência, inclusive da pessoa surda, nos ancoramos na Lei Brasileira de Inclusão – LBI (BRASIL, 2015) artigo 4º que versa sobre o direito a igualdade de oportunidade que toda pessoa com deficiência possui, sem nenhum tipo de preconceito. Com mais de cem artigos que visa oportunizar a cidadania das pessoas com deficiência, a LBI foi uma grande conquista das pessoas com deficiência no Brasil. Além disso, esta lei aborda que a deficiência não está na pessoa, mas no meio social, pois ainda não está adequado à todas as pessoas.

Ainda sobre o reduzido número de intérpretes para atender toda UFPE, existe outra dificuldade, ou seja, em ocasiões esporádicas não é garantido o trabalho em dupla. Essa é outra questão polêmica, pois não se pode deixar de atender uma demanda, porém nem sempre há outro intérprete disponível no mesmo horário para que seja garantido o revezamento, sobrecarregando, portanto, o trabalho do TILSP. É sabido que

profissões que necessitam de movimentos repetitivos trazem o risco de lesões ou outros danos à saúde. Assim, sugere-se que, para atuação de longas horas, haja revezamento entre intérpretes. O período de uma hora é um tempo considerado razoável para a interpretação sem revezamento, porém, interpretações que exijam horas ininterruptas de atuação, que ultrapassem essa uma hora, devem sim, ser realizados os revezamentos de 15, 20 ou 30 minutos para cada profissional. (AMPESAN; GUIMARÃES; LUCHI, 2013, p. 53).



Diante do exposto, percebe-se que o revezamento é importante em atuações com mais de uma hora, pois a não realização do intervalo no mínimo de 20 minutos, pode causar lesões sérias à saúde do intérprete, devido ao esforço repetitivo sem descanso, além do esforço físico e mental que o processo de tradução e interpretação exige. Trabalhar mais de uma hora sem revezamento é bastante exaustivo e a qualidade do serviço fica comprometida.

O reduzido número de intérpretes tem como consequências outros prejuízos, como a não realização dos serviços de tradução de textos, por exemplo. Tanto professores, quanto os estudantes surdos da UFPE, têm pouco acesso as bibliografias na sua primeira língua, pois com o grande quantitativo de demandas de interpretação não há tempo hábil para este trabalho (tradução de livros, artigos etc.). Acreditamos que para oferecer o serviço de tradução de texto a discentes e docentes surdos(as), seja necessário a ampliação da equipe dos TILSP para que se possa organizar equipes de trabalhos e, dessa forma, direcionar intérpretes para os serviços de acordo com seu campo de atuação.

Dentro desta mesma problemática destacamos outro desafio, a falta de um estúdio equipado para os serviços de filmagem voltado para os serviços de tradução ou de outra natureza. A carência das condições de trabalho também se faz presentes em alguns auditórios da UFPE que não possuem uma iluminação adequada ao intérprete, não têm uma boa acústica ou equipamentos de som favoráveis à interpretação Libras/português (tradução com a utilização de microfone) que, por vezes, ocorreram várias situações em que o intérprete precisou fazer a interpretação com um tom de voz mais elevado (traduzindo para a língua portuguesa), o que pode acarretar problemas de saúde ocupacional.

Conforme observado no gráfico 1, as demandas de sala de aula (interpretação das aulas de graduação) são prioridades (levando em consideração que o estudante universitário seja o motivo da universidade existir) e ocupam o maior espaço em nossa agenda de serviços, pois é necessário que se garanta a acessibilidade para os estudantes surdos, fazendo cumprir uma das missões da UFPE: “como instituição pública, promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” (UFPE, 2021).

Os serviços dos Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais do Núcleo de Acessibilidade da UFPE, mesmo diante de todas as dificuldades relatadas, têm desenvolvido o trabalho de forma satisfatória. A metodologia aplicada no fluxo de solicitação do serviço tem apresentado bons resultados. E, apesar de termos enfrentado e ainda enfrentarmos desafios diários, o trabalho tem sido realizado na medida do possível, sempre buscando garantir o acesso e a permanência dos discentes surdos na universidade, bem como, a quebra de barreiras comunicacionais dos servidores surdos da UFPE. O esforço é para, cada vez mais, prestar um serviço de qualidade para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Ao longo dos séculos a história das pessoas surdas apresenta incontáveis lutas e conquistas nos diversos âmbitos da sociedade. A educação, além de ser um dos campos que a Comunidade Surda tem lutado veementemente por melhorias, é também uma das áreas que tiveram muitas conquistas relevantes. A presença do intérprete de Libras em todos os níveis da educação, é um desses avanços, por exemplo. É preciso que a luta continue para que o serviço seja ofertado com a qualidade que todo cidadão surdo tem direito, bem como, garantir de fato, a acessibilidade comunicacional a esse segmento.

Após vivenciarmos a realidade no seio de uma universidade, é possível perceber o quanto ainda é necessário fazer para que as barreiras comunicacionais, informacionais e, principalmente, atitudinais venham a ser eliminadas e que se possa afirmar que as universidades deste país promovem a inclusão em todos os espaços acadêmicos.

Muitas lutas ainda precisam ser travadas pela categoria dos profissionais Intérpretes de Libras até que tenhamos melhores condições de trabalho. Consideramos como melhorias, desde as questões técnicas aos cuidados com a saúde dos profissionais, pois dessa forma será possível oferecer um serviço público e de qualidade à comunidade surda acadêmica. É imprescindível que as universidades atentem para essas questões, pois é inegável, diante de todos os fatos e dados apresentados, a importância da presença dos TILSP dentro desses ambientes.

Um fator relevante, que merece destaque, é a maneira como a atual

gestão da UFPE, Reitor e Pró-Reitores (2019-2023), têm lidado com as questões de acessibilidade. É perceptível a sensibilização, preocupação e atenção com o público surdo e com a categoria dos intérpretes de Libras. Chamamos atenção apenas para o modo como os diretores de centros, chefes de departamentos, coordenadores grupos de estudos e organizadores de eventos, entre outros, administram os serviços de acessibilidade. Ou seja, é pertinente que compreendam o papel do intérprete de Libras na instituição, como eles atuam, o que necessitam para executar o serviço etc., pois conforme abordado neste relato, a profissão do TILSP exige algumas especificidades que a maioria dos servidores desconhecem funciona o serviço de tradução/interpretação.

Espera-se, portanto, que este relato de experiência, vivenciado pelos intérpretes da UFPE, possa contribuir para o debate sobre as melhorias dos serviços dos TILSP nas universidades brasileiras. Acreditamos também que unindo forças e troca de conhecimentos podemos tornar uma UFPE mais acessível, mesmo diante das dificuldades e desafios que naturalmente estão presentes em nosso cotidiano de trabalho.

Por fim, percebemos que a presença do intérprete de Libras nas instituições de ensino superior, tem a probabilidade de aumentar devido à crescente demanda gerada em razão dos espaços que os surdos, cada vez mais, estão conquistando nas universidades públicas a partir da luta da comunidade surda pela conquista e garantia dos seus direitos.

## REFERÊNCIAS

AMPESAN, J. P; GUIMARÃES, J. S. P; LUCHI, M. **Intérpretes educacionais de Libras**: orientações para a prática profissional. Florianópolis: DIOESC, 2013. 96 p.

BRASIL. **Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020**. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Brasília-DF, 2021. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-173-de-27-de-maio-de-2020-258915168> Acesso em 04 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.146 de 06 de julho de 2015** - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>

CCIVIL\_03/\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . Acesso em 09 out. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1º de set. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm). Acesso em: 24 de jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 5.626/2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626) Acessado em: 20 de dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- LBRAS e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 de abril de 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) Acessado em: 20 de nov. de 2021

COSTA, C.M.S; NUNES, C.H.F; OLIVEIRA, N.V. Preconceito linguístico e o ensino da gramática: o ensino numa perspectiva libertadora para a educação do campo em Girau do Ponciano. In: **Anais do 10º Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional.** Sergipe, 2017. Disponível em <https://www.anped.org.br/content/10o-encontro-internacional-de-formacao-de-professores-enfope-e-o-11o-forum-permanente-de> Acesso em mai. 2019

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus Editora, 2002

LACERDA, C.B.F. **Inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Pelotas: Editora Pelotas, 2000.

QUADROS, Ronice Muller. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Especial/ Programa nacional de apoio à educação de surdos. Brasília: MEC SEESP, 2004. 94 p.:il. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/192-secretarias-112877938/seesp-esducao-especial-2091755988/12677-o-tradutor-e-interprete-de-lingua-brasileira-de-sinais-e-lingua-portuguesa> Acesso em 01 dez. 2020.

SILVA, R. Q. **O intérprete de libras no contexto do ensino superior.**

2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

UFPE. **Universidade Federal de Pernambuco**. Núcleo de Acessibilidade. Disponível em: <https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade>. Acesso em: 24 jul. 2021.

WEB PARA TODOS. **Mara Gabrilli fala sobre os avanços da lei brasileira de inclusão (LBI):** entre desafios e benefícios, qual é o impacto dela na vida de todos nós? Disponível em: <https://mwpt.com.br/mara-gabrilli-fala-sobre-os-avancos-da-lei-brasileira-de-inclusao/> . Acesso em: 01 de nov. 2021.

## Capítulo 7

# A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO TRADUTOR/INTÉRPRETE PARA ATINGIR A EXCELÊNCIA NO TRABALHO PRESTADO AO SURDO

*Idalina Gonçalves Magalhães<sup>1</sup>*

*David Kaique Rodrigues dos Santos<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Para compreender a importância da formação e atuação do tradutor/interprete em Libras é necessário acompanhar e entender o processo de educação dos surdos, que tem início com um sucinto relato histórico do surdo nas principais sociedades e, conseqüentemente, a relevância do trabalho do tradutor/interprete. No contexto atual, nota-se o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, que se tornou um marco legal conquistado pela comunidade surdo, que teve a capacidade de ampliar atos individualizados em direitos consolidados.

No momento estamos vivendo um reflexo, que deu ao surdo/deficiente auditivo o reconhecimento enquanto uma comunidade com atenção especial. Este reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, assim como a oficialização do profissional do tradutor intérprete de Libras demonstram que a escola ou a instituição filantrópica, sendo espaços educativos tem como função a preservação e a transmissão cultural e, para tanto, é essencial que deve ser um espaço acessível para todas as pessoas, independentemente de suas potencialidades ou deficiências.

---

1 Graduação em Pedagogia. Pós-graduação em Gestão Escolar, Gestão da Educação Municipal, Didática do ensino Superior e Especialista em Direito Trabalhista. Telefone (77)99117-4323 e E-mail idalinaaudi@gmail.com

2 Licenciatura plena em História - FACSA. Especialização em Libras: Docência e Intérprete – FACSA e Especialista em Inclusão e Diversidade na Educação – UFRB. Telefone: (73) 991951893 e E-mail: davidlibras6@gmail.com

Embora, ao longo dos anos, uma sucessão de leis e documentos possibilitou a consolidação e especificação do trabalho do tradutor/intérprete. Notadamente, podemos destacar a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual institui princípios gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Muito mais do que apenas indicar a importância do acesso à comunicação. Esta norma, pela primeira vez, traz a formação de intérprete de Libras.

Nesse sentido, tanto na escala mundial, assim como no Brasil, constata-se que esta profissão foi percebida, notavelmente, em trabalhos desenvolvidos nas instituições religiosas, por volta de 1980. Logo após, por ocasião do II Encontro Nacional de Intérpretes, no início da década de 90, foi aprovado o código de ética do Intérprete de Libras. Período em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficializada como língua da comunidade surda brasileira, por meio da sanção da Lei Federal Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e, posteriormente, regulamentada através do Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Notadamente, a legalização desses instrumentos foi indispensável para a posterior regulamentação do exercício do Tradutor-Intérprete de Libras, incluindo diversos progressos através da sanção da Lei Federal Nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Para tanto, faz-se necessário garantir a acessibilidade com todos os avanços, logo, as instituições precisam incluir no seu quadro, profissionais para a tradução e interpretação d Língua Portuguesa para Libras, estabelecendo assim uma ponte entre elas, como afirma (RODRIGUES, 2012).

Apesar disso, o tradutor e Intérprete de Língua de Sinais/Português não recebeu o devido reconhecimento profissional no meio acadêmico. Acredita-se, por esta ser uma nova profissão, existem poucos estudos sobre a mesma.

Atualmente, falar de formação profissional é essencial em qualquer área e para qualquer profissional; é isso que contribui sobremaneira para a atualização e melhoria no serviço oferecido, não há uma só profissão que esteja isenta de investimentos no processo de formação, para oferecer um serviço de melhor qualidade. O tradutor/intérprete de Libras é uma atividade desafiadora que nos impele ao estudo e a busca constante de aperfeiçoamento, a qualidade no serviço do intérprete garante a

inserção do surdo de forma igualitária e democrática no processo social. À medida que o surdo vem conquistando seu espaço, garantido por Lei em defesa de sua identidade e cultura surda. O intérprete também deve ter sua relevância reconhecida.

Ressalta-se que, o tradutor/intérprete presente em sala de aula garante de forma efetiva o direito de ser diferente no processo de fazer pedagógico e personifica a inclusão e democratiza o direito à educação como preconiza a Carta Republicana de (1988) em seu artigo 205 que define “*a educação é direito de todos,*”, ou seja, essa Legislação estabelece o processo de igualdade e democracia no que se refere à inserção e permanência no sistema educacional. Logo, é importante ressaltar que essa garantia passa por garantir todos os direitos, ferramentas e metodologias necessárias para avaliar o acesso, permanência e êxito. Como estrutura ainda, enfatizamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que destaca nessa perspectiva, em seu artigo 59, em que os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos.

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regulares capacitadas para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Nessa perspectiva se constrói a escola das diferenças isso significa “Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças” (MANTOAN 2005) e assim é preciso que a escola esteja se redefinindo para que se torne realmente inclusiva para todos e nesse sentido precisamos sair da zona de conforto, do cômodo e encarar os desafios.



Histórica e culturalmente, estamos habituados [...] que se leia com os olhos, se fale com a boca, que se escreva com as mãos, que um determinado conceito seja elaborado em uma determinada fase da criança. Entretanto, sabemos que tais tarefas podem ser realizadas com ferramentas diferentes destas dispostas para a maioria das pessoas, assim como em tempos diferenciados: podemos ler com os dedos, podemos falar com as mãos, podemos escrever com os pés e elaborar um conceito em diferentes momentos da nossa vida. (BRAUN, 2011, p. 98).

E nessa ótica das escolas das diferenças aparece o surdo e se faz necessário analisar se o processo do surdo na escola regular vem sendo efetivo; se é dado ao sujeito às mesmas condições que o ouvinte no que concerne ao processo de ensino e aprendizagem. E para tanto, é preciso que se analise todo o contexto e atores desse fazer pedagógico, com vista a suscitar questões como: a escola está empenhada em adentrar no mundo de Libras para propiciar, verdadeiramente, um ambiente inclusivo para garantir realmente o direito de comunicação do surdo? Observa-se que vem se investindo na formação de professores para que estes possam compreender o processo de linguagem e escrita do surdo, bem como sua relação com o Português brasileiro como segunda língua? Há a quantidade de intérpretes necessária para um acompanhamento adequado? Os intérpretes passam constantemente por formação continuada? Normalmente não, o que sempre compromete o trabalho do tradutor/intérprete, assim como a aprendizagem dos alunos surdos.

Estas são questões cruciais dentre tantas outras que permeiam a situação educacional do surdo e que precisa ser constantemente feitas e respondidas. No processo de inclusão do surdo é preciso considerar como ponto relevante os aspectos linguísticos e culturais pertencentes à comunidade surda, pois isso garantirá a igualdade de condições para o êxito no processo de ensino e aprendizagem tendo a Libras como a égide do processo comunicacional.

Assim, o surdo através do processo de interação constrói os conceitos e seu entendimento em sala de aula e outra situação a partir da interpretação de outro profissional: o tradutor/intérprete. Daí surge à complexidade do trabalho desse profissional e a importância de investimentos na formação constante para sua atuação, uma vez que ele vai lidar com as mais variadas áreas e situações no processo de seu trabalho.

O intérprete acaba por se tornar essencial para que o aluno interaja de forma eficaz nesse procedimento, perfazendo um círculo interligado de protagonismos na busca pelo êxito pedagógico. Consideremos então que.

[...] pensar em educação de surdos é levar em conta, entre outros tantos possíveis aspectos que representam as experiências visuais das pessoas surdas, a sua língua de sinais. Inegavelmente, a linguagem é essencial ao ser humano para o estabelecimento de vários tipos de relações, para a expressão do pensamento e a constituição da subjetividade. Assim, há várias linhas de atuação possíveis para a produção de conhecimentos por pesquisadores envolvidos na educação de surdos. (QUADROS, 2005, p.46)

Conforme aponta a citação acima a Língua Brasileira de Sinais deve cumprir um papel de elo de transmissão dos valores culturais entre indivíduos ouvintes e não ouvintes, pois esta carece implementar também os valores cognitivos, subsidiada na subjetividade de vários tipos de relações, como agente da comunicação social. Logo, esta pesquisa visa por meio da interação no ambiente educativo diagnosticar, através do contato direto com os profissionais e alunos os entraves que impedem o devido reconhecimento e avanço no processo de formação do tradutor/intérprete, para a Libras possa estar nas escolas que se enunciam como instituições inclusivas, com o investimento devido na formação de profissionais, para estes possam atuar de forma coerente ao contexto escolar.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **BREVE ANÁLISE SOBRE O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS**

No contexto atual observa-se uma crescente inserção de pessoas com surdez nos espaços escolares, o que requer da unidade educacional uma adequação para que estes estudantes não sejam meros indivíduos presentes apenas fisicamente nos ambientes educacionais. Assim, objetiva-se que a escola deve acolher as pessoas surdas como sujeitos constituídos de direitos, que possuem suas especificidades, que devem ser respeitadas e na busca pelo atendimento adequado, que possa assegurar a construção do conhecimento necessário.

Embora, a realidade da maioria das escolas públicas não oferece o atendimento adequado, visto que os ambientes que recebem surdos não são devidamente adaptados. Ademais, a atuação do corpo docente, geralmente, está comprometida por conta das condições da escola, assim como pela própria formação acadêmica, não se cumpre na prática o que está previsto na legislação. Embora, deve-se buscar conhecer cada vez mais a normatização, e a partir desta exigir o seu cumprimento.

## **Libras e a legislação referente**

No Brasil é quase que corriqueiro perceber que temos muitas normas legais que assistem os direitos de pessoas com deficiência, bem como de surdos, embora, padecem da aplicabilidade das mesmas. Toda legislação e mudança que temos hoje é resultado de muita luta para garantia de direitos daqueles que têm alguma necessidade específica, seja ela educacional ou não. No que se refere aos surdos, apresentamos o histórico do marco legal que permeia o processo para garantia de seus direitos.

### **A LDB N° 9394/96**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresenta em seu Capítulo V que trata da Educação Especial, onde serão ponderados somente seus Artigos 58, 59 e 60, que estabelecem as diretrizes para a Educação Especial.

Art.58° Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1° Haverá, quando necessário, serviços especializados, na escola regular, para as peculiaridades da clientela da educação especial. §2° O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Assim, está descrito no Art. 58, que se entende por educação especial, para efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar, ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos de necessidades especiais. Dessa forma, todos os educandos poderão matricular-se

na rede pública de ensino, que compreende o ensino regular.

Art.59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive, condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação superior com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Pode-se observar que no Artigo 59 apresenta métodos, técnicas, bem como de diversos recursos para atender as necessidades dos educandos com necessidades educacionais especiais, com o fito de melhorar as condições de acesso e permanência destes no ensino regular, assegurando a estes os direitos legislativos.

Ademais, esta norma faz referência aos professores do ensino regular que ainda não são especializados para o ensino dos educandos com necessidades educacionais especiais, para que estes possam capacitar-se para atuar no processo de inclusão desses alunos nas salas do ensino regular. Pode-se observar também outras normas no Artigo 60:

Art.60 Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo Único: O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente, do apoio às instituições previstas neste artigo.

O Artigo acima mencionado descreve que outras instituições de ensino, particulares ou até mesmo filantrópicas podem oferecer à comunidade serviços de educação especial, com apoio técnico e financeiro.

## **Lei Nº 10.436/2002, a lei de Libras – Língua Brasileira de Sinais**

Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados e apresenta a Língua Brasileira de Sinais – Libras como forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituindo um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º - Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º - As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º - O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

A Libras, originada como uma língua gestual, por estar associada aos sinais que a representa. A língua gestual é universal, contudo, nem sempre os significados os mesmos em todos os países. Ressalta-se que, os gestos têm mesma representação, embora, com significados distintos. É a partir da utilização das mãos que se consolidam o seu aprendizado, que garantem trabalhar os sinais, e a combinação destes sinais, geralmente, acontece naturalmente no processo de comunicação com as pessoas surdas.

Nessa acepção, a Libras permite a interação entre as pessoas surdas e as ouvintes, fazendo com que o surdo obtenha informações de mundo

no qual ele vive, tornando-o um cidadão com direitos, deveres e responsabilidades, que deverá ser implementada por parte do poder público.

Atualmente, há projeto de lei em tramitação que pretende a inserção de conhecimentos básicos de libras nos currículos do ensino fundamental e médio, que também deve ser garantido por parte do poder público em geral e de empresas concessionárias de serviços públicos.

Logo, compreende-se que a Libras não se trata somente de gestos e mímicas, mas deve ser reconhecida como uma língua constituída com uma composição gramatical própria, que permite o sujeito expressar-se conceitos concretos e abstratos a partir da realidade em que a pessoa com surdez estiver inserida. Notadamente, uma atividade em evolução e o seu uso é uma característica identitária da maior importância, pois evidencia o sentimento de pertença da comunidade surda. Nesse aspecto, pode-se notar que a legitimação da Libras carrega consigo muito mais do que um mecanismo de comunicação, mas visa sobretudo, através de uma linguagem própria, construir a identidade da comunidade surda que tem características e comportamentos próprios.

A língua de sinais, segundo Skliar (1997); É o elemento mediador entre o surdo e o meio social em que ele vive. É por intermédio dela que os surdos podem demonstrar sua capacidade de interpretação do mundo desenvolvendo estruturas mentais em níveis mais elaborados (p.100).

Observa-se que o autor expõe ainda que o surdo vive num mundo social repleto de sentidos. E que este vai estabelecendo compreensões e representações sociais a partir da interação com este mundo. É por meio dos instrumentos e signos que permeiam o nosso cotidiano, que fomenta a consciência de nossa presença no mundo como seres essencialmente sociais.

## **O Decreto N° 5.626/2005**

Vale destacar ainda que, a Lei supracitada somente veio ser regulamentada com o Decreto 5.626/2005, que regulamenta também a Lei 10 098/2000. O decreto trata da definição do surdo logo em primeiro plano:

Art.2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura

principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Em seguida a Lei destaca ainda a inclusão da Libras como disciplina curricular, formação do professor de Libras e do instrutor de Libras, uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para acesso das pessoas surdas à educação, formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão de Libras.

## **Lei Nº 12.319/2010**

Continuando esse mapeamento da legislação chegamos a Lei 12.319/2010 que Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, ela vem depois de muitos anos após a Lei que reconheceu como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras. A 12.319/2010 destaca a formação profissional do Intérprete de Libras.

Art. 4<sup>o</sup> A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I – cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; II – cursos de extensão universitária; e  
III – cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

A Lei fala também das atribuições que serão destacadas no próximo ponto que versará sobre o papel do tradutor/Intérprete. Destaca ainda que tenha instituído pela já citada norma, o exame de proficiência em

Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa, que devem ser realizados por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

## **PAPEL DO TRADUTOR/INTÉRPRETE / FORMAÇÃO**

Em face da formação do tradutor/ intérprete de Libras, destaca-se em nível médio, deve ser realizado por meio de cursos de educação profissional reconhecidos pelo sistema que os credenciou; cursos de extensão universitária; e cursos de formação continuada, que são promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação ou por intermédio de organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, que tenham o seu certificado convalidado por uma das Secretarias de Educação.

É importante ressaltar, entretanto, que não podemos suprimir o Decreto nº 5.626/05 que anteriormente declara que a formação desse profissional em também nível superior, embora isso não invalide a formação em nível médio.

Em tempo, lembra-se que, a nomenclatura de tradutor/intérprete de Libras, não é utilizada em determinados países. Em vários países utilizam o termo “intérprete educacional” para diferenciar o profissional que traduz e interpreta a língua de sinais no ambiente escolar.

Embora, notadamente, a finalidade da realização deste trabalho escolar é a aprendizagem do aluno surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de linguagem, sociais, entre outros. Logo, a questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido para o aluno. Sendo assim, o profissional que trabalha em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais

– interpretando de forma aleatória, sem se importar com o contexto, o que está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos e o intérprete educacional assume, inerentemente ao seu papel, a função de também educar o aluno. (LACERDA, 2006, N.)

I – efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e



surdos, surdos e surdos cegos, surdos cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II – interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III – atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV – atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas;

V – prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa e à cultura do surdo e, em especial:

I – pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II – pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III – pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

IV – pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V – pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI – pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda

O autor Robertz (1992 apud Quadros, 2003: 73-4) relaciona seis categorias que possibilitam a análise do processo de interpretação, as quais são fundamentais para efetivação com excelência desta atuação, que são:

1 - Competência linguística – habilidade de entender o objeto da linguagem usada em todas as suas nuances e expressá-las corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo, ter habilidade para distinguir as ideias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso.

2 - Competência para transferência – Essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo, sem distorções, adições ou omissão, sem influência da língua fonte para a língua alvo.

3 - Competência metodológica – habilidade em usar diferentes modos de interpretação, para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso e para

recordar itens lexicais e terminologias.

4 - Competência na área – conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.

5 - Competência Bicultural – conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo.

6 - Competência técnica – habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar. (QUADROS, 2004, p.73,74)

Portanto, pode-se constatar que o processo de tradução/interpretação de Português brasileiro para Libras e vice-versa é uma ação complexa e que se difere da tradução de outra língua, devidos às suas peculiaridades que guardam a comunidade surda. Esses procedimentos inerentes a tradução e interpretação em Libras envolvem quesitos cognitivos, sociais, culturais, físicos, assim como linguístico. Logo, nesse contexto, a formação adequada e capacitação contínua são essenciais, sendo ainda importante se despir de crenças, preconceitos e ideologias para buscar a neutralidade e imparcialidade do processo de tradução/interpretação.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho busca descrever um breve estudo com fulcro na abordagem qualitativa, em que seus objetivos se constituem em uma pesquisa exploratória, pois seguindo o pensamento de Selltiz *et al.* (1965 *apud* OLIVEIRA, 2011) buscou-se descobrir meios de adquirir maior familiaridade com o objeto da pesquisa. Em tempo, ressalta-se que a maior preocupação pautou em relacionar o estudo com os aspectos da realidade local, assimilando-a com a previsão legal, com vista à qualificação de profissionais que atuam na área em questão, e cumprimento daquilo que a legislação prever.

Para tanto, foi destinado para estes estudos o interstício de setembro de 2018 e agosto de 2019. A técnica para a coleta de dados foi a partir da observação, e da aplicação de um sucinto questionário, para diagnosticar a real situação das unidades educativas, conciliada a pesquisa bibliográfica, em que foram consultados dados estatísticos inerentes ao Censo Escolar, como também por meio de revistas, livros, sites e trabalhos acadêmicos. Para a discussão dos dados utilizou-se a análise de dados coletados, como técnica, pois conforme Oliveira (2011) esta técnica permite

demonstrar as informações implícitas e significados intrínsecos contidos no estudo, ampliando seu entendimento e, conseqüentemente, subsidia a nossa proposta de intervenção.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho em questão busca explicitar a informação verdadeira sobre o reflexo acerca dos profissionais, que atuam com surdos, em que de posse desses dados, objetiva-se ampliar o curso da formação continuada, onde se propõe ser uma extensão à discussão em torno das temáticas que abordam questões relacionadas à qualificação profissional daquelas pessoas que trabalham com a educação de Surdos, em especial, às que se pautam na tônica da capacitação em Língua de Sinais pelos professores ouvintes como instrumento de mediação do conhecimento entre ele e o aluno surdo, do ensino bilíngüe Libras/Língua portuguesa na modalidade escrita, ou seja, no Bilinguismo, e assim, com as discussões aqui levantadas, pretende-se oportunizar reflexão aos profissionais envolvidos nestes processos.

Durante a implementação deste trabalho, parte do estudo foi dirigido a uma entrevista objetiva com alunos e Professores que atuam no Colégio Estadual de Urandi do com o fito de aperfeiçoar o levantamento acerca da importância de buscar investimento para os profissionais que trabalham com tradução e interpretação da Libras.

Neste item será apresentado o perfil do estudante surdo e do Tradutor/Interprete entrevistados, a fim de preservar a identidade dos mesmos. Estes, serão chamados de Estudante, Tradutor e Coordenador Pedagógico do ensino médio (CEU). Com isso, buscaremos conhecer o real contexto, através do questionamento – Qual a importância da atuação do Tradutor/Interprete no cotidiano escolar? Como vem sendo realizado o ensino em Libras nessa Unidade de Ensino?

**Quadro 01-** Descreve perfis dos entrevistados

<b>Nome:</b>	<b>Estudante</b>
Idade:	24
Escolaridade:	Nível Médio incompleto

<b>Nome:</b>	<b>Coordenador pedagógico</b>
Idade:	48
Escolaridade:	Nível superior completo, com especialização em educação

<b>Nome:</b>	<b>Tradutor</b>
Idade:	31
Escolaridade:	Nível superior incompleto

A partir deste cenário, foi pontuado pelos três segmentos supracitados que a atuação do tradutor/intérprete é fundamental para a consolidação de atividades no contexto escolar e, conseqüentemente, na construção dos conhecimentos, assim como proporciona a inclusão de pessoas que não escutam com as ouvintes. No tocante ao segundo questionamento, o estudante concorda que há necessidade de investir na formação do tradutor, pontuando que o mesmo será uns dos principais beneficiados. Enquanto que o professor destaca inicialmente a falta de investimento adequado no processo de formação, o que gera muitas limitações em seu cotidiano. Por fim, o Coordenador Pedagógico também apresenta parecer similar ao do professor, acrescentando que se deve buscar por meio das lutas a reivindicação de projetos que vista o investimento na formação e acompanhamento do Tradutor/Intérprete.

Para tanto, faz-se necessário assegurar a estes profissionais a formação/capacitação na área da Libras para ministrar aulas a alunos surdos que os levem a uma formação escolar consistente. Notadamente, as informações apanhadas mostraram que a Língua de Sinais ainda se faz preterida por professores. Este dado se ratifica nos estudos de Silva e Silva (2016, p. 41): “os profissionais conhecem as demandas para a inclusão educacional dos surdos, no entanto, [...] enfrentam severas dificuldades para ensinar”. E, quando estes profissionais têm algum conhecimento em Libras, os profissionais não se veem qualificados de maneira a atender às necessidades educacionais do Surdo (PIRES, 2005).

Logo, para que a inclusão do surdo se concretize é preciso que os profissionais tenham conhecimento e habilidade em Língua Brasileira

de Sinais, pois esta é a principal ferramenta para que haja, com comprometimento e responsabilidade, a inclusão entre os ouvintes e as pessoas com surdez. É a partir da criação de espaços educacionais onde a diferença esteja presente, com práticas pedagógicas adequadas, onde se possa aprender com o outro. Não se trata apenas de inserir o estudante surdo nas atividades propostas para ouvintes, mas implementar atividades que possam ser integradoras para ambos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após estudo, análise e reflexão acerca da importância da formação do tradutor/intérprete e a capacitação continuada, por meio da pesquisa, de leituras que possam agregar ao trabalho, em forma complementação, com vista à inclusão do surdo. Ademais ressaltamos ainda, a acuidade na participação em eventos que tenham temáticas afins. Logicamente essa formação/qualificação demanda tempo, comprometimento e o devido investimento financeiro.

Para tanto, faz-se necessário que a categoria se una para fortalecer a busca pela valorização da carreira e por políticas públicas que venham assegurar os direitos do surdo, para que este tenha a sua disposição, profissionais, devidamente, capacitados para garantir a equidade desses direitos, permitindo a participação ativa de todos que fazem parte do convívio escolar.

Concluimos que, tanto nessa abordagem teórico-metodológica quanto nos dados empíricos socializados, avaliados, discutidos e refletidos no decorrer da pesquisa podem contribuir para novos estudos que objetivam a importância da atuação profissional do tradutor/intérprete no contexto da escolarização, que visa promover à inclusão social e escolar de alunos surdos.

Conscientes da relevância deste estudo, ressaltamos que o mesmo não se encerra por aqui, devido a necessidade de maiores investimentos no processo de formação dos profissionais em questão, para atuação frente às novas roupagens e os novos cenários, que se apresentam a cada dia no cotidiano escolar, tornando-os cada vez mais imprescindíveis a atuação destes, para edificar em o processo de ensino e aprendizagem que tenham como pilares uma educação de qualidade social para todos:

ouvintes e não ouvintes.

## REFERÊNCIAS

**BENEVIDES, S. L. L.; MATTOS, N. M. Em Tempos de Inclusão onde eles estão? à realidade social dos indivíduos com deficiência no município de Valença-BA.** RECE: Revista Eletrônica de Ciências da Educação. Disponível: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/734>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

**BRASIL, Lei nº 10.198 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2000.

**BRASIL, MEC. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.

**BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010.

**BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

**BRASIL, MEC. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 07 de junho de 2017.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Brasília,** 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 07 de junho de 2017.

**BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais–LIBRAS e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 13 agosto de 2019.

**BRAUN, P. A inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental de uma escola Pública Federal.** 186f. Projeto de qualificação (Doutorado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

**LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem**

**alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p.163-184, maio/ago. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

SKLIAR, Carlos (org.). **Educação & Exclusão: Abordagens Sócio Antropológicas em Educação Especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997. p.105-153.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças.** In Nova Escola, maio, 2005.

PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (Org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 3ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2005.

PERLIN, G.; STROBEL, K. fundamentos da Educação de Surdos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível:[http://www.Libras.ufsc.br/hiperlab/avaLibras/moodle/prelogin/adl/fb/logs/Arquivos/textos/fundamentos/Fundamentos%20da%20Educa%20de%20Surdos\\_TextoBase.pdf](http://www.Libras.ufsc.br/hiperlab/avaLibras/moodle/prelogin/adl/fb/logs/Arquivos/textos/fundamentos/Fundamentos%20da%20Educa%20de%20Surdos_TextoBase.pdf). Acesso em: 13 de maio de 2019.

PIRES, Daniela Fernandes Vieira Guimarães. **A CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR COM CRIANÇAS SURDAS.** 2005. 55f. (Trabalho de Conclusão de Curso) CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA, Brasília, 2005. Disponível em:<[repositorio.uniceub.br/bitstream/235/6777/1/20213375.pdf](http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/6777/1/20213375.pdf)>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília: MEC; SEESP; Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos, 2003.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2004.

QUADROS, R. M. de.; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: ARTMED, 2004.

QUADROS, R. M.; **IV Congresso Internacional e X Seminário nacional do INES.** Rio de Janeiro, 2005.

QUADROS, O „bi’ em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, E. (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

## Capítulo 8

# QUESTÃO DE COGNIÇÃO, COMPREENSÃO E ENTENDIMENTO DAS PESSOAS SURDAS NA JUSTIÇA

*Ana Regina e Souza Campello<sup>1</sup>*

*Adriana Venancio<sup>2</sup>*

O presente artigo tem por objetivo mostrar a ausência de conhecimentos no âmbito jurídico e na sua acessibilidade linguística no atual cenário do poder judiciário em diferentes ações: civil, criminal, penal e muitos outros.

É notório de conhecimento de todos de que o artigo 5º da Constituição da República Brasileira (BRASIL, 1988) que inclui o princípio da isonomia, assegurando às pessoas os seus direitos fundamentais como conceito de princípio e da igualdade, bem como do conhecimento requer a sua aplicabilidade nas audiências e no preparo do judiciário às pessoas Surdas, o que supramente, isso não acontece na realidade e da vida cotidiana das pessoas surdas no Brasil, especialmente, na justiça brasileira.

Isonomia, no termo jurídico, implica como princípio geral do direito segundo o qual todos são iguais perante a lei e não pode haver nenhuma distinção entre pessoas que se encontrem na mesma situação. Mas quando forem acessados as informações adequadas e ensinadas nas escolas onde usam a primeira língua das pessoas surdas, esse problema não teria acontecido.

Há coisas que precisam ser superadas e esperamos que este artigo possa conscientizar aos juízes, advogados, escrivães cartoriais e

---

1 Professora da Graduação, Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Libras como instrução da L1 e L2. E-mail: acampello@ines.gov.br

2 Intérprete nas audiências criminais para o Tribunal de Justiça/SP. E-mail: avenancio@gmail.com



Intérprete de Libras que lidam dentro da sala de audiência ou de corredores na sede da justiça quando os procuram para defender os seus direitos, e da questão da comunicação das pessoas surdas envolvidas. Nele ocorre tudo a ocorrência durante a mediação das pessoas surdas junto com as autoridades através de Intérpretes de Libras (contratadas pelo sistema judiciário através de listagem de cadastro de vagas para Intérprete de Libras como é o caso da TJMG<sup>3</sup> ou quando são convocados pelos advogados de defesa)

Esta questão foi organizada pensada, discutida e exposição de problemas de interpretação jurídica, suas terminologias e da comunicação das pessoas surdas durante a aula promovida pelo Instituto de Educação e Ensino de Libras – IEEL ministrada pela Intérprete Adriana Venancio, uma das autoras deste artigo, no mês de maio de 2021. Os questionamentos são: As pessoas Surdas estão sendo bem assistidas e entendidas durante as audiências de instrução e julgamento? Como garantir o entendimento, o conhecimento e a concepção das pessoas Surdas no “ato da fala” como resposta da sua defesa aos juízes? O judiciário e os promotores/defensores públicos estão preparados para amparar e instruir as pessoas Surdas, sendo compatíveis com o nível da acessibilidade social?

São inúmeros questionamentos, optamos por recolher três (03) questionamentos acima mencionados por entender que o foco principal era a mediação da interpretação no uso de suas terminologias jurídicas que imperam na situação de confronto linguístico, já que as pessoas surdas que procuram justiça são providas de nível linguístico baixo e carecem de recursos.

De acordo com a Lei da Acessibilidade nº 10.098 (BRASIL, 2000), as pessoas Surdas têm o direito de ter atendimentos em instituições públicas com Intérpretes de Língua de Sinais Brasileira condizente com a Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010), que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), visando especialmente, neste artigo, a inclusão das pessoas surdas, o acesso as informações e a isonomia justa e igualitária, diminuindo, assim, as desigualdades.

---

3 <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/servidor-de-espera-feliz-atua-em-audiencia-como-interprete-de-libras.htm#.Yb3KbGjMJD8>

No tocante das terminologias utilizadas na área de justiça, especialmente, o seu uso rotineiro das terminologias jurídicas que circulam dentro da sede da justiça e seus espaços de audiências. Assim, a autora Tufail (2014, p. 91) apresentou algumas considerações sobre a complexidade da tradução jurídica, seus desafios que podem surgir durante o processo tradutório dentro da sala de audiência e sua função como competência interpretatório, assim como os vínculos existentes entre direito e tradução, e na sequência das especificidades da linguagem jurídica. As terminologias e seus conceitos foram adicionados em cada período devido a diversidade dos grupos sociais que geraram seus conceitos para serem adequados nos sistemas jurídicos que são compostos por leis, costumes e jurisprudência do direito positivo vigente em diversos países.

Como mostramos na introdução deste artigo, a linguagem jurídica, a pluralidade de Identidade e da diversidade das pessoas surdas, os conceitos do sistema jurídico são inacessíveis no conhecimento na formação dos Intérpretes, Tradutores e Guia-Intérprete de Libras, e da dimensão cultural do direito e do contexto em que esse é inserido, constituem elementos que tornam a interpretação jurídica como um dos tipos mais complexos e desafiadora de interpretação.

No estudo de interpretação, a interpretação é “favorecida” pelo fato dessa área geralmente possuir uma estratégia ou uma ferramenta que é de “ver” os discursos das pessoas surdas e os Intérpretes, no seu ato de interpretação, carregam uma “mala” para escolher os vocabulários para adequar a fala do interlocutor, ou seja, o réu surdo com a terminologia única, comum e popular o que ele é sinalizado, e pode gerar a possibilidade de qualquer ambiguidade, devido a polissemia dos sinais. Ao inverso, os Intérpretes, ao escutar/ouvir na captação dos vocabulários durante os discursos dos advogados, dos juízes, dos promotores e das outras autoridades que usam os termos utilizados da linguagem jurídica é mais complexo e desconhecido na sua formação. É como “ouvir mentalmente” os signos inexequíveis com os nomes científicos, em latim, na sua maioria, que possuem uma representação universal, portanto, é mais afetado por problemas de contexto ou de linguagem para repassar as informações aos réus surdos (TUFMAIL, 2014).

A metodologia da pesquisa é a narrativa (MINAYO, 2012) e qualitativa (GIL, 2008). Com a coleta de depoimentos espontâneos de uma

das Intérpretes que trabalhou na Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência Estadual, no Estado de São Paulo - DPPD/SP, entre os anos de 2014 e 2018, que é Coda (filha de pais surdos) e formada em Letras-Líbras. A composição das equipes junto com a Intérprete no trabalho da Delegacia iniciou-se em fevereiro de 2014 através de capacitações e treinamento. As atividades em si iniciaram em maio/2014 pela equipe multidisciplinar e no início de junho/2014 com a presença da equipe policial.

Ela mostrou as dificuldades e os entendimentos de erros ou de serem lesados pelas pessoas Surdas, tendo não ter entendido ou da intenção ou não de causar o delito obtidos durante as audiências judiciais, de conciliação e de instrução e julgamento que serviram, especialmente, para coleta da prova sinalizada, tendo, ainda, depoimentos das partes ou de prestar como testemunhas a fim de se chegar na resolução de um processo. A Intérprete utilizou várias ferramentas de interpretação que foram:

- a) não utilizou as **terminologias da justiça**, já que as pessoas surdas não são providas da escolaridade e como argumentam os autores (RIBEIRO; MARQUES, 2017) a respeito das opiniões já que “na Antiguidade houve um predomínio de opiniões negativas sobre o surdo como uma pessoa que não poderia ser educada” e repercutiram até a presente data gerando a sua falta de consciência e incapacidade de resolver sobre a acessibilidade linguística das pessoas surdas;
- b) fez uso de “**reformulações**” (LIMA, 2017) de terminologias que é uma das técnicas que oferece ferramenta que auxilia o intérprete a pensar como agir em diferentes circunstâncias. O autor Jones (1998, apud LIMA, 2017) apresentou a teoria de “reformulação”, cuja aplicação é de desenvolver o hábito de nunca dizer algo sem sentido ou fora do contexto, livrando-o, assim, de uma grande quantidade de erros potenciais (JONES, 1998). Na Teoria Interpretativa que possui três postulados básicos: a percepção, a desverbalização e a reverbalização. Focalizando nos dois postulados principais, neste artigo, “percepção” e “reverbalização”, sendo que a primeira, envolve a escuta de uma mensagem e a apreensão de seu significado por meio de um processo contínuo de análise. E focaliza-se a compreensão do sentido (sens) da mensagem, que é a fusão do significado linguístico das palavras e frases com os

complementos cognitivos (LIMA, 2017). Essa possui dois contextos: situacional e cognitivo. No contexto situacional onde os Intérpretes estão envolvidos ou de ser parte integrante do evento, como citam as argumentações dos autores Seleskovitch e Lederer (1995) e Pagura (2003) ou de conhecer o palestrante e o público ao qual este está se dirigindo. E permite que o intérprete compreenda significados relevantes, eliminando a polissemia, utilizando o vocabulário existente de acordo com o dicionário mental das pessoas surdas sem escolaridade (ou mesmo do nível da escolaridade onde eles estão vivenciados). No contexto cognitivo significa na aplicação do saber latente, desverbalizado, já que o intérprete possui sobre o assunto sendo tratado e outros correlatos, que intervêm na compreensão das sequências verbais sucessivas. E na reverbalização propicia a produção de um novo enunciado na língua-alvo, revestindo o sentido desverbalizado de uma nova roupagem, como é o caso dos vocabulários e do nível da escolaridade das pessoas surdas, devido à ausência de domínio das duas línguas: língua portuguesa e língua de sinais brasileira. Neste estágio do processo de interpretação, o intérprete tem a oportunidade de dar uma nova feição à mensagem já compreendida, ou seja, revestir o sentido desverbalizado de uma nova roupagem, e produzir um novo enunciado na língua-alvo, com as explicações, complementando as informações de acordo com o vocabulário do réu ou testemunho das pessoas surdas, inserir uma narração de um dos fatos ou casos corriqueiros e conhecidos da comunidade surda que aconteceram para que possa atingir, com clareza, no seu entendimento, e outros exemplos para determinados conceitos da terminologia de justiça, como é o caso B ocorrida na delegacia:

Uma surda, por volta dos 45 anos, nos procurou para denunciar violência doméstica. Como é de praxe em nosso trabalho multidisciplinar, ela foi assistida pela equipe policial, também pela psicóloga e assistente social. Eu, como intérprete de libras, estava bastante incomodada com a forma que sinalizava para falar das filhas. As suas duas filhas moravam com a tia-avó, e ela usava a todo momento o sinal de guardar (verbo relacionado a objetos) ao se referir a isso. A psicóloga ao entrar em contato com a tia-avó, pode esclarecer que se tratava de uma guarda definitiva. Com muita cautela,

questionei a surda o que significava para ela, ela me explicou que a tia estava guardando (como objetos) suas filhas e que futuramente elas seriam devolvidas. Questionei como ela sabia disso tudo, ela me respondeu que foi ao fórum a pedido da tia-avó e assinou papéis, nesses papéis havia a palavra guarda. Então concluiu que essa era situação-problema que estava envolvida. Não havia intérprete de libras em sua audiência, e sua tia-avó, interessada no caso, foi quem fez a mediação comunicativa. Ressalto que a palavra GUARDAR é de conhecimento de muitos surdos com o sentido relacionado a objetos, até a presente data, sempre que questiono a palavra guarda, todos fazem esse sinal. Eu expliquei a ela o que era uma guarda definitiva, ela expressou toda sua surpresa através dos gritos que mobilizaram toda a delegacia, foi nítida a dor que estava sentindo. Ela mesma relatou o quanto estava se sentindo traída, enganada e pior de tudo não ia ter as filhas de volta. A surda é pessoa fluente em libras, mas viveu um relacionamento abusivo por anos, ela chegou até a delegacia depois de participar de uma das minhas palestras sobre violência.

- c) utilizou os **sinalários** de acordo com o nível de escolaridade dos réus Surdos conforme o caso A:

Uma adolescente surda de 16 anos, nos procurou para relatar que sofria constantemente abusos sexuais por parte de seu padrasto. Em seu relato, nos conta dos abusos que ocorrem por volta de 5 anos. Nenhum familiar sabia ou desconfiava porque aconteciam na ausência de todos e o mais chocante, era que a adolescente acreditava que deveria ser feito, que era normal. Aos domingos, a mãe ia para a igreja, levando todos os irmãos da adolescente. Deixando-a em casa com o padrasto. Ele então colocava DVD'd pornôs e indicava para a adolescente que deveriam fazer como na TV. Isso aconteceu por todo esse período e ela acreditava ser normal por conta da situação colocada para ela, a mãe a deixava sozinha com o padrasto. Acontece que a adolescente conheceu o trabalho em libras, dos Testemunha de Jeová e começou os estudos bíblicos. Semanalmente um membro faz a visita e ministra ensinamentos em libras e em uma dada semana, a temática foi sobre sexo. Foi nesse momento que o mundo da adolescente se revelou, ela compreendeu o que estava acontecendo. Foi extremamente difícil trabalhar esse aspecto com a equipe policial, pois vemos na sociedade que é comum adolescentes ouvintes terem conhecimento sobre sexo, é um assunto tratado no meio escolar de forma natural, porém a adolescente mesmo estando em escola bilingue, apenas conhecia o sinal, mas não tinha conhecimento do conceito e do que se tratava realmente. Durante seu depoimento foi preciso confirmar e reconfirmar por diversas vezes todas as informações

apresentadas para que não houvesse nenhuma falha ou equívoco. Importante destacar, que por ser adolescente, ela ainda estava no ensino fundamental II, tinha repertório linguístico limitado ao conhecimento de mundo dela. Os contatos com outros surdos eram feitos apenas no ambiente escolar.

- d) fez uso de **gestos conhecidos, caseiros e de mímicas** para se comunicar para chegar a um entendimento e captação dos conceitos o que estava sendo dito pelos profissionais da justiça, como é o caso C:

Um rapaz surdo, por volta dos 30 anos, respondendo ao processo de furto qualificado. Não era fluente na Libras, mas com repertório básico sólido para comunicação cotidiana. Conhecimento de mundo limitado ao cotidiano. Durante audiência, o juiz muito solícito com a situação linguística do réu surdo, explicou sobre os procedimentos e regras devido ao fato de ser réu primário. A audiência foi realizada para confirmação da suspensão do processo e o réu instruído a comparecer bimestralmente ao cartório da Vara Criminal para assinar e marcar presença. Durante esse prazo, o réu permanecerá com a passagem e não poderá ter nenhum fato que o desabone, caso contrário o processo deixa de ser suspenso e o réu irá a julgamento. Após esse período, o réu não terá nada constando em seus dados e tal benefício não poderá mais lhe ser concedido caso cometa algum delito. Devido à grande dificuldade o surdo em entender, foi preciso eu instruo-o por repetidas vezes, bem como, com a autorização do juiz, elaborar uma lista com datas em que ele deverá comparecer ao cartório para devida assinatura. A relação temporal é algo extremamente importante para a nossa vida cotidiana, estabelecer o futuro não como algo a acontecer e sim, estruturar cognitivamente em objetivos e/ou ações de pequeno, médio e longo prazo. Infelizmente, o réu surdo tinha baixa escolaridade e convívio com surdos do mesmo perfil.

E as vezes, inexplicavelmente, a sensibilização do juiz se direcionou a razão e obrigou ao réu surdo, não provido da Libras que fizesse o curso de Libras para aprender a se comunicar e de responder como cidadão. Isso se chama de “behaviorismo linguístico”. Segundo Carvalho (2015) essa é uma das respostas influente e amplamente aceita na primeira metade do século XX e era desenvolvida por especialistas em comportamento, como o psicólogo B.F. Skinner, argumentando de que a língua seria adquirida através de um processo de resposta de estímulo.

As pessoas adquirirão e se tornam utentes da língua através da

experiência de estar imerso em um mundo de usuários dessa mesma língua, no caso da Libras. Portanto, a criança, na idade precoce, precisa aprender por imitação, repetição e do acesso contínuo da língua de sinais. Um sinal através da repetição torna-se, associada a um estímulo particular de acordo com o contexto ambiental onde está inserido, e assim construirá uma experiência visual particular. O conhecimento da língua é construído através de nossa experiência, do mundo e do contato com o par linguístico o que foi privado desde a sua infância e adolescência. Segue a narrativa do Caso D:

Um surdo, por volta dos 45 anos, preso em flagrante por violência doméstica. Em acesso de ciúmes, brigou com sua companheira e a esfaqueou no rosto. Ele não era usuário de libras e possuía comunicação própria, caseira para se relacionar com seus familiares. Conversei com ele por 30 minutos, colhi as informações necessárias e me posicionei ao juiz que a audiência com ele seria praticamente impossível, que precisaríamos ser assertivos e mais tranquilos na comunicação a ser realizada. Para minha surpresa, o juiz sensibilizado pela situação, decidiu que sua pena seria um curso de libras, assim notificou a Feneis/SP, exigindo o cumprimento de ensiná-lo o básico. Ao longo de um ano, além dos relatórios enviados pela própria Feneis, tivemos audiências para constatar se realmente o surdo estaria aprendendo libras.

e) fez uso de **percepções de expressões** de emoções próprios;

A estrutura gramatical da Libras onde as expressões faciais e expressões corporais estão inseridos geralmente apresentam significados em cada transmissão de alguns traços emocionais, psíquicas ou do estado emocional da pessoa aos seus interlocutores surdos, assim como os movimentos das sobrancelhas, das bochechas, dos lábios, dos olhos (direcionalidade) e dos corpos. As expressões faciais e corporais com seus traços distintos são uma forma de comunicação não-verbal, portanto é muito fácil quando o réu surdo percebe em sua volta e os Intérpretes quando os conhecem sabem das dificuldades, os anseios, ou das preocupações quando reagem o resultado positivo ou negativo. O mais importante é de se fazer eles serem entendidos para dissipar qualquer dúvida. A expressão foi notada quando o caso B, cuja réu se tomou com surpresa sobre o equívoco do sinal: guardar.

Eu expliquei a ela o que era uma guarda definitiva, ela **expressou toda sua surpresa** através dos gritos que mobilizaram toda a delegacia, foi **nítida a dor** que estava sentindo.

- f) utilizou um **maior tempo** do que o normal para explicar conceitos da área jurídica ou não, sobre os erros cometidos e das legislações sobre esses erros e tempo de punição. O uso de maior tempo faz despertar sobre o conceito de punição, tornando-as mais conscientes sobre os seus atos.

Atualmente, a Intérprete, uma das autoras deste artigo, trabalha em audiências no Tribunal de Justiça de São Paulo, com início em 2013, nas varas trabalhistas e cível. No ano de 2015 através do trabalho na DPPD, passou a atuar na vara criminal até os dias de hoje. Na área criminal é comum os réus surdos estarem envolvidos em tráfico de drogas ou violência doméstica. Em todos os casos, o réu surdo acredita que a deficiência é um atenuante para os crimes que comete, muitos deles não acreditam que serão punidos. Ela, particularmente, constatou que a maioria dos surdos para quem interpretou nas audiências não tem conhecimento do processo e dos fatos pertinentes a ele. Muitos desconhecem o que irá acontecer na audiência ou até mesmo porque precisam estar ali, naquele momento.

Todas as ferramentas de interpretação pela Intérprete, autora deste artigo, prova que existe a necessidade de as pessoas Surdas serem tratadas de forma diferenciada e devem ter acesso à intérpretes de libras e tradutores Surdos quando houver nível de dificuldade de comunicação e podem usar desenhos para se comunicar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Senado. Brasília: DF. 1988. Disponível pelo link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em agosto de 2021.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão. Senado federal. Brasília: DF. 2010. Disponível pelo link: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em agosto de 2021.

BRASIL. Lei de Intérprete, Tradutores e Guias-Intérprete de Libras. Senado federal. Brasília: DF. 2010. Disponível pelo link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm).



Acesso em agosto de 2021

CARVALHO, Julio César Brandão. Considerações sobre a aquisição da Libras e do Português escrito por surdo em um contexto bilíngue. *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*. CapUfpe. Recife. v.1 n.1, p. 135-148. 2015. Disponível pelo link: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/viewFile/14998/17833>. Datado em dezembro de 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível pelo link: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. ArtMed. Porto Alegre. 2004

LIMA, Neumar. O Processo de Reformulação na Interpretação Simultânea. SILO.TIPS: São Paulo, 2017.

LIMA, N. de. O processo de reformulação na interpretação simultânea. In: *Acta Científica, Engenheiro Coelho*, v. 21, n. 1, p. 41-54, jan/abr 2012. Disponível pelo link: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UA1n2rppWrYJ:https://revistas.unasp.edu.br/acta-cientifica/article/view/374+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Data do de dezembro de 2021

LIMA, N. de.; NEVES, C. L. Teorias e técnicas de interpretação. In: SCHÄFFER, A. M.; TORRES, M. L. (Org). *Interpretação: a arte da interpretação simultânea, intermitente e consecutiva*. Engenheiro Coelho: Edição do Autor, 2012.

MINAYO M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, volume 17, número 3, 2012, págs. 621-626. Disponível pelo link: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sM-QhNzG5NmpGBtNMFf/?lang=pt>. Acesso em agosto de 2021.

RIBEIRO, Patrícia dos Santos Figueiredo; MARQUES, Heitor Romero. A inclusão do surdo: uma visão crítica. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, julio-septiembre 2017. Disponível pelos links: <http://www.eumed.net/rev/cccs/2017/03/inclusao-surdo.html>

TURFAIL. A complexidade da tradução jurídica, seus desafios e sua função. Tradução em Revista. São Paulo: PUC-SP, Fascículo 17. 2014. Disponível pelo link: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23655/23655.PDF>. Datado de dezembro de 2021.

## Capítulo 9

# A DIFICULDADE DA INTERPRETAÇÃO DA MÚSICA PARA O SURDO

*Leidlane Cristina da Silva Marques<sup>1</sup>*

*Maria Fernanda da Silva<sup>2</sup>*

*Darlene Seabra de Lira<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais – Libras, foi regulamentada em 2002, pela Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002). Assegurando que a o uso da língua funcionasse no processo de acessibilidade da pessoa surda, em diversos ambientes e órgãos públicos ou privados. Segundo o Art. 1º da Lei, Parágrafo Único:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil (BRASIL, 2002).

A regulamentação da Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002) deu-se pelo Decreto Federal nº 5.626, de 2005 (BRASIL, 2005), que no seu Art. nº 2, define pessoa surda com evidência de correção do texto da Lei, porque define as necessidades de comunicação das pessoas surdas, que,

- 
- 1 Graduada em Pedagogia pela Universidade Maurício de Nassau, Técnica Tradutora/ Intérprete da Língua Brasileira de Sinais pela Escola Estadual Almirante Soares Dutra. E-mail: leidmarques@gmail.com
  - 2 Graduada em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Pernambuco, Técnica Tradutora/ Intérprete da Língua Brasileira de Sinais pela Escola Estadual Almirante Soares Dutra. E-mail: mariananda0730@gmail.com
  - 3 Mestranda em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará, Especialista em Estudos Surdos pela Faculdade Santa Helena, Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, Professora do Curso Letras Libras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: darlenseabra@hotmail.com

segundo a Lei 10.436 estava limitada a ideias e fatos, e inclui a interação e a cultura:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras (BRASIL, 2005, p. 1).

Dessa maneira, a interpretação da música para pessoas surdas pode compor o universo de interação, onde sentimentos podem ser compartilhados. Para Fink (2009), novas maneiras de cantar, dançar e compor devem ser executadas, sem, no entanto, perder o foco da música. Nesse sentido, a música passa a ser diferente, mas não está errada.

Segundo a Lei 10.436 (BRASIL, 2002), a transmissão de ideias e fatos exclui a transmissão da música, uma vez que o conceito musical está fundamentado na audibilidade de outrem, e, segundo Eggebrecht e Dahkhaus (2009, p. 9), a “música conta aquilo que não pode ser transcrito pelas notas”. No entanto, partindo do pressuposto de que o som é a vibração do ar, o som pode ser definido como uma especialidade do toque, logo, a audição pode não ser o único sentido capaz de interpretar o som, já que a vibração pode ser sentida por outras partes do corpo (GLENNIE, 2003).

Nesse cenário surge a importância do intérprete de Libras que assume, não somente a responsabilidade de possibilitar a interação entre pessoas surdas e ouvintes, mas também de evocar emoções através da interpretação de músicas.

A música, na perspectiva da pessoa surda, ainda é novidade e poucos estudos sobre o tema foram realizados. Esta é a primeira motivação para esta pesquisa, que tem por objetivo analisar a dificuldade da interpretação da música para o surdo.

A importância deste estudo justifica-se pela necessidade de inclusão global que a pessoa surda necessita. Apresentar aos surdos as emoções das músicas significa integrá-los no mundo de sentimentos, cultura, arte e informação que podem ser extraídos das músicas.

O papel do intérprete de Libras nesse contexto é importante, porém ainda cerceado por muitas dificuldades derivadas não apenas da limitação dos estudos sobre o tema, mas, também, pelo envolvimento

emocional que a música à pode causar. Desta feita, a pergunta condutora deste trabalho é: como é explicar música para quem não pode ouvir?

A seguir veremos capítulos contando um pouco da história e trajetória da Língua de Sinas, da formação do profissional intérprete em Libras e a Cultura Surda. Contudo mostrando a importância desse profissional e sua luta por reconhecimento, dignidade e inclusão dos Surdos na Sociedade como um todo.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A FORMAÇÃO E A IDENTIDADE DA LÍNGUA DE SINAIS**

Oliveira (2006) afirma que a principal função social da língua é estabelecer o diálogo entre o indivíduo e a sociedade. Mas como esse diálogo foi ou está sendo construído requer uma abordagem mais profunda na Linguística buscando desvendar os princípios da lógica de sua formação, uma vez que se observa que em qualquer língua estudada há princípios universais que as regem.

Nesse panorama está a Libras, que, como qualquer língua, está configurada em princípios universais e regida por uma gramática própria, e tem por finalidade estabelecer a interação entre o indivíduo e a sociedade.

É importante ressaltar e reconhecer a importância da língua especialmente para pessoas surdas porque, historicamente, os surdos eram proibidos de se comunicarem através de sua língua natural, sendo exigido que se aplicassem práticas oralistas para esses indivíduos, cujo fracasso evidente foi a base do reconhecimento da língua de sinais (ALMEIDA, ALMEIDA, 2012; PEIXOTO, 2006; SILVA, SEVERO, 2014).

Apesar da importância da língua de sinais, no Brasil, o reconhecimento só foi oficializado em 2002, com a promulgação da Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, garantindo à pessoa surda o acesso aos serviços de saúde e incluindo a Libras no currículo básico dos cursos de nível superior em Fonoaudiologia e Licenciaturas (BRASIL, 2002). A regulamentação da Lei, no entanto, ocorreu apenas em 2005, com a publicação do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), que

determinou a inclusão da Libras nos cursos superiores de licenciatura, legalizou a formação do docente de Libras, além de contemplar a garantia ao atendimento à saúde da pessoa surda ou com deficiência auditiva.

A língua de sinais constitui-se na língua natural das comunidades surdas. Não se restringe a mímicas e gestos soltos, mas dispõe de regularidade e é regida por uma gramática própria e compõe-se dos mesmos níveis linguísticos da Língua Portuguesa: fonológico, morfológico, sintático e semântico (RODRIGUES, 2007).

Em 1856, o professor francês Eduard Huet, surdo, com formação de mestre em Paris, foi convidado pelo imperador D. Pedro II com o intuito de padronizar a língua de sinais no Brasil a partir do modelo aplicado na França. Essa estadia representou a quebra do paradigma de que os surdos eram incapazes de se educarem (ALMEIDA, ALMEIDA, 2012; MONTEIRO, 2006).

## **BREVE HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DA LÍNGUA DE SINAIS**

A história da língua de sinais confunde-se com a história do movimento das pessoas surdas marcada por conflitos e controvérsias, haja vista que as sociedades sempre impuseram uma segunda língua para os surdos, ou seja, a língua de sinais como a língua natural e a segunda língua da sociedade na qual o surdo está inserido

Em 1880, em Milão, aconteceu o Congresso que reunia os intelectuais da época para uma conferência internacional de educadores surdos. Nesse Congresso ficou determinado que a melhor prática educativa para os surdos era a oralização porque não foram constatados problemas fisiológicos no aparelho fonador nem na emissão da voz, logo, a conclusão foi a de que os surdos não tinham problemas para falar (BAALBAKI, CALDAS, 2011).

É importante ressaltar que a surdez é escalonada por níveis e sua origem pode ser diversificada. As principais causas, podem ser de origem externa ou interna; congênita ou adquirida; genética ou não.

Desde 1857, no Brasil, a mobilização da população surda ou com deficiência auditiva ascendeu a partir da vinda de Eduard Huet, não apenas pela fundação do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos no Rio de

Janeiro, hoje denominado Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), mas, principalmente, por apresentar a capacidade evidente de cognição pertencente à pessoa surda, já que Huet era mestre, com formação em Paris

Em 1873, foi feita a iconografia dos sinais, o que já conferia uma normatização da língua de sinais no Brasil. Essa iconografia estava pautada nos sinais franceses, trazidos por Huet associados aos sinais caseiros utilizados no Brasil (BARROS, 2014).

O avanço da língua de sinais sofreu um duro golpe em 1881, quando foi proibida nas escolas do país. Daí, os professores ouvintes assumiram as posições dos professores surdos (MONTEIRO, 2006).

Até 1911, o INES descumpriu as ordens do Congresso de Milão. A partir desse ano, adotou o método oralista. Aliás, a língua de sinais foi determinantemente proibida mesmo que informalmente (BARROS, 2014).

Em 1930, foi fundada a Associação Brasileira de Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro, composta por um pequeno número de ex-alunos do INES, que teve seu funcionamento efêmero, perdurando até 1947. A partir de 1950, houve mobilização no sentido de fundar associações voltadas e formadas por surdos, tendo por objetivo a inclusão dessa população em eventos esportivos, lúdicos e recreativos. Em 1954, foi fundada a Associação de Surdos-Mudos de São Paulo, e, em 1956, foi fundada a associação de Belo Horizonte. Essas associações promoviam competições esportivas e atividades de lazer para os surdos, sendo esse o máximo de inclusão que essa população atingia (BARROS, 2014; MONTEIRO, 2006).

Brito (2013) admite que a articulação entre pessoas com deficiência no Brasil foi alavancada pela declaração da Organização das Nações Unidas, em 1980, que anunciou que o ano de 1981 seria o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD), o que funcionou como mola propulsora para os líderes do movimento social das pessoas com deficiência, que se manifestaram exatamente no momento de redemocratização do país. Brito (2013, p. 92-93) afirma:

O movimento social das pessoas com deficiência foi de grande importância para assegurar garantias de direitos, particularmente na Constituição Federal de 1988. Tão importante quanto essa

positivação de direitos foi o modo pelo qual eles foram conquistados. Desde as reuniões preparatórias do AIPD no Brasil, as lideranças do movimento buscaram a autoafirmação e autonomia da pessoa com deficiência. Essa agência pode ser interpretada como sendo de franca oposição simbólica à lógica do modelo médico ou assistencialista da deficiência. Rejeitou-se assim qualquer forma de tutela, seja pelo Estado, seja pelas instituições que prestavam atendimento às pessoas com deficiência, seja ainda pelas organizações da área de reabilitação coordenadas por pessoas que não apresentavam deficiência.

Em 1980, aconteceu o 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, mas contou com a participação de poucos surdos, porém foi no 3º Encontro que surgiu, a Comissão de luta pelos Direitos dos Surdos com os participantes do Encontro (BARROS, 2014). Esses, concorreram à diretoria da FENEIDA, em 1987. Vitoriosos, sugeriram um novo estatuto e mudaram a razão social de Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo para Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), cujos objetivos eram de cunho educacional, assistencial e sociocultural para os surdos.

## **A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS**

O Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos (BRASIL, 2004, p. 7 e 11), define “Tradutor-intérprete de língua de sinais - Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita)”.

Em 2005, o Decreto nº 5.626 regulamenta a formação do professor de Libras e do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa (BRASIL, 2005). O Art. nº 18 do Decreto determina:

Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I – Curso de educação profissional;
- II – Cursos de extensão universitária; e
- III – curso de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação (BRASIL, 2005).

O Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos define as atribuições do tradutor-intérprete de Libras e determina que são funções dele:

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito) (BRASIL, 2004, p. 28).

No entanto, o papel do tradutor-intérprete ainda é alvo de controvérsia, porque a presença de intérprete, para alguns estudiosos, não é garantia plena da compreensão do surdo, especialmente se considerarmos os conteúdos vivenciados em sala de aula (BREGONCI, 2012; PEIXOTO, 2006).

Postura divergente assume Lodi (2005), ao afirmar que a pessoa surda constrói sua identidade à medida que estabelece relações tanto com seus pares quanto com pessoas ouvintes. Nesse sentido, é fundamental a presença de tradutores-intérpretes na sociedade para facilitar o elo de relações na construção da identidade social do sujeito.

A pessoa surda tem sua cultura, a cultura surda, e essa não é dominada pelo tradutor-intérprete. A partir dessa discussão, voltemos o olhar para a cultura surda e a importância da música em seu interior.

## **A INCLUSÃO PELAS MÃOS**

Tendo em vista dados históricos, variadas mobilizações e representações da população surda tiveram como meta a inclusão social. A inclusão exigida e necessária, especialmente para os surdos, porque a deficiência, segundo França e Pagliuca (2009, p. 181), “incapacita o indivíduo para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”, significa dizer que a deficiência ainda é entendida como uma incapacidade e não, como deveria, uma diferença,



porque a sociedade está pautada em padrões de normalidade (FRANÇA; PAGLIUCA, 2009; MONTEIRO, 2006).

Esta retração inicia-se ainda no lar. O nascimento de uma criança com deficiência altera a rotina familiar e essa alteração, de uma maneira ou de outra, será cobrada da criança, porque os pais não são preparados nem orientados para receber e cuidar de uma criança com deficiência, fragilizando, assim, a dinâmica familiar (MACIEL, 2000).

A situação agrava-se na medida em que os profissionais de saúde, responsáveis pelo diagnóstico da deficiência, apontam, quase sempre, as limitações da deficiência, diminuindo as possibilidades de socialização do indivíduo deficiente porque quase nunca são informadas as possibilidades de desenvolvimento, os locais de orientação e terapia e as formas de superar as dificuldades advindas da deficiência (MACIEL, 2000).

A esses familiares pede-se que aceitem uma realidade que não desejam e que não é prevista, uma realidade em que os meios sociais e a mídia pouco abordam e, quando o fazem, é de maneira superficial, às vezes preconceituosa e sem apresentar os caminhos para a inclusão social (MACIEL, 2000, p. 53).

Ainda segundo Maciel (2000), “cada deficiência acaba acarretando um tipo de comportamento e suscitando diferentes formas de reações”. No caso de pessoas surdas, as reações são aparentemente menos percebidas, mas causam mais estressante porque assumem o estigma da incapacidade por parecerem pessoas indefesas, sem direitos, porque prevalece o fato de não terem voz audível (DIZEU, CAPORALI, 2005).

Nesse sentido, Bregonci (2012, p. 11) afirma que “a língua é o espaço onde todas essas ações acontecem”, porque o uso da palavra permite ao indivíduo materializar a sua consciência e apresentá-la em um mundo de significados. Significa dizer que a língua funciona como articuladora de relações sociais, especialmente quando os indivíduos falam a mesma língua. No caso dos indivíduos falantes em Libras, não há diferença na comunicação, porque a comunicação não exige uma língua oral-auditiva e pode ser executada pela língua visual-gestual (BEGONCI, 2012; SILVA, SEVERO, 2014).

Daí reconhecer a importância da Libras na inclusão social de pessoas surdas, especialmente sua inserção no espaço escolar. No próximo item, buscaremos entender melhor a prática da Língua Brasileira de

Sinais, apontando os parâmetros e as configurações.

## LIBRAS: A VOZ NO CORPO

A Libras, como qualquer língua natural não é universal, é regida por sua gramática própria e expressa ideias sutis, complexas e abstratas, daí poder afirmar que pode ser comparada a qualquer língua oral em complexidade e expressividade.

A afirmação de que a Libras não é universal significa que existem línguas de sinais francesa, alemã etc. No Brasil, observa-se a regionalização da língua, tal como ocorre com a Língua Portuguesa e também há relatos de uma outra língua de sinais diferente da Libras utilizada por índios urubus-Kaapor, no estado do Amazonas (DAMASCENO et al., 2010).

O alfabeto manual, ou datilologia, é o sistema de representação utilizado pela Libras. As letras do alfabeto da língua oral são representadas pelas mãos. Esses sinais correspondem aos itens lexicais das línguas orais-auditivas. A língua de sinais é regida por cinco parâmetros fundamentais:

**Configuração de mãos** - São sinais idênticos que se diferenciam apenas pela mudança da forma assumida pela mão no momento da articulação do sinal. A configuração de mão é essa forma da mão, a qual compõe a estrutura do sinal;

**Ponto de articulação** - É a área do corpo na qual ou próxima da qual se articula o sinal. Alguns sinais não são realizados no chamado “espaço neutro”, que é o espaço à frente do corpo da pessoa que sinaliza;

**Movimento** - É o movimento realizado pelas mãos do enunciador no espaço. É um parâmetro complexo que pode envolver formas e direções diferentes;

**Orientação ou direcionalidade** - é a direção para a qual a palma da mão aponta quando produzimos o sinal. Existem seis tipos de orientação de mão: para cima e para baixo, para dentro (em direção ao corpo do sinalizador) e para fora, para os lados;

**Expressão facial e ou corporal**- movimentos do corpo, da face, da cabeça e dos olhos realizados no momento da articulação do sinal (DAMASCENO et al., 2010; STUMPF, 2005).

A verdadeira inclusão das pessoas surdas só ocorre se houver a

possibilidade de estabelecer diálogo entre o surdo e o ouvinte. Para Daí a importância do tradutor/intérprete de Libras, que funciona como o elo entre as pessoas.

## **CLASSIFICADORES NA LIBRAS**

Além do uso correto dos Parâmetros, há também a relevância no uso dos chamados Classificadores, que são formas que substituem os nomes que os precedem, ou podem vir junto do verbo para classificar o sujeito. Brito (1995) explica em seu discurso que “os classificadores funcionam, em uma sentença como parte dos verbos de movimento ou de locação” (BRITO, 1995, p.103).

Na Libras os classificadores são formas representadas por configurações de mãos que, relacionadas à coisa, pessoa e animal, funcionam como marcadores de concordância. Assim, na Libras, os classificadores são formas que, substituindo o nome que as precedem, pode vir junto ao verbo para classificar o sujeito ou o objeto que está ligado à ação do verbo.

Quando se fala dos classificadores para pessoa e animal podem ter plural, que é marcado ao se representar duas pessoas ou animais simultaneamente com as duas mãos ou fazendo um movimento repetido em relação ao número, já para coisas representam-se, através da concordância, uma característica desta coisa que está sendo o objeto da ação verbal.

## **LÍNGUA DE SINAIS E INTERPRETAÇÃO DE METÁFORAS**

O uso de tais recursos gramaticais, respeitando parâmetros e classificadores, no processo de interpretação, entra em concordância em principal para a uma função subjetivamente singular para este tipo de atividade, esta função é interpretação de metáforas, comuns na língua oral, e de fato presentes em textos poéticos e musicais.

A metáfora é uma figura de linguagem em que há o emprego de uma palavra ou uma expressão, em um sentido que não é muito comum, em uma relação de semelhança entre dois termos. É um termo que “no latim, «meta» significa “algo” e “phora” significa «sem sentido». Esta palavra foi trazida do grego onde metaphorá significa «mudança» e «transposição»; é a comparação de palavras em que um termo substitui

outro (HOUAISS, 2009.).

Esta figura de linguagem corresponde na substituição de um termo por outro através de uma relação de analogia, muito utilizada no dia a dia é uma ferramenta linguística das línguas orais. Muitas vezes as pessoas não querem ou não conseguem expressar o que realmente sentem. Então falam frases por metáforas onde seu significado fica subentendido sendo também usada como recurso poético.

Mediante esse fator linguístico, cabe-se enfatizar que, a compreensão dessa figura de linguagem pelos não usuários da língua oral como natural, difere consideravelmente da compreensão construídas por ouvintes, falantes nativos de LP, por exemplo. Pois as pessoas surdas possuem experiência de mundo diferenciada da dos ouvintes. Faria (2006), em rara pesquisa sobre a compreensão de metáforas em LSB (Língua de Sinais Brasileira) e LP (Língua Portuguesa), descreve:

As metáforas se processam na LS como em qualquer outra língua e não se restringem a empréstimos adquiridos da LP, mas também, e em grande parte, a estruturas originadas no contexto e motivadas pela significação de mundo partilhada pelos surdos em sua comunidade. É importante que os surdos saibam que as metáforas também estão presentes na LSB e que, normalmente, não são percebidas por que estão naturalizadas por seus falantes. Da mesma forma, estão presentes na LP e naturalizadas pelos ouvintes (FARIA, 2006, p. 180).

O que pode perceber é que o recurso da figura de linguagem é utilizado nas duas línguas, o que dá margens para abertura de transições entre as línguas para compreensão de contextos interpretados entre elas. Se os surdos entenderem que a metáfora é a busca do entendimento de uma coisa por outra, tentarão buscar nos domínios fontes, alvos possíveis dentro da visão do mundo ouvinte e surdo, aplicando-lhes as possibilidades de construção de sentidos e o melhor entendimento do mundo.

## **A CULTURA SURDA, SUA RELAÇÃO COM A MÚSICA E O PAPEL DO TRADUTOR/INTÉRPRETE NA APRESENTAÇÃO MUSICAL**

Ao se fazer todas as relações sobre a Língua de sinais, a Interpretação e as necessidades de relações com a cultura em geral, faz-se

necessária uma ponte entre todos os elementos que permeiam a cultura Surda, suas necessidades, e acessibilidade existente ou não na perspectiva artística aqui citando a música como ponto de análises.

Strobel (2008) afirma que a cultura surda está permeada por esteótipos de cunho preconceituoso, vivido por ela mesma. Após um resfriado muito forte foi necessária a utilização de alta dosagem de antibiótico, o qual deixou como seqüela a surdez profunda.

O relato da Dra. Strobel é relevante porque ela consegue descrever com propriedade o que é ser urdo em uma sociedade que não consegue sensibilizar-se com a surdez, especialmente no convívio escolar. Para Dizeu e Caporali (2005):

A nossa sociedade não está preparada para receber o indivíduo surdo, não lhe oferecendo condições para que se desenvolva e consolide sua linguagem. Sendo assim, podemos depreciar relatos que afirmam ser a surdez causadora de limitações cognitivas e afetivas, pois a verdadeira limitação está nas condições oferecidas a esse sujeito surdo (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 587).

Essa afirmativa é ratificada pela Dra. Karin Strobel em seu próprio relato quando descreve sua infância em colégio oralista, cujo objetivo era fazer com que a criança surda se comunicasse com palavras. A experiência, para Dra. Karin Strobel não foi positiva porque no ambiente escolar as pessoas surdas não tinham liberdade de se expressarem por sinais, o que dificultava o entendimento. Segundo Strobel (2008), apenas quando efetivamente começou a se comunicar em Libras, compreendeu que sua dificuldade não era cognitiva, mas, sim, de entender a Língua Portuguesa sem recorrer à sua língua natural, como preconizavam as escolas da época.

A maior dificuldade consiste, então, no início: na inserção da pessoa surda na sua própria comunidade, pois, conforme já mencionado antes, a família e a sociedade ouvinte não estão preparadas para receber uma pessoa com cultura diferente.

Compreendido o caminho da inclusão social plena para as pessoas surdas, é plausível afirmar que, como qualquer outro sujeito, a comunidade surda também merece ter acesso à cultura em todas as suas formas. Voltando ao olhar para o foco dessa pesquisa, alguns estudos foram realizados buscando entender o papel da música no cotidiano da

pessoa surda.

Segundo Sá (2002), a população surda deve ter acesso à música obedecendo a sua forma, o seu jeito, para que possam desfrutar do toque proporcionado pela música. Também se faz necessário observar se a pessoa surda tem interesse em conhecer música, afinal, nenhuma pessoa é obrigada a gostar de música. Sá (2002, p. 169) afirma:

Surdo nenhum ouve música ou gosta de corais. No coral de surdos tem que prevalecer a expressividade do surdo na arte, não se trata de acompanhar o som. Toda cadência, toda a sequência não tem que ser conforme o som.

Significa dizer que o surdo não está alheio à cultura das pessoas ouvintes, apenas que os ouvintes cobram dos surdos a contemplação pela música como o fazem os ouvintes, estabelecendo essa contemplação como critério padrão.

Pesquisa realizada por Ansay, Maestri e Costa (2013), envolvendo 20 sujeitos surdos, concluíram que a música está presente no cotidiano de pessoas surdas de diferentes formas, pois, ora apresenta-se de forma visual, ora apresenta um fator sensorial. Os autores afirmam que “o processo de escutar está relacionado à percepção dos outros sentidos e não somente o da audição” (ANSAY et al., 2013).

Desta feita, a presença do tradutor-intérprete pode contribuir para a construção da concepção de música da pessoa surda, na medida em que pode facilitar a compreensão por meio de sua interpretação. No entanto, essa interpretação não pode ser aleatória ou integral. Deve-se doar a emoção para que a pessoa surda possa entender que há emoção e que tenha condições de construir a sua própria emoção em relação à música apresentada.

Para o Tradutor\Intérprete de Libras é importante adquirir habilidade para passar emoção em qualquer situação, ainda mais importante se a situação envolve a música. O uso de expressões faciais e corporais, respeito aos parâmetros da Libras e o uso correto dos classificadores, são ingredientes fundamentais na interpretação de uma música para pessoas surdas (ANSAY et al., 2013; KUNTZE, SCHAMBECK, 2013).

O intérprete deve adquirir ritmo, leveza, clareza, delicadeza nos movimentos, expressão facial e corporal, expressões teatrais e facilidade de adaptar textos complexos para Libras.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa de campo aplicada, de caráter qualiquantitativo com caráter opinativo sendo este positivo ou não. A amostra foi de conveniência, uma vez que a população abordada era surda.

A busca dos sujeitos foi por meio das redes sociais da internet, aplicada aos amigos e conhecidos surdos que utilizam o Facebook, e-mail e algumas abordagens nas ruas do Recife e nos ônibus da região metropolitana do Recife.

Participaram da pesquisa 20 surdos, sendo oito captados pelo Facebook, cinco responderam por e-mail, três pessoas foram abordadas em transporte coletivo na Região Metropolitana do Recife, e quatro abordados nas ruas do centro de Recife.

O Instrumento de Coleta teve como base pesquisas de caráter objetivo através de questionários contendo 7 (sete) questões direcionadas à música na comunidade surda.

O questionário esteve destinado a investigar se as pessoas surdas gostavam de música, se tinham algum ritmo preferido, se já assistiram algum show com interpretação em Libras e se essa apresentação foi boa. Também foi questionado se a presença de tradutor-intérprete de Libras em show seria pertinente e se deveria ser obrigatória.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa obedeceu aos seguintes passos:

- 1 - Escolha do tema – as pesquisadoras discutiram o tema que as aproximava durante o curso técnico de tradutor-intérprete de Libras, concluindo que, apesar de poucos profissionais especializados, a interpretação de músicas em Libras eram bem aceita pelas duas, daí a curiosidade de aprofundamento no tema, já que pretendem se especializarem em música;
- 2 - Revisão da literatura – após resolução do tema procedeu-se à revisão da literatura, buscando artigos em Língua Portuguesa e de acesso público pertinentes ao tema e que embasassem a pesquisa;
- 3 - Justificativa – a observação prática das pesquisadoras associada à dificuldade de encontrar trabalhos relativos ao tema, esta pesquisa

não foram limitações para o entendimento das pesquisadoras acerca da música para pessoas surdas, que se constitui em mais um meio de inclusão social;

- 4 - Formulação do problema – a partir da justificativa, buscou-se responder à pergunta condutora: como é explicar música para quem não pode ouvir?
- 5 - Determinação do objetivo – daí surgiu a necessidade de investigar a dificuldade da interpretação da música para o surdo;
- 6 - Coleta de dados – procedeu-se à coleta de dados em locais públicos e pela internet;
- 7 - Tabulação de dados – os dados foram organizados em planilha Excel;
- 8 - Análise e discussão dos resultados – após a organização dos dados, procedeu-se à análise das respostas, buscando entender o significado delas;
- 9 - Conclusão;
- 10 - Redação do Trabalho de Conclusão de Curso.

A presente pesquisa não apresenta riscos aos entrevistados, aos quais foi garantida a privacidade pelo anonimato. Os sujeitos respondentes não foram identificados, sendo os questionários arquivados pelas pesquisadoras para eventuais consultas.

Outro material procedimental aqui serão músicas exponho seus textos e suas adaptações para a Língua de sinais, e também uma mostra importante dessa diferenciação inclusiva em apresentações culturais, onde a dupla a convite de uma banda musical para tornar seu show acessível ao público surdo, tendo uma apresentação em 19 de setembro, na cidade de Abreu Lima no ano de 2013. Sendo está colocada como destaque em reportagem nesta data na Rede Globo Nordeste de Televisão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO**

Perguntados se gostam de música, 17 (85%) dos respondentes afirmaram gostar de música, enquanto 3 (15%) não gostam de música (Gráfico 1).



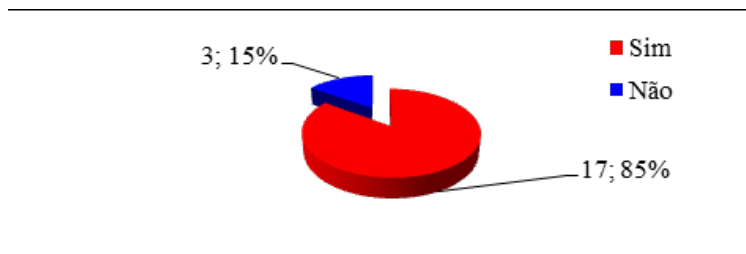


Gráfico 1 – Distribuição das 20 respostas sobre gostar ou não de música

O resultado da primeira questão aumenta a discussão sobre a interferência da música na população surda e concorda com a conclusão de Kuntze e Schambeck (2013, p. 157) que afirmam que “os indivíduos surdos demonstram certo receio relativo a tratar de questões musicais, ou até mesmo incorporar a música no seu cotidiano”.

Apesar de a maioria dos pesquisados (85%) afirmarem gostar de música, a totalidade não se sentiu à vontade para essa afirmação. O receio de incorporar a música em seu cotidiano pode advir do preconceito da própria atividade artística, já que é voltada para o público ouvinte; do preconceito social, que ainda admite que só se ouve com os ouvidos, esquecendo que a vibração também compõe a música, ou, ainda, do próprio indivíduo, por não se sentir capaz ou seguro para interiorizar a música.

Em se tratando da terceira hipótese, a responsabilidade do intérprete aumenta consideravelmente porque, além de traduzir-interpretar a música, deve ter a habilidade de mostrar à pessoa surda que ela é capaz de sentir a emoção que a música almeja tocar em cada pessoa.

Sobre quais ritmos os pesquisados mais gostam, foi admitida mais de uma resposta, sendo o forró (10; 28%) o ritmo mais respondido, seguido pelo rock e funk, cada um preferido por 7 respondentes (19%); a música gospel foi preferência de 6 (17%) respondentes; o axé foi preferido de 2 (6%) e apenas 1 (1,3%) respondente não gostava de nenhum ritmo. Os ritmos sertanejo e brega não forma preferidos por nenhum respondente (Gráfico 2).

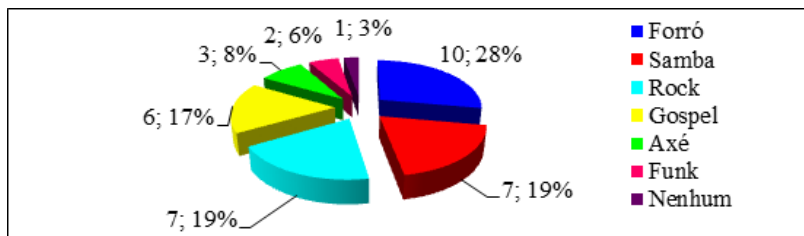


Gráfico 2 – Distribuição dos ritmos preferidos pelos respondentes da pesquisa

Em relação à segunda pergunta, é interessante perceber que a maior parte das pessoas surdas entrevistadas tem preferência pelo forró. Esse fato chamou a atenção por ser o forró um ritmo local, ou seja, a inclusão social da pessoa surda na comunidade ouvinte pareceu concreta, uma vez que se valorizou um ritmo que integra a cultura dos ouvintes locais.

É interessante perceber que apenas um entrevistado não gostava de nenhum ritmo, o que evidenciou uma dicotomia entre as respostas apresentadas na primeira e na segunda questão. Ora, se três pessoas não gostam de música, seria de esperar que, pelo menos três, também não gostasse de nenhum ritmo.

A presença de rock e funk nas respostas também merece atenção porque não são ritmos que integram o dia a dia da comunidade local surda ou ouvinte. Daí, esse item merecer especial atenção porque são ritmos difundidos pela globalização.

A não preferência pelos ritmos sertanejo e brega pode ter sido verificada pelo pequeno número de entrevistados (20 surdos), que é uma limitação da pesquisa.

Em relação à emoção quando visualiza uma interpretação musical em Libras, 13 (65%) respondentes afirmaram que se emocionavam, enquanto 7 (35%) não se emocionavam (Gráfico 3).

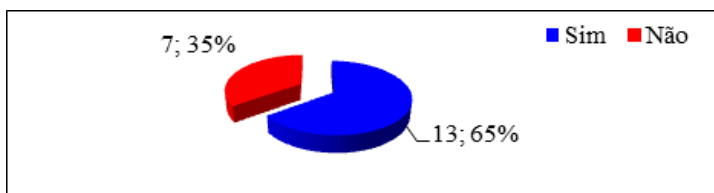


Gráfico 3 – Distribuição das respostas relativas à emoção quando da visualização de uma interpretação musical em Libras

A relação da emoção evocada ao assistir uma interpretação musical em Libras depende da presença do intérprete na apresentação do show. Daí podermos discutir essas respostas conjuntamente com a quarta pergunta do questionário aplicado.

Sobre a presença de intérprete de Libras em shows, 12 (60%) respondentes afirmaram que nunca viram um show com intérprete, enquanto 8 (40%) já presenciaram intérpretes em shows musicais (Gráfico 4).

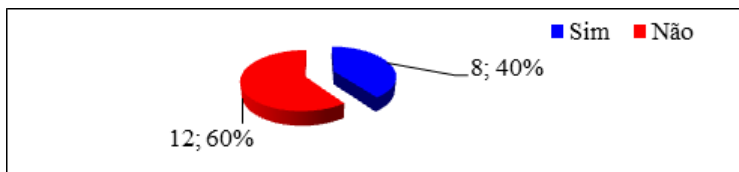


Gráfico 4 – Distribuição da presença de intérprete de Libras

A ausência de intérpretes de Libras em shows foi apontada pela maior parte dos respondentes, no entanto, a maior parte afirma que se emocionam quando visualizam uma interpretação musical em Libras.

Interessante perceber a trajetória que a interpretação musical está sendo conduzida pela população surda, porque, apesar de não presenciarem com frequência intérpretes de Libras em shows, a maioria se emociona quando acontece. Outra perspectiva é a de que a interpretação que emociona a maioria pode ter sido assistida em outras fontes, como internet e sala de aula.

Esse ponto é fundamental porque percebe-se que a população surda, quando tem a oportunidade de ter um intérprete musical, conseguem sentir a emoção da música.

Perguntados sobre a clareza na interpretação de uma música em Libras, 15 (75%) afirmaram compreender e perceber a letra da música, enquanto 4 (20%) não conseguem entender interpretação e 1 (5%) não respondeu (Gráfico 5).

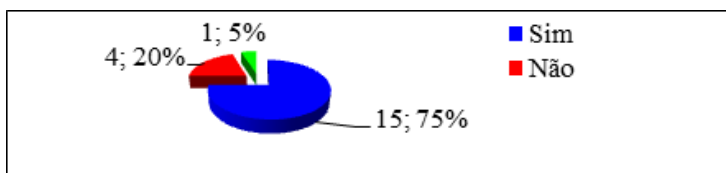


Gráfico 5 – Distribuição da percepção clara da interpretação de música

As respostas dadas ratificam a clareza dada pelos intérpretes musicais. Observa-se que a maioria, além de sentir a emoção da música, compreende claramente a letra da música, evocando sentimentos através da arte. porém, merece atenção o fato de quatro pesquisados afirmarem não conseguir entender a interpretação. Esse aspecto pode apontar para a falta de habilidade do intérprete ou mesmo da resistência da pessoa surda em se inserir na cultura do ouvinte.

Quanto à preferência pela presença de intérprete em Libras em shows, a as respostas foram condizentes com o gosto musical. Dentre os respondentes, 17 (85%) acham que a presença de intérprete deveria ser obrigatória, enquanto 3 (15%) acham dispensável a presença de intérprete em show musical (Gráfico 6).

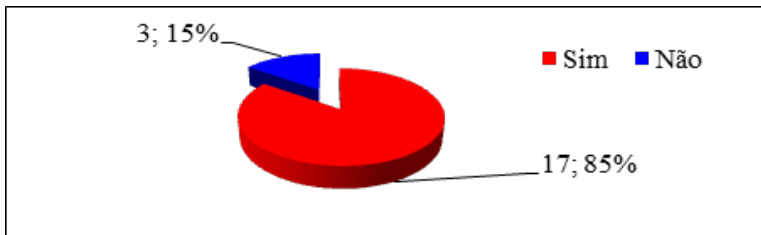


Gráfico 6 – Distribuição da importância da presença de intérpretes em shows musicais, segundo 20 respondentes

Sobre a interferência de interpretações musicais na cultura surda, 11 (55%) afirmaram que não interferia, e, para 9 (45%) essa interpretação atrapalha ou prejudica a cultura surda (Gráfico 7).



Gráfico 7 – Distribuição da interferência da interpretação musical na cultura surda, segundo 20 respondentes

A interferência negativa que a música proporciona na cultura surda foi relatada por 45% dos entrevistados. Essa resistência encontra

apoio na pesquisa de Kuntze e Schambeck (2013), que afirmam que percebem, em sua pesquisa, que o indivíduo surdo resiste em tratar de questões musicais.

Essa resistência pode demonstrar o receio em incorporar a cultura ouvinte, porque a música é tratada como uma ‘exclusividade de quem ouve’, e, assim, a incorporação da música pode significar a supremacia dessa cultura.

Também é relevante perceber que a preservação da cultura surda pela negação da incorporação da música pode apontar para uma quebra de paradigma, porque a música e a expressão proposta por ela devem ser revisadas para serem trabalhadas com pessoas surdas.

Não há de se admitir que o surdo não possa ouvir a música, porque, conforme apresentado, a música não precisa só de ouvidos, porque, se assim admitíssemos, a música seria apenas um fenômeno sonoro, físico. É necessário entender que a música necessita de mais: exige performance, aspectos visuais, dança e outras manifestações secundárias que somadas formam a música.

A resistência exposta por quase metade dos entrevistados aponta para a urgente revisão na formação dos técnicos em tradução-interpretação de Libras, para que se posicionem como elo entre a cultura surda e a música, sem que essa interfira na outra, mas funcione como mais um elemento de compreensão da cultura ouvinte.

## **INTERPRETAÇÕES MUSICAIS**

Para o intérprete passar a emoção que a música pede, é necessário adaptações de metáforas e provérbios da L.P para a L.S. É preciso cuidado na interpretação para que não fique um português sinalizado.

Como exemplo a seguir, trechos da apresentação realizada na palestra- Musicalidade Em Libras- A importância do intérprete para a música, realizada na Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, onde foram apresentados diversos ritmos da L.P para a L.S. Como também a entrevista dada a emissora de televisão, Rede Globo, pela intérprete Maria Fernanda, onde relata sua experiência ao interpretar a convite de uma banda de rock in’roll local, o show em comemoração ao aniversário da cidade de Abreu e Lima.

As músicas apresentadas foram gravadas em mídia (DVD), cuja localização é apresentada ao lado do ícone indicativo da gravação.

Música 1 – Música composta por Jackson do Pandeiro e Nivaldo Lima e interpretada por Jackson do Pandeiro, título: Bumba meu boi<sup>4</sup>:

Tu precisa ir pro Norte  
Ver Bumba meu Boi Bumbá (2x)  
Ê bum bum Bumba meu Boi  
Ê Bumba meu Boi Bumbá  
(Ê bum bumbum Bumba meu boi  
Ê Bumba meu Boi Bumbá)  
Tu precisa ver a dança  
Do reisado imperiá  
Ê bum bum Bumba meu Boi  
Ê Bumba meu Boi Bumbá  
(Ê bum bumbum Bumba meu boi  
Ê Bumba meu Boi Bumbá)  
No dia desse festejo  
Vai toda gente pra rua  
Ê bum bum Bumba meu Boi  
Ê Bumba meu Boi Bumbá  
(Ê bum bumbum Bumba meu boi  
Ê Bumba meu Boi Bumbá)  
Todo mundo quéespiá  
A dança do Boi Bumbá!  
Ê bum bumbum Bumba meu Boi...  
[Repete Tudo]  
Bumba meu Boi Bumbá!  
Bumba meu Boi Bumbá!  
Bumba meu Boi Bumbá!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente pesquisa, foi possível concluir que a população surda ainda apresenta resistência na incorporação da música na sua cultura. Também foi possível constatar que essa resistência se baseia na

---

4 <https://youtu.be/yRBgbcSkPPM>

imposição histórica da cultura oralista em detrimento da cultura própria do surdo.

Essa constatação aumenta a responsabilidade do tradutor-intérprete que deve transpor a barreira da resistência e do preconceito para assumir a postura de apresentar a música para quem não ouve, mas sente, através das emoções transpostas pela musicalidade poética, que envolve a interpretação.

A partir dessa verificação, observa-se que a formação do técnico tradutor-intérprete de Libras é uma categoria profissional que está em franca ascensão porque a mudança da dinâmica social tanto da comunidade ouvinte quanto da surda, está promovendo a difusão da cultura surda e, com isso, aumentando o interesse da população ouvinte por essa cultura. As pessoas parecem mais curiosas para saberem mais sobre os surdos, para entendê-los.

Essa curiosidade é percebida a partir do momento em que os movimentos sociais dos surdos tomaram corpo, e, a partir de 2002, com a promulgação da Lei nº 10.436, a população surda efetivamente foi reconhecida como capaz.

É certo que o Brasil tardou a reconhecer a presença da população surda, o que a deixou por muito tempo marginalizada. As escolas deixaram de ser especializadas, a língua de sinais foi proibida e a pessoa surda foi tratada como incapaz de compreender e de ter vontades, ou seja, os seus direitos não foram respeitados.

Essa discussão é necessária para que a formação profissional do tradutor-intérprete seja cada vez mais abrangente e voltada para a plena integração das culturas surda e ouvinte, transformando o profissional na voz falada ou sinalizada das pessoas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. P.; ALMEIDA, M. E. História de Libras: características e sua estrutura. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 54, 2012.

ANSAY, N. N.; MAESTRI, R. C.; COSTA, A. B. A música no cotidiano de pessoas surdas. In.: FÓRUM PARANAENSE DE MUSICOTERAPIA, Curitiba, 2013. **Anais...** Curitiba, 2013.

BAALBAKI, A.; CALDAS, B. Impacto do Congresso de Milão sobre

a língua de sinais. **Cadernos de Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, v. XV, n. 5, 2011.

BARROS, E. M. Mobilizações políticas e o movimento surdo: sobre os (novos) arranjos das ações coletivas contemporâneas. In.: 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2014, Natal. **Anais...** Natal, 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

BRASIL. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

BREGONCI, A. M. Os surdos, os movimentos sociais e a educação de jovens e adultos. **Revista FACEVV**, Viola Velha, n. 8, jan-jun. 2012.

BRITO, F. O. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) -Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

DAMASCENO, R. H. F.; et al. **Libras: sinais de inclusão**. Alfenas: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS, 2010.

EGGEBRECHT, H. H.; DAHKHAUS, C. **Que é música?** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011.

FARIA, S. P. Metáfora na LSB: debaixo dos panos ou a um palmo de nosso nariz? **Estudos Linguísticos Grupo de Estudos e Subjetividade**, Campinas, v. 7, n. 2, jun. 2006.

FINK, R. **Ensinando música ao aluno surdo: perspectivas para a ação pedagógica inclusiva**. 2009. 235 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem.



**Revista da Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 43, n. 1, p.2009.

GLENNIE, E. Ideas Worth spreading. Palestra, 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IU2V6zNER4g>. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

HOUASSIS, A. **Dicionário Houassis da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro; Instituto Houassis, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultado do Censo Demográfico de 2010. Acessado em 15 de dezembro de 2014.

KUNTZE, V. L.; SCHAMBECK, R. F. Vivências musicais: o olhar do surdo sobre a música. In.: IX ENCONTRO DO GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO, ARTE E INCLUSÃO, Florianópolis, 2013. **Anais...** Florianópolis, 2013.

LODI, A. C. B. Plurilinguismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, set/dez. 2005.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, 2000.

MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **Educação temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, jun. 2006.

OLIVEIRA, S. E. O papel da linguística na formação do professor de Língua. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2006.

PEIXOTO, R. C. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. **Caderno Cedex**, Campinas, v. 26, n. 69, maio/ago. 2006.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In.: SKILLAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RODRIGUES, T. T. Cartilha: Libras – Língua Brasileira de Sinais. **Universidade Estácio de Sá**, 2007.

SÁ, N. R. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da

Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SILVA, K. A.; SEVERO, J. Resenha: Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, 2014.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.

STUMPF, M. R. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting**: línguas de sinais no papel e no computador. Porto Alegre, 2005. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

## Capítulo 10

# TRADUÇÃO DE MÚSICA PARA A LIBRAS: QUAIS OS SENTIDOS?¹

*Francivalda Freitas Ramos*<sup>2</sup>

*Thaisy Bentes*<sup>3</sup>

*Adriana Helena de Oliveira Albano*<sup>4</sup>

*Darlene Seabra de Lira*<sup>5</sup>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a tradução de música para a Língua Brasileira de Sinais - Libras na tentativa de colaborar com o campo pouco acessado nos Estudos da Tradução, o de tradução de músicas para surdos. A música carrega o caráter poético muito importante, contém ritmo, rimas, simetria, sendo a canção uma composição de qualidade literária superior. É um gênero poético e se pode considerá-la como uma linguagem e como tal percebe-se que ela revela muito da identidade e da cultura da comunidade onde é concebida. Nesse sentido, a música, geralmente, não faz parte do universo dos surdos, considerando

- 
- 1 O presente texto é fruto da pesquisa de graduação em Letras Libras da primeira autora, orientada pela segunda autora com contribuição das demais autoras.
  - 2 Graduada em Letras Libras Bacharelado pela Universidade Federal de Roraima. Professora da Educação básica do município de Boa Vista. E-mail: franci.educ@gmail.com.
  - 3 Mestre em Estudos da Tradução (UnB). Professora do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: thaisy.souza@ufopa.edu.br.
  - 4 Doutora em Literatura (Unesp). Professora do departamento de Letras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: drikaalbano@yahoo.br.
  - 5 Mestranda em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará, Especialista em Estudos Surdos pela Faculdade Santa Helena, Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, Professora de Libras da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: darlenseabra@hotmail.com.

que a comunicação desses grupos ocorre de forma visual-espacial e a música como forma de expressão utiliza, majoritariamente, os sons como matéria-prima.

Nessa perspectiva, a ideia de que o surdo rejeita a música é permeada pelas críticas à performance do profissional Tradutor\Intérprete de Libras - TILS. Isso leva a não reflexão das verdades por trás dessa rejeição, não consideram que a tradução musical requer além de uma adaptação cultural, uma adequação sinestésica em que o tradutor/intérprete migra de uma atuação auditiva/sonora para uma integralmente visual.

Em consequência disso, no decorrer da pesquisa bibliográfica para este trabalho, surgiram diversas inquietações ao tentar entender como se dá a tradução e interpretação de conceitos abstratos (sonoros e ritmados) da Língua Portuguesa para a Libras e em como as escolhas no ato de traduzir/interpretar conceitos de cunho poético podem contribuir (ou não) para a compreensão do sujeito surdo.

Outra inquietação recorrente foi entender como adequar ou adaptar um conteúdo poético não só de línguas diferentes, como também de línguas que estão em modalidades diferentes e que são veiculadas por meios distintos, considerando-se que tanto as letras de canções da música popular brasileira quanto a Língua Brasileira de Sinais - Libras possuem suas particularidades.

Para alcançar o objetivo central do trabalho, que consistiu em analisar o estilo de tradução da música pesadão por dois tradutores, foram traçados os seguintes objetivos: apresentar de forma preliminar como estão sendo realizadas as traduções de músicas e demonstrar como a norma surda em tradução pode indicar caminhos para uma atuação tradutória adequada e que contemple aspectos próprios da musicalidade para surdos. Assim, organizamos o texto trazendo primeiramente o conceito da tradução e de interpretação, de tradução musical na perspectiva das pessoas surdas, seguido de alguns exemplos dos procedimentos tradutórios que podem ser usados em textos de línguas de modalidades diferentes. Logo, apresentamos o conceito de norma surda em tradução e de cultura surda, o percurso metodológico e as análises com descrição de trechos da música escolhida, destacando o estilo e estratégias de cada tradutor.

## DESENVOLVIMENTO

### TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO E A MÚSICA

Muitas informações chegam às pessoas surdas por intermédio da tradução e, por meio desse trabalho é possível interagir de forma eficaz com a comunidade surda e com usuários da língua; por isso, não se pode negligenciar a observância do processo tradutório. Mas o que é tradução? Para Guerini o significado de traduzir é:

A palavra *traduzir* deriva do latim *traducere* e, segundo o dicionário *Aurélio*, etimologicamente significa “conduzir além”, “transferir”. Atualmente, seu leque de significados é muito amplo e além do original “transferir” quer dizer, entre outras coisas, também “transpor, transladar de uma língua para outra”, “revelar, explicar, manifestar, explanar”, “representar, simbolizar”. *Traduzir* no sentido de “passar de uma língua a outra” é uma metáfora do ato físico de transferir, (GUERINI, 2008, p. 02).

O livro *Terminologia da Tradução* define interpretação como: “atividade que consiste em estabelecer, simultaneamente ou consecutivamente, a comunicação oral ou gestual entre dois ou vários interlocutores que não falam a mesma língua” (LEE-JAHNKE, 2013, p.65). A partir disso, é possível entender que ao fazer uma interpretação, o profissional pode fazê-lo de maneira simultânea, consecutiva, em voz baixa, entre outros modos de interpretar mediando à comunicação entre surdos e ouvintes.

No Brasil, conforme Rodrigues e Valente (2011), o trabalho de interpretação e tradução em língua de sinais teve início no final da década de 80 através de atividades voluntárias no âmbito religioso, sendo este o nascedouro da profissão de intérprete e tradutor de Libras. Rodrigues e Valente (2011), afirmam que a prática religiosa nos espaços eclesiais objetivava evangelizar o surdo, numa espécie de autoformação em que parentes amigos ou cônjuge das pessoas surdas à época aumentavam o seu repertório linguístico cultural e de tradução no contato com os próprios surdos. Quadros, (2003) confirma que o trabalho do tradutor e intérprete no Brasil teve início nos espaços religiosos e complementa afirmando que a atuação destes ocorreu de forma concomitante ao exercício da cidadania do surdo.

Os Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais - TILS são

profissionais que enfrentam muitos desafios em sua prática. Uma das áreas mais desafiadoras nessa profissão, certamente, é na tradução de músicas. No contexto brasileiro, a adaptação de músicas para língua de sinais é atualmente uma prática comum, principalmente, entre surdos e ouvintes usuários da Libras. O que faz dessa prática motivo de diversos julgamentos, desconfortos e opiniões divergentes, uma vez que “música para surdos”, há pouco tempo, ainda era vista como polêmica ou um tabu.

Culturalmente a música é criada pelo e para o público ouvinte. Contudo, destaca-se que os surdos vivenciam e presenciam situações musicais por toda a vida. Rigo (2019) afirma que há uma década, a ideia de que “música não faz parte da cultura surda” era defendida. A música é um gênero textual sonoro, ou mesmo pode ser poético, composto de rimas ou a ausência dela, mas que requer harmonia entre as notas musicais. Para pensar na música e na relação dela com a comunidade surda requer estabelecer a primazia e a percepção da musicalidade através dos olhos. Assim, uma adaptação para a Libras requer do intérprete uma consciência de que o surdo está inserido no universo do ouvinte e que, assim como há uma importância no acesso à informação, também há importância no acesso à música como instrumento de prazer e cultura.

Karin Strobel é uma das pesquisadoras surdas pioneiras no Brasil, com pesquisas referentes aos elementos culturais dos povos surdos e, com relação à música, a autora se posicionava da seguinte forma:

Música não faz parte da cultura surda, mas os sujeitos surdos podem e tem o direito de conhecê-la como informação e como relação intercultural. São raros os sujeitos surdos que entendem e gostam de música e isto também deve ser respeitado. Respeitando a cultura surda, substituindo as músicas ouvintizadas, surgem os artistas surdos em diferentes contextos como: música-sem-som, dançarinos, atores, poetas, contadores de histórias etc. (STROBEL, 2008, p. 70).

Apesar de a autora perceber a música como elemento cultural ouvinte, desde 2008 já mencionava sobre o direito dos surdos se informarem e se relacionarem interculturalmente com ela. Strobel (2008) já citava também sobre o surgimento de formas de expressão musical surda, como as “músicas-sem-som”, definidas como “coreografias de dança em língua de sinais sem música”. Nessa linha, perceber a música como poesia,

e como as poesias em línguas de sinais são diferentes, pois constroem e revelam-se as identidades das pessoas surdas e, como também, membros de suas comunidades nacionais.

Portanto, o surdo poderá sentir a música mediante a vibração e compreender o sentido e letra através do movimento corporal dos que a executam e do tradutor de língua de sinais. Neste sentido, Ribeiro (2013) afirma que:

As músicas, além dos ouvidos, podem também ser sentidas pela pele e pelos ossos de partes do corpo humano: a pele é o órgão dos sentidos mais vital. Pode-se viver sem audição, visão, olfato, paladar, mas é impossível viver sem a pele. A pele estabelece os limites do corpo, propiciando sua relação com o mundo exterior. É, portanto, um meio de comunicação fundamental com o outro. Ela funciona como um canal de transmissão geral. Daqui se depreende que os sons possam afetar o sujeito também por essa via. E, beneficiando-se dela, o sujeito surdo pode, então, usufruir desse mundo sonoro e reagir a ele. Ouvir com todo o corpo, entrar em sintonia com as vibrações sonoras mediante toda extensão pericorporal é possível ao surdo, bem como ao ouvinte. O conjunto perceptivo multissensorial permite-lhe a vivência musical e, assim, cria canais para a manifestação de sua própria musicalidade, (RIBEIRO, 2013, p. 36).

Ao traduzir a música o tradutor/intérprete produz um novo texto buscando não perder a forma original, mas estabelecer uma relação com o original até a forma da língua alvo - os sinais – a visualidade. Para que isso aconteça, o tradutor/intérprete precisa entender bem a singularidade da identidade surda e ouvinte, compreendendo a língua de ambos, os públicos e partindo do conhecimento linguístico-cultural da LF.

O ato de traduzir exige reflexão sistemática e compreensão das técnicas, o que vem sendo discutido e possibilitado por meio dos Estudos de Tradução e Interpretação em conjunto com os estudos na área da Linguística da Libras. Em Albres e Santiago (2012), temos a compilação dos procedimentos de tradução: o procedimento palavra – por - palavra, por exemplo, a grosso modo corresponde ao que conhecemos como português sinalizado, **é uma** técnica que segundo **não** é adequada para a tradução em **língua de** sinais por não contemplar o sistema linguístico da língua alvo. Essa técnica, conforme a autora torna a enunciação mecânica e artificial. O ideal ao se traduzir um texto, seria buscar a aproximação

do enunciado com a estrutura linguística da língua alvo.

Podemos citar também o procedimento tradutório conhecido como transposição. Nessa técnica observa-se que pode haver mudanças no que se refere a categoria gramatical, sendo que várias classes originais na Língua Portuguesa podem ser reduzidas à uma única na Libras. (SANTIAGO, 2012, p. 42)

Em casos de textos com expressões idiomáticas ou metáforas é preciso conhecer o sentido desses elementos para encontrar uma forma adequada. Esse tipo de estratégia é chamado de modulação e tem como intuito mostrar a ideia da mensagem apresentada no texto original. (ALBRES; SANTIAGO, 2012, p. 43). Em síntese, existem vários procedimentos tradutórios que podem ser utilizados na interpretação de uma música de/para a **língua de sinais**, mas antes passemos a ver sobre a norma surda e como ela pode ser um caminho para as traduções de músicas para a Libras.

## **CULTURA SURDA E A NORMA SURDA EM TRADUÇÃO**

A norma surda em tradução preconizada por Stone (2009) tem base nos estudos surdos e nos estudos culturais, onde ao examinar as diferenças entre tradutores e intérpretes surdos e ouvintes, o teórico entendeu que surdos ou ouvintes estão fortemente ligados por aspectos culturais, ideológicos, políticos e identitários relacionados à língua alvo. Desse modo, “conclui claramente que uma norma surda de tradução nasce de uma comunidade coletiva e heterogênea, na qual os diferentes membros contribuem com habilidades para o coletivo e os tradutores e intérpretes ouvintes e surdos pertencem à mesma comunidade” (STONE, 2009, apud, SOUZA, 2010, p. 21).

Assim, os autores entendem que tanto os tradutores quanto os intérpretes, sejam estes surdos ou ouvintes, estão fortemente ligados por aspectos culturais, ideológicos, políticos e identitários relacionados à língua alvo. Nesse contexto, além das questões apontadas a atividade tradutória tem forte influência política, e referente à manutenção das línguas de sinais no mundo, ocorreu um processo histórico permeado de lutas que refletem até hoje nas reivindicações da pessoa surda pelo reconhecimento de sua autonomia como sujeito cultural e



linguisticamente constituído.

Depreende-se a partir dessas leituras que uma norma surda de tradução se refere à identificação com a comunidade de pessoas surdas que usam a língua de sinais como língua materna e se reconhecem social e culturalmente como surdos, lutando pela garantia dos seus direitos; é uma forma de ser em que “é necessário que conheçamos alguns elementos definidores dessa norma entre eles, elementos que são significados na cultura” (CHIELLA, 2012).

Na norma surda estão imbricados aspectos referentes à língua, cultura e identidade surda, ponto crucial não apenas para a tradução de músicas para a língua de sinais, mas para a tradução de qualquer outro tipo de texto que envolva o par linguístico Português- Libras. Para falar de cultura é necessário esclarecer que esse conceito deriva da Antropologia, sendo originária do inglês *Culture*. Conforme Strobel (2008, p. 30), “cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição de identidades surdas e das almas das comunidades surdas”.

Outro ponto importante no que concerne à cultura surda diz respeito a língua de sinais. No Brasil, a Lei 10.436/02 dispõe sobre a língua brasileira de sinais, essa lei foi regulamentada pelo Decreto 5.626/05 que dispõe sobre a compreensão do que seria alguém considerado surdo e ressalta que a interação dessas pessoas ocorre por meio de experiências visuais, sendo que a manifestação da cultura ocorre principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Assim, a língua de sinais é o maior símbolo cultural do surdo.

## CAMINHOS DA PESQUISA

A partir de uma abordagem qualitativa, buscando o significado dos dados coletados, selecionamos a música e dois intérpretes conhecidos por suas traduções musicais com diversos vídeos no you tube. A música selecionada foi ‘Pesadão’ da cantora Iza com participação especial do cantor Falcão. Os intérpretes selecionados foram: Anne Magalhães<sup>6</sup>, conhecida

---

6 A intérprete não respondeu nossa consulta sobre a autorização das imagens para publicação. Dessa forma, resolvemos não as colocar.

virtualmente pelas interpretações em Libras de música pop e hip hop e por divulgá-las em sua conta no instagram, a intérprete é formada em artes visuais e atua como intérprete de Libras há alguns anos.

O outro Intérprete escolhido se chama Marcelo Gutti<sup>7</sup>, com vasta experiência na área de Libras, o intérprete é Gestor Financeiro, MBA em Marketing, Tradutor\Intérprete de Libras, Guia-Intérprete de surdo cegos, Especialista em Tradução e Interpretação, Especialista em Libras e Educação de Surdos, Graduando em Licenciatura Letras Libras, ator, professor de música, fundador e diretor do Instituto Mãos que cantam<sup>8</sup>.

Após o contato inicial com os vídeos no youtube, buscamos a letra e história da música, bem como a tentativa de um contato pessoal com os intérpretes para autorização das imagens e entrevista sobre os procedimentos por eles utilizados, porém somente um respondeu a nossa consulta. No segundo momento foi realizada a análise da letra da música, assistindo de forma minuciosa com pausas e desaceleração do vídeo a fim de entender melhor os sinais feitos. No terceiro momento foi transcrito os sinais em glosas em que uma palavra é grafada em maiúscula para representar o sinal manual com sentido equivalente, e os sinais não manuais podem ser representados por códigos sobrescritos e o uso do espaço de sinalização pode ser indicado por letras ou números escritos.

De modo a buscar uma descrição pormenorizada e quais estratégias foram utilizadas pelos tradutores intermodais na tradução da música selecionada, definiremos nosso foco unicamente na descrição e comparação entre os dois TILS escolhidos. Cabe ressaltar que o trabalho de descrição, análise e comparação não se sujeita a dizer qual o certo ou errado, melhor ou pior, muito menos apontar erros. Para tanto, foram selecionados seis trechos da música Pesadão, conforme mostra a tabela 01 abaixo. Em seguida foram utilizados *prints* dos vídeos em paralelo as imagens do tradutor A (Gutti) e logo abaixo a imagem da tradutora B (Anne), seguidas das respectivas glosas em Português.

---

7 O intérprete autorizou esta pesquisa com uso das imagens de seus vídeos.

8 Fonte: [pt-br.facebook.com>marcelogutilibras](https://pt-br.facebook.com/marcelogutilibras). Acesso em 2020.

Tabela 01 – Trechos selecionados para análise e comparação

Trecho em Português	Tradução para Libras por Gutti	Tradução para Libras por Anne
Pesadão, pesadão-dão	EU FORTE	PESADO (intensificado pela expressão de esforço + dança)
Para chamar quem não consegue ouvir	DESPREZAR MUNDO	CHAMAR (movimentos extensos) INCLUIR
Do sul ao norte	SUL NORTE	SUL (faz o sinal com CM em L, aproveitando o sinal anterior) NORTE.
Sonoros malotes	MÚSICA FORTE LEGAL (intensifica o sinal com um sorriso)	BATUCAR TAMBORES (classificador) EF/C: infla as bochechas
<i>Game of Thrones</i>	JUNTOS BRINCADEIRA	G-O-T CONHECER-NÃO
O que não mata o pique	ELES TENTAR DESTRUIR	Uso da mão esquerda como o telhado de uma casa, a mão direita faz um sinal icônico correspondente a deixa para lá, ignorar.

Fonte: As autoras

Na primeira parte da música já é possível perceber o uso de estratégias bem diferentes entre os dois tradutores. Enquanto a tradutora B recorre à concatenação de sinais com a mesma configuração de mão, expressões faciais e movimentos corporais para elucidar a ideia prosódica, melódica e poética da música. O tradutor A utiliza de contextos frasais explicativos, em que define o sentido da música por sinais-chave, a qual detalharemos nas linhas a seguir.

## TRADUÇÃO PARA A LIBRAS

Um das primeiras observações na tradução da palavra que dá título à música (pesadão), o tradutor A faz o sinal EU>FORTE, fazendo referência a si mesmo, apontando para si com o dedo indicador; a intensificação do sinal ocorre com o uso das expressões não manuais (facial e corporal), além do sinal ‘forte’ ser feito em alguns momentos dos dois lados do nariz. A intérprete B faz o sinal de pesado, usando expressões

faciais para denotar esforço e equilíbrio.

No segundo trecho escolhido “pra chamar quem não consegue ouvir”, conseguimos perceber bem a diferença. Enquanto Guti traduz por DESPREZO>MUNDO, Anne traduz CHAMAR>INCLUIR. No trecho da expressão ‘do Sul ao Norte’, o intérprete A faz os sinais utilizando as configurações de mãos em ‘S’ á frente do ventre e em ‘N’ á frente dos olhos indicando a distância entre as regiões. Enquanto a tradutora B fez o sinal de Sul com a configuração da mão em L, aparentemente aproveitando o sinal da sentença anterior (com o sinal da palavra ‘antes’) cuja configuração também ocorre em L.

No verso ‘Sonoros malotes’ aparentemente seria uma expressão idiomática (conjunto de duas ou mais palavras cujo sentido literal é impossível de identificar), pois isoladas tem sentidos diferentes, mas conjugadas foram interpretadas de forma semelhante pelos intérpretes, fazendo alusão a audição de uma música. O tradutor A faz os respectivos sinais de MÚSICA>FORTE>LEGAL não fazendo referência ao barulho dos tambores presente nas estratégias da tradutora B. Anne usou o classificador para BATUCAR>TAMBORES intensificando as expressões não manuais (expressões faciais e corporais) com o inflar da bochecha, fazendo referência ao grande ruído implícito na palavra original em Língua Portuguesa.

Na tradução do termo ‘Game Of Thrones’, o tradutor A sinaliza JUNTOS>BRINCAR, referenciando o termo como um momento de diversão, enquanto a tradutora B usa as iniciais da palavra (G.O.T.) e concomitante a isso faz o sinal de CONHECER-NÃO>SÓ, indicando que desconhece o sinal ou que não há um correspondente em Libras.

No trecho 6: ‘o que não mata o pique’, o tradutor A faz os sinais TENTAR>DESTRUIR. A tradutora B faz o movimento em que usa a mão esquerda como o telhado de uma casa e a direita faz um sinal semelhante à deixa para lá ou ignore.

As estratégias utilizadas por cada um supõem a criação de novas estratégias dentro do quadro de Albres e Santiago (2012), pois muitas não correspondem ao que está posto como um procedimento. Isto se deve ao fator modalidade das línguas, os efeitos de modalidades, o que não é o foco neste trabalho por sua extensão, mas cabe a colocação de que as pesquisas sobre tradução e interpretação musical intermodal necessitam

de empenho e dedicação, além do conhecimento sobre processos de tradução e interpretação. Para elucidar tal evidência, na tabela abaixo destacamos as características predominantes entre os dois tradutores.

Tabela 2 – Características das estratégias de tradução musical intermodal

Estratégia/característica		Tradutor	
		A	B
01	Concatenação de sinais com mesma CF inicial	ausente	presente
02	Explicitação do sentido	presente	ausente
03	Plano baixo (sentidos negativos) e plano alto (sentidos positivos)	ausente	presente
04	Dança e movimentos exagerados	ausente	presente

Fonte: As autoras

O quadro acima explana as estratégias observadas na atuação dos tradutores intérpretes. Sobre o ponto 1 a intérprete B sequenciou de forma lógica vários trechos da música utilizando a mesma configuração de mãos, o que produziu um efeito “sonoro visual”. Sobre o ponto 3, a intérprete B também determinou os sinais que denotam bons sentimentos com produção acima da cabeça, o que chamamos de plano alto (por exemplo: ESPERANÇA, SUPERIOR, INTELIGENTE) e no plano baixo, frente ao ventre ou outro local abaixo da cabeça (por exemplo: TRISTEZA e MEDO). Outra característica (ponto 3) da intérprete A foram as danças e movimentos exagerados, destacamos aqui a sinalização feita do termo ‘pesadão’, em que ela além de fazer a expressão de que está segurando algo muito pesado, dança com intensidade demonstrando tentar equilibrar-se com tamanho peso.

O intérprete A deu sentido à letra da música usando sinais literais em grande parte da tradução (ponto 3): DE NOVO>AGORA>CONTINUAR em referência a “segue vibrando” e no trecho “música da alma” fez MÚSICA>ALMA. No trecho “Ainda erguendo os meus castelos, vozes e ecos, só assim não me perdi, sonhos infinitos, vozes e gritos, pra chamar quem não consegue ouvir” temos a predominância da CF inicial em “mãos abertas”. Do trecho todo apenas “ainda erguendo” é traduzido por AINDA e CONSTRUIR (configuração em mãos fechadas) e “só assim não me perdi” por um sinal não identificado. O restante a tradutora

B faz uma sequência de sinais com a mesma configuração de mãos: SONHAR, ÁREA-PASSADO, CHAMAR-INCLUIR.

Não foram encontrados na atuação dos tradutores trechos de português sinalizados. A tradução literal está mais presente no tradutor A, conforme Santiago 2012 (apud Barbosa 2004) esse tipo de tradução utiliza mais a semântica no sentido estrito, adequando a morfossintaxe às normas gramaticais da língua de tradução. É preciso pensar possibilidades, e em alguns momentos até a necessidade de criar maneiras de transmitir os reais sentidos da mensagem, independente das regras e limitações que porventura sejam impostas no ato tradutório ou até mesmo no exercício profissional.

Cabe ressaltar que a distinta forma produzida pelos dois tradutores, o que podemos considerar verificando outras traduções que há um estilo distinto. Porém, para esse tipo de análise há necessidade de outro estudo em que se conceba as diversas traduções realizadas pelos tradutores. Quanto a norma surda em tradução, percebe-se que os tradutores demonstraram pertencimento à comunidade surda, além de apresentarem através de suas traduções uma identificação com a cultura desse povo, fazendo uso do artefato língua de maneira assertiva e dinâmica.

## **CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS**

Neste trabalho tentamos ampliar a compreensão referente às questões tradutórias e interpretativas de músicas, considerando que o público surdo muitas vezes é preterido no que se refere à acessibilidade artística; essa desconsideração ocorre pelo não entendimento de que apesar de não ouvir, sente a música e o estímulo ocorre de forma visual e na vibração.

Percebemos também a importância de conhecer técnicas (no texto nomeado como escolhas ou procedimentos tradutórios) que podem ser utilizadas ao se transpor uma música em língua portuguesa para a língua de sinais, pois tais escolhas viabilizam uma tradução cultural, dando o sentido necessário para a compreensão do surdo.

A proposta de refletir sobre as interpretações do gênero música foram alcançadas e reiteramos a necessidade de ampliá-las com maior embasamento teórico e extensão dos objetivos a fim de aprofundar o tema. Explanamos no trabalho o conceito de norma surda e a importância do

seu conhecimento como um dos caminhos para a interpretação adequada. Esse objetivo foi essencial para tecer outros que não fugiram ao objetivo inicial pelo fato de decorrerem deste, ao lembrarmos que o conhecimento de que a cultura e a língua usadas pelo surdo são essenciais a compreensão de uma norma que reja os atos tradutório e interpretativo.

## REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres (orgs). Português e Libras em diálogo: os procedimentos de tradução e o campo do sentido. IN: NASCIMENTO, M.V.B; CAMARGO, Ana Cláudia dos Santos; LOURENÇO, S.M.E.; MENDES, Regina Maria Russiano; SANTOS, Renata de Souza; FIDELIS, Ester Barbosa (aut.) *Libras em estudo: tradução e interpretação*. São Paulo: Editora FENEIS LTDA, 2012.

CHIELA, Vânia Elizabeth. Libras e Cultura Surda em foco: Reflexões sobre identidades culturais. IN: LOPES, Maura Corcini(org.). *Cultura Surda e Libras*. UNISINOS, 1ª ed., 2012.

CHIELLA, Vânia Elizabeth; LOPES, Maura Corcini. Para repensar o currículo: histórias escolares que os surdos contam. In: Anais: *Congresso latino americano de educación bilingüe para sordos*. Cuba: La Habana, 2005. p. 1-13.

GUERINI. A. *Introdução aos Estudos da Tradução*. Desenvolvimento de material didático ou instrucional – Curso de Letras-Libras à distância, 2008.

PAGURA, RJ. Tradução & interpretação. In: AMORIM, LM., RODRIGUES, CC., and STUPIELLO, ÉNA., orgs. *Tradução &: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

PERLIN, G. T. Surdos: cultura e pedagogia. In. THOMA, A. S., LOPES, M. C. (org). *A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.

QUADROS, R. M. de. *O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Brasília: MEC; SEESP; Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos, 2003.

RIBEIRO, D. P. *Glossário Bilingue da Língua de Sinais Brasileira: criação de Sinais dos Termos da Música*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília -UNB, Brasília, 2013.

RIGO, N. S. *Tradução poética de músicas para língua brasileira de sinais (Libras)*. Rio de Janeiro: Tradução em Revista, n. 27, p. 300-318, 2019.

RODRIGUES, Cristiane Seimitz; VALENTE, Flávia. *Intérprete de Libras*. 1ª ed. Curitiba: IESDE BRASIL, 2011.

SOUZA, Saulo Xavier. *Performance de tradução para a Língua Brasileira de Sinais observadas no curso de Letras Libras*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) Florianópolis: UFSC/CCE.

\_\_\_\_\_; SOUZA, Saulo Xavier. *Aspectos da tradução/encenação na Língua de Sinais brasileira para um ambiente virtual de ensino: prática tradutórias do curso de Letras Libras*. Florianópolis: UFSC/CCE, 2008.

STROBEL, K. L. *As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda*. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

SUTTON-SPENCE, R; QUADROS, R. M. Poesia em Língua de Sinais: traços da identidade surda. In: QUADROS, R. M. (Org.) *Estudos Surdos I*. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

VENUTI, L. *The Translator's Invisibility: a History of Translation*. London and New York: Routledge, 1995.



## Capítulo 11

# O PROCESSO DE TRADUÇÃO AUDIOVISUAL DA LÍNGUA DE SINAIS (TALS) COM O USO DE TÉCNICAS: GLOSINAIS (OU MÉTODO DE ESPELHAMENTO E REINTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS)

*Alessandro Augusto de Souza Vasconcelos<sup>1</sup>*

*Ana Regina Campello<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre os tradutores e intérpretes surdos no Brasil ainda estão em franca expansão, mas as que tematizam estratégias no processo da tradução audiovisual da língua portuguesa (oral ou em dublagem) para a Língua de Sinais Brasileira – LSB continua sendo em pequenos números possíveis.

O crescimento da demanda está em consonância com a Lei Libras (BRASIL, 2002), do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) e da Lei de Intérprete e Tradutores (BRASIL, 2010), e os usos deles são os resultados de pesquisas que trata do novo modo de tradução de língua de sinais, observando a norma surda (STONE, 2009 apud SOUZA, 2010), do uso de Glosinais como ferramenta de trabalho dos Tradutores e Intérpretes (CAMPELLO; CASTRO, 2011), das regras do uso de vídeo e seu posicionamento pela Revista Brasileira de Registro Vídeos em Libras (UFSC) no quesito de roupas e enquadramento visual, e das orientações da FEBRAPILS, no quesito de enquadramento visual durante a pandemia (FEBRAPILS, 2020).

Este presente artigo apresenta as experiências vivenciadas na área

---

1 Instrutor de Libras do CAEER/CAS-PE e Mestrando da UNESP E-mail: alessandro.augusto1995@gmail.com.

2 Dra. Profa. – INES / RJ E-mail: acampello@ines.gov.br.

de tradução de língua de sinais como tradutores surdos, os autores deste artigo, devido às suas experiências visuais (PERLIN, 1998). A autora Lebedeff (2010, p. 177) afirmou que:

se as pesquisas afirmam que o surdo aprende pela experiência visual, seria esperado que as escolas utilizassem a visualidade como estratégia principal nos processos pedagógicos, contudo, isso não ocorre. Ainda com relação à consideração da pesquisadora, ela destaca que há um distanciamento entre o discurso teórico (sujeito surdo é um sujeito visual) e a prática pedagógica (as experiências visuais não são contempladas nas escolas).

Portanto, as disciplinas dos Cursos de Letras Libras não contemplam a formação de Tradutores / Intérpretes de Libras baseando-se na visualidade (CAMPELLO, 2008).

Uma das dificuldades está relacionada à ausência de professores surdos nos Estudos de Tradução. Da segunda, ausência da mudança nos currículos mais atualizados e contemplados de acordo com a demanda de trabalho que estão surgindo nos dias de hoje, por exemplo: audiovisual televisiva e virtuais. Os autores Luchi (2019) e Oliveira (2020) apresentaram diagnósticos importantes e necessários na formação de tradutores e intérpretes. O autor apresentou as cinco subcompetências que comporiam a competência tradutória conforme o modelo do grupo PACTE, além de habilidades de pesquisa e da autora, a inclusão do artefato cultural nos currículos dos cursos:

a apresentação de mais um artefato cultural e a proposta de inclusão de um tema de estudo nos currículos de formação dos TILS que os leve a compreender que o processo de tradução e interpretação vem imbuído de particularidades culturais relevantes para o entendimento por parte do surdo do que está sendo traduzido e/ou interpretado. (OLIVEIRA, Resumo da Tese, 2020)

Tradução na área de Audiovisual e Mídia é pouco explorada. Os autores Araújo e Alves (s/d) mostraram que:

Algumas publicações no país já abordaram a Tradução Audiovisual (TAV) e suas modalidades (legendagem, dublagem, voice-over e audiodescrição), assim como a interface com a tradução e a interpretação em Língua de Sinais (TILS). No entanto, esta é a primeira publicação no país que discute a TAV voltada para a pesquisa em acessibilidade aos meios audiovisuais de pessoas com

deficiência sensorial, sob a denominação de Tradução Audiovisual Acessível (TAVA). Dentre as coletâneas que abordaram a TAV anteriormente, podemos citar o dossiê de TAV (2005) no periódico Cadernos de Tradução da UFSC, o número especial do periódico TradTerm da USP (2007), os livros organizados por Motta e Romeu (2010), Araújo e Aderaldo (2013), Tavares (2013), Vilela, Martins e Leite (2015), Naves, Mauch, Alves e Araújo (2016), Aderaldo, Mascarenhas, Alves, Araújo e Dantas (2016), Carpes (2016) e Mayer e Pinto (2017). (pág. 308)

O autor Vinicius Nascimento, na sua pesquisa intitulada de “Tradução de Libras em materiais audiovisuais: usabilidade de janelas e sincronia verbo-visual no processo tradutório” apresentou três propostas, sendo que a avaliação sobre Janela de Libras nos televisivos jornalísticos foi melhor do que a janela de Libras para Cinema. Aponta também a ausência de formação de Tradutores para atender essa demanda que são poucas.

A outra autora, Karen Fernanda Bianchini da Silva (2015), na sua monografia, aponta os três resultados que permeiam a pesquisa: emoção, ausência de formação específica e desconhecimento da tecnologia disponível tanto pela equipe atual.

Os autores Nascimento e Nogueira (2019) apresentaram análise que mostra os Estudos da TAV que não conseguiram acompanhar a velocidade da ampliação dos direitos sociais das comunidades surdas e nem da presença de sua língua nos diferentes contextos sociais. Mostra, também, a necessidade de olhar para a TALS como ampliação das possibilidades de consumo das produções audiovisuais no Brasil. (Resumo, 2019).

Portanto, na área de TAV, este presente artigo começou a investigar a metodologia utilizada sobre a interpretação da língua oral (LO) através de áudios/sonoros em diversos vídeos (por exemplo, curta/longa-metragem, campanha política, propaganda e outros), com legendagem ou não e usos de transcrição em língua portuguesa da modalidade escrita para a Libras e seus procedimentos tradutórios através de translação textual para língua de sinais.

É muito comum e sempre utilizado como ferramenta de trabalho que consistia o processo de tradução da LO para Libras com suas etapas para realização da tradução audiovisual em língua de sinais, tais como:

- (1) estudos linguísticos na língua fonte;
- (2) escolhas de estratégias da tradução da língua fonte para língua alvo;
- (3) planejamento para realização da quarta etapa;
- (4) gravação da tradução em Libras; e
- (5) revisão da tradução e edição de vídeo.

Assim, o objetivo deste trabalho é compartilhar experiências, a partir da exposição da terceira e quarta etapa do processo de tradução da LO para LSB.

Para esta apresentação, os métodos e recursos de trabalho de tradutores surdos para terceira etapa, como parte de planejamento: uso de *teleprompter* e Glosinais (CAMPELLO; PIMENTA, 2014) ou espelhamento (LUCHI, 2017).

O *teleprompter* é um equipamento vinculado às câmeras de filmagem, com tela transparente para transmitir o texto digitado a ser lido pelo sinalizante para traduzir.

As Glosinais (CAMPELLO; PIMENTA, 2014) são técnicas de “reinterpretação”, “cópia” e “readaptação”, sendo trabalhado pelo tradutor-sinalizante intramodal inversa (em língua fonte) e repassado para outro tradutor-sinalizante intramodal direta (em língua alvo) conforme a Figura 1:

Figura 1 - Uso de Glosinais



Fonte: CAMPELLO; CASTRO (2013)

No decorrer deste artigo, podem deparar com o estranhamento de novas terminologias utilizadas que vem aparecendo nas pesquisas. Esclarecemos que as pesquisas realizadas pelo autor Ferreira (2019) que encontrou a diferença entre os usuários que utilizam diferentes modalidades e línguas e não pela condição de audição. Afinal, todos os Intérpretes / Tradutores que utilizam a primeira ou segunda língua de sinais no campo de trabalho de acordo com a demanda, ganharam suas terminologias distintas para não usar a sua condição de audição, para especificá-los. Os autores Rodrigues (2018) e Ferreira (2019) passaram a denominar os Intérpretes Ouvintes e Surdos (que usam a língua de sinais como modalidade no campo de trabalho):

1) Ouvintes:

a) Modalidade da língua - Rodrigues (2018) - intermodal e vocalização

b) Modalidade gesto-visual - Ferreira (2019) - intramodal e sinalizante intramodal inversa.

2) Surdos:

a) Modalidade da língua - Rodrigues (2018) - intermodal e sinalização

b) Modalidade gesto-visual - Ferreira (2019) - intramodal e sinalizante intramodal direta.

Há também outras estratégias e técnicas na modalidade intralingual, intramodal e simultaneamente, que ocorre durante a gravação. Podemos citar um deles: espelhamento (LUCCHI, 2017) mas o contexto situa no processo de tradução.

A metodologia utilizada na quarta etapa (gravação) neste artigo apontam:

a) a alocação do tradutor sinalizante intramodal inversa (FERREIRA, 2019), ficando atrás do *teleprompter* (ou da câmera de filmagem) e o tradutor-surdo/sinalizante intramodal direta (FERREIRA, 2019) em frente ao *teleprompter* para traduzir da LO (captação de voz através do áudio) para a LSB conforme a Figura 2:

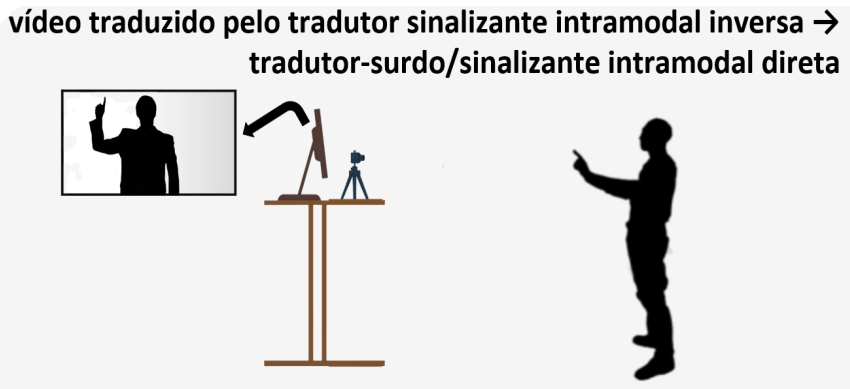
Figura 2 - Tradução intramodal inversa para Tradução intramodal direta



Fonte: elaborado pelo autor (2021)

b) quando não houver a presença do tradutor sinalizante intramodal inversa, receber o vídeo traduzido e incluí-lo na televisão (*SmartTV*) ou *notebook*, substituindo o *teleprompter* e permitindo a “reinterpretação” da língua fonte conforme a Figura 3:

Figura 3 - Tradução intramodal inversa para Tradução intramodal direta

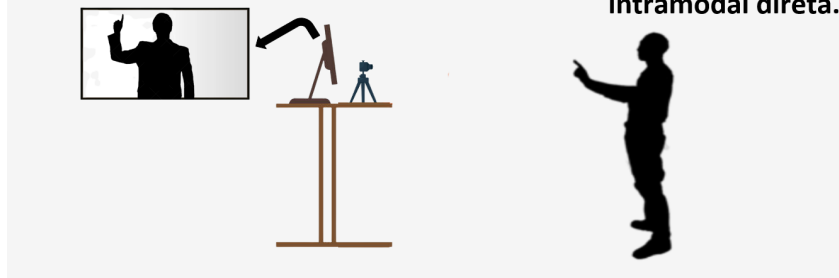


Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

c) o uso do vídeo legendado ou transcrição da língua portuguesa, exigindo que o tradutor surdo sinalizante intramodal direta gravasse em forma de rascunho - através da televisão ou pelo *notebook* - para “copiar” o que foi traduzido pelo próprio tradutor-surdo sinalizante intramodal direta conforme a Figura 4:

Figura 4 - Tradução intramodal direta para Tradução intramodal direta

**vídeo como forma rascunho pelo próprio tradutor-surdo/sinalizante intramodal direta → tradutor-surdo/sinalizante intramodal direta.**



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Os dados apontam que esses métodos são utilizados na modalidade intralingual, intramodal e simultaneamente e possuem suas técnicas com significados/conceitos diferentes da forma de:

- a) “reinterpretação” – É uma tradução intramodal inversa entre língua de sinais das pessoas ouvintes para língua de sinais das pessoas surdas como apoio durante simultaneidade através de áudio/som. Por outro lado, o tradutor intramodal e intralingual que recebe a mensagem interpretada tem o seu critério na escolha da técnica de tradução, suas estratégias e mudanças no ato de tradução inversa em reinterpretação. Porque algumas características da tradução inversa através da língua de sinais das pessoas ouvintes possuem alguns traços distintos e foi necessário estudar durante o seu processo de tradução para atender a satisfação e entendimento do público-alvo: usuários da língua de sinais.
- b) “espelhamento” - É uma tradução intralingual copiada do original sem acréscimos. O original foi filmado e traduzido como rascunho pelo primeiro tradutor em simultaneidade durante a gravação. Por outro lado, o segundo tradutor copia fielmente sem acréscimo.

Concluimos que as etapas “a” “b” utilizaram a “reinterpretação” / “readaptação”; na etapa “c” foi utilizada “cópia”, com uso do vídeo-rascunho até o produto; e a gravação da tradução foi lapidada pelo tradutor surdo/sinalizante da língua fonte para a língua alvo.

Portanto, este artigo apresenta várias possibilidades, estratégias, técnicas de Glosinais no ato de tradução na área de mídia e audiovisual.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Vera Lúcia Santiago; ALVES, Soraya Ferreira. Tradução Audiovisual Acessível (Tava): Audiodescrição, Janela de Libras e Legendagem para Surdos e Ensurdidos. s/d. Disponível pelo link: <https://www.scielo.br/j/tla/a/SPwh3QMQcd8dwgvrFbJwkpN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: DF. 2002. Disponível pelo link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em outubro de 2021.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília: DF. 2010. Disponível pelo link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm). Acesso em outubro de 2021

CAMPELLO, Ana Regina; CASTRO, Nelson Pimenta de. Introdução da Glosinais como ferramenta da tradução / interpretação das pessoas surdas brasileiras. Revista escrita, n. 17, p.1-14, 2013. Disponível pelo link: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=22338@1>. Datado de dezembro de 2021.

FEBRAPILS. Nota Técnica No 01/2017. A Atuação do Tradutor, Intérprete e Guia-Intérprete de Libras e Língua Portuguesa em Materiais Audiovisuais Televisivos e Virtuais. 2017. Disponível pelo link: <https://febrapils.org.br/>. Datado de dezembro de 2021.

FERREIRA, João Gabriel Duarte. Os intérpretes surdos e o processo interpretativo interlínque intramodal gestual-visual da ASL para libras. CCE: UFSC. Florianópolis. 2019. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214607>. Acesso em outubro de 2021.

LUCHI, Marcos. A institucionalização de cursos superiores de formação de tradutores e intérpretes de libras/língua portuguesa no brasil no decênio 2005/2015: o que os cursos esperam de seus alunos? Tese de doutorado. UFSC: CCE. Programa de Pós-Graduação em estudos da tradução: Florianópolis, 2019. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214807>. Datado de dezembro de 2021.



NASCIMENTO, V.; NOGUEIRA, T. C. Tradução Audiovisual e o Direito à Cultura: O Caso da Comunidade Surda. *PERcursos Linguísticos*, v. 9, n. 21, p. 105–132, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/23740>. Acesso em: 24 jan. 2022.

OLIVEIRA, Sônia Marta de. Os Artefatos Culturais Surdo nos Currículos de Graduação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Educação. PUC-MG. 2020. Disponível pelo link: <https://web.sistemas.pucminas.br/BDP/PUC%20Minas/Home/Visualizar?seq=2F2953E5074E8C27A3972EF167C78189>. Datado de Dezembro de 2021.

SILVA, Karen Fernanda Bianchini da. Tradução audiovisual da Língua de Sinais: aspectos emocionais, formação e condição de trabalho. TCC. Letras Libras: Florianópolis, SC. 2015. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/161436>. Acesso em janeiro de 2021.

## Capítulo 12

# DOCUMENTÁRIO BILÍNGUE - EXPERIÊNCIA COLABORATIVA DE TRADUÇÃO INTERLINGUAL

*Alcione Costa de Aquino Pinto Cabral<sup>1</sup>*

*Flávia Roldan Viana<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Cada lugar tem sua história, costumes e características próprias. A motivação deste trabalho está no fato de observar, enquanto profissional da Educação Especial na área de Libras, atuando com alunos surdos, que as histórias, costumes e características dos surdos de cada lugar também precisam ser registradas. E que os próprios surdos ao contá-las tomam consciência do seu lugar, passando a nutrir sentimento de pertencimento e aproximação entre surdos e ouvintes. As relações dos surdos com os outros sujeitos (surdos ou ouvintes) se caracterizam como trocas culturais, dessa forma, essas características culturais fazem parte também da subjetividade das pessoas surdas.

A interculturalidade não é espontânea, nem automática, mas fruto de um processo permanente de diálogo que produz equidade, justiça, inclusão, igualdade e diferença [...] quer dizer re-educação para atrever-se a pensar e a sentir, de novo, à luz de outras tradições culturais. (CANDAU, 2009, p. 110).

Na perspectiva de fomentar a interculturalidade, essa escrita visa

- 
- 1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal-UFRN. Professora e Intérprete vinculada ao Estado do Rio Grande do Norte e a Prefeitura Municipal de Assú. E-mail: alcionekostadeaquino@gmail.com.
  - 2 Doutora em Educação Brasileira. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vinculada ao Centro de Educação (CE), atuante no curso de Licenciatura em Letras/Libras e em Pedagogia. E-mail: flaviarviana@gmail.com.

registrar uma experiência exitosa desenvolvida no contexto da educação inclusiva, em uma escola estadual da cidade de Assu, Rio Grande do Norte. Esta experiência consiste na Produção de um<sup>3</sup> documentário em Libras apresentado por surdos - para surdos e ouvintes. Produzido de forma colaborativa e informal, contando com professores surdos/ouvintes, intérpretes de Libras e alunos surdos matriculados no ensino regular em turmas do Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio e no Atendimento Educacional Especializado em Libras.

Assim, pensar que o próprio surdo pode e deve traduzir e registrar, em Libras, fatos do seu cotidiano e do lugar onde vive é uma iniciativa ousada, contudo, necessária para desenvolver sua fluência e pensamento crítico a partir da sua L1 (Língua de conforto). O incentivo ao protagonismo surdo favorece o sentimento de pertencimento ao lugar de origem e o vínculo identitário com pares surdos, tanto nos espaços de formação, quanto na sociedade.

Dessa forma, vislumbramos o estímulo à prática de ações pedagógicas colaborativas, assim como, o engajamento dos alunos surdos a partir do sentimento de pertencimento, desenvolvimento de sua autonomia para expressar-se a respeito de aspectos históricos e culturais do seu lugar de origem e a proposição de diálogos/discussões relacionadas à tradução de textos protagonizados por sujeitos surdos durante todo seu processo formativo. De maneira que, suscita o seguinte questionamento: Um documentário apresentado por surdos, em Libras, sobre fatos do seu lugar de origem, pode contribuir para o fortalecimento do protagonismo surdo?

Para a tessitura desse relato serão apresentadas duas seções: a primeira, que discorre sobre o gênero documentário a partir da tradução interlingual; e a segunda que descreve as etapas da elaboração e produção do documentário intitulado: Assú narrada por surdos - da invisibilidade ao pódio.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **O GÊNERO DOCUMENTÁRIO A PARTIR DA TRADU-**

---

3 O dicionário online Michaelis define o termo Documentário como “Filme de caráter informativo e/ou didático dedicado a assuntos variados: animais, acontecimentos, grandes personagens ou pessoas famosas, fatos políticos, históricos e culturais, diferentes culturas, arte, emoções, saúde etc.; em geral, são filmes de curta-metragem” também definido pelo Dicionário online de português como “Filme montado com filmagens de acontecimentos reais”.

## ÇÃO INTERLINGUAL

No que concerne ao tipo de tradução, conforme Jakobson (1959) será aqui definida como Tradução interlingual. A atividade de tradução se apresenta bastante específica quando envolve a língua de sinais, e pede alguns cuidados bem diferenciados em relação às demandas do processo de interpretação, uma vez que envolve um maior tempo de estudos e revisão. Até a chegada ao produto final, seja da língua oral (português, inglês etc.) para a Libras, seja da Libras para a língua oral da tradução, é necessária uma atenção extra e uma sistematização dos processos envolvidos na tradução.

Quanto ao gênero documentário, pesquisas comprovam que sua estrutura carrega em si uma função social de entrelaçamento com o registro histórico e a memória cultural. Segundo Nichols (2009), todo filme é um documentário, pois evidencia a cultura que o veiculou enquanto produção. No entanto, há dois tipos de documentários: os de entretenimento (chamados de ficção) e os de representação social (não definidos como ficcionais). Neste texto abordaremos o documentário de representação social, visto que se trata de um trabalho não ficcional.

### ***ETAPAS DA ELABORAÇÃO E PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO - ASSÚ NARRADO POR SURDOS - DA INVISIBILIDADE AO PÓDIO***

#### **PRIMEIRA ETAPA: Investigação Exploratória**

Essa etapa consiste em identificar e analisar o uso do documentário em atividades com protagonismo surdo. Para organizar os dados encontrados foi construído o quadro abaixo a partir de buscas no Youtube.

Quadro 1: Documentários com protagonismo surdo na internet

Título	Link de acesso	Sinopse	Ano
Documentário bilíngue. Luz, Câmera, Ação!	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=R5j-0dXFE9BA">https://www.youtube.com/watch?v=R5j-0dXFE9BA</a>	Oficinas gratuitas oferecidas pelo projeto Luz, Câmera, Ação! Assista aos filmes produzidos pelos alunos e vote no de sua preferência. Ao final, eles vão concorrer a prêmios em concurso cultural na Escola Técnica do Guará!	2019




Sou surdo, não mudo	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=ZLV-80NHBR5w">https://www.youtube.com/watch?v=ZLV-80NHBR5w</a>	Estudo de caso da vida de Neilton Martins de Souza, surdo desde o nascimento, sua relação com a sociedade e com a família, que é composta pela mãe e mais três irmãos, sendo dois também surdos. A análise apresentada, quer desmistificar a ideia que ainda se tem de que um sujeito surdo é incapaz de ter uma vida normal como qualquer outro indivíduo	2019
Filme documentário: Prática de leitura e escrita de Português como L2 para surdos	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=5S-82roto-Qko">https://www.youtube.com/watch?v=5S-82roto-Qko</a>	Relatos de alunos surdos sobre a experiência de participar de oficinas na Palhoça Bilíngue - UFSC envolvendo temas como: Gênero, sustentabilidade, entre outros. O foco das atividades com alunos surdos é favorecer o desenvolvimento da leitura do português como L2.	2019
Mãos que falam, a inclusão surda	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=-zFGWBC-VAR68">https://www.youtube.com/watch?v=-zFGWBC-VAR68</a>	O documentário destaca a vida das pessoas com surdez, residentes em Recife. Numa mistura entre exposição e observação, o filme ora se assemelha a um noticiário de TV - concatenando ideias e argumentos - ora parece apenas captar a realidade do jeito que ela é. Especialistas, pesquisadores, políticos e sociedade civil discutem educação, linguística, tecnologia aplicada aos surdos, políticas públicas e acessibilidade numa sequência de depoimentos, intercalados por relatos da vida real de surdos do Recife.	2011
Uma princesa pra lá de centenária	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=FNep-MinvCDk">https://www.youtube.com/watch?v=FNep-MinvCDk</a>	Com o objetivo de difundir a cultura surda, Crônicas de uma Princesa pra lá de centenária, é um documentário encenado por alunos surdos da Escola Arsênio Ferreira Maia, onde traça breve histórico da memória da Cidade de Limoeiro do Norte, Ceará, que em seu ávido desenvolvimento recebeu o título de Princesa do Vale do Jaguaribe. A produção desta obra vincula-se ao Projeto Palavras para além do som que agrega professores, intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), alunos surdos e ouvintes. A história possui narrativa em LIBRAS, acompanhada de legendas em Português e fundo musical com predominância de músicas regionais, permitindo a apreciação de surdos e ouvintes.	2011

Fonte: Elaboração própria

O documentário *Crônicas de Uma princesa pra lá de centenária* tem como língua alvo a Língua Brasileira de Sinais - Libras, por ter elementos que nos inspiraram a retratar aspectos históricos e culturais do lugar de origem, foi escolhido para ser apresentado de forma um pouco mais detalhada.

Quadro 2: Estrutura do documentário *Crônicas de uma princesa pra lá de centenária*

PARTES DO TEXTO	LÍNGUA FONTE	LÍNGUA ALVO
<p>Título</p> <p>Introdução</p>	<p>Crônica: Uma princesa pra lá de centenária</p>	
<p>Aspectos históricos do lugar</p>	<p>Em 30/08/1897 nascia mais uma cidade a beira do Rio Jaguaribe</p>	
<p>Aspectos históricos do lugar</p>	<p>Das origens a nobreza</p> <p>Das fazendas a cidade.</p> <p>De modesta arquitetura</p> <p>Dos índios payacus aos limoerenses.</p>	
<p>Aspectos geográficos do lugar</p>	<p>Encravada em meio aos carnaubais</p>	

<p>Cultura local</p>	<p>Os encantos da Princesa O ar de nobreza dessa cidade Exprimiu logo cedo os costumes dos grandes centros urbanos</p> <p>Um clássico exemplo foi o cinema.</p>	
<p>Registro histórico sobre o povo surdo do lugar</p>	<p>Alguns nobres... Mestre sombra Agricultor, marceneiro, projetista, Pedreiro, pintor e poeta... Márcio Mendonça Pintor e escultor Com toques suaves, quase mágicos, materializava anjos e santos Rodney Oliveira Era um fotógrafo surdo Fotografava pessoas e Sem perguntar seus nomes Depois saía a procurá-las pelas ruas E logo encontrava o endereço das respectivas pessoas fotografadas Adélia Sua arte não alimentava só o espírito, mas ao corpo</p>	
<p>Conclusão</p>	<p>Lembranças de uma princesa pra lá de centenária Limoeiro do Norte agora ecoa sua história Penetrando no mais profundo silêncio...</p>	

Fonte: GUERRA (2011)

Por fim, observando o conteúdo desta crônica facilmente percebe-se

a presença de elementos da cultura surda associados ao contexto histórico de um determinado lugar – neste caso, a cidade de Limoeiro do Norte-CE.

### **SEGUNDA ETAPA: Reunião colaborativa sobre roteiro e critérios de apresentação**

Nesta etapa, acontece a criação de Roteiro em português escrito (Língua fonte), de forma colaborativa com participação de professores (surdos e ouvintes) e intérpretes. Discussão sobre critérios para a apresentação. Definiu-se que os apresentadores do documentário seriam, prioritariamente, alunos surdos matriculados no Atendimento Educacional Especializado da referida escola.

### **TERCEIRA ETAPA: Seleção de locais de gravação**

Foram selecionados lugares que carregam uma forte representação histórica do lugar. Primeiro: O muro da Escola, que tem um painel com lateral para a Avenida principal da cidade - Avenida Senador João Câmara. Este painel retrata a história da cidade (pintado recentemente pelo artista Gilvan Lopes). Segundo: O interior da escola. Terceiro: Centro Histórico da cidade - lateral da igreja Matriz de São João Batista, e Quarto. O letreiro com o nome da cidade encravado na praça em torno da Igreja Matriz.

### **QUARTA ETAPA: Seleção de fotos com personalidades que marcam a história do lugar**

Foram selecionados ouvintes e surdos que se destacam em diversas áreas da sociedade.

### **QUINTA ETAPA: Gravação de vídeos com alunos surdos**

Para esta etapa há a colaboração da seguinte equipe de produção: Filmagem - Intérpretes Adailton Ramos e Márcia Pereira, Instrutor surdo Paulo Roberto da Costa Cezário e Professora de Libras - Alcione Costa de Aquino Pinto Cabral.

### **SEXTA ETAPA: Edição de imagens**

Na edição de imagens foi utilizado o aplicativo Kinemaster, feita






legendagem e montada a ordem dos vídeos de acordo com o roteiro proposto. O vídeo editado está salvo no Youtube disponível pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=3VWZzqKwI9k>

### SÉTIMA ETAPA: Apresentação no II Festival de Cultura Surda – 2019 – Assú-RN


Nesta etapa acontece a primeira apresentação deste documentário em evento realizado em contexto local com o fim principal de popularizar a cultura surda em suas várias manifestações, assim como desconstruir os mitos relacionados à identidade surda oportunizando a interação entre surdos e ouvintes.

O quadro abaixo retrata a estrutura do documentário com sua primeira versão finalizada. Porém esclarecemos que não se trata de uma tradução comentada como a realizada por Albres (2020), nesta escrita focaremos apenas na estrutura utilizada para contemplar tópicos relacionados à interculturalidade.

Quadro 3. Estrutura do documentário Assu narrada por surdos - Da invisibilidade ao pódio

PARTES DO TEXTO	LÍNGUA FONTE	LÍNGUA ALVO
Introdução	Documentário em Libras Encenado por surdos para surdos e ouvintes	
Título	Assu narrada por surdos - Da invisibilidade ao pódio	
Aspectos históricos do lugar	Olá! No século XIII havia uma terra rica. Tinha lavoura e pecuária. Próximo ao Rio vivia a tribo de Índios Janduis. Mas o homem branco começou uma grande guerra em vários lugares da região. A guerra dos Bárbaros aconteceu no período entre 1687 e 1697.	

<p>Aspectos históricos do lugar</p>	<p>Em 1696 surgiu com o nome Nossa Senhora dos Prazeres. A criação de gado era uma importante atividade econômica ainda nesse período, oficinas de carne seca e extração de cera de carnaúba, base da economia local. O município foi registrado em 22/07/1766. Mudou o nome para Vila Nova da Princesa. Através da Lei nº 124, de 16/10/1845 a cidade ganhou nome de Assú</p>	 <p>O município registrado em 22/07/1766</p>
<p>Cultura local</p>	<p>Aqui tem pessoas importantes! Assú é um pedaço de céu dentro do mundo. Aqui nasceu um poeta famoso. Seu nome é Renato Caldas. Aqui tem dois artistas famosos. O nome deles é Wagner Oliveira e Gilvan Lopes. Aqui tem um jogador de futebol famoso. O nome dele é Gabriel Veron.</p>	 <p>Assú é um pedaço de céu dentro do mundo</p>
<p>Comunidade surda local</p>	<p>O povo surdo de Assu mostra que também é inteligente e capaz. Temos aqui um surdo famoso chamado Francisco José. Ele é uma pessoa muito conhecida na cidade. porque registra em fotos os acontecimentos do dia a dia. Fornecendo as imagens para o blog Focoelho - Fatos e notícias. Ex-presidente e sócio fundador da ASA - Associação de Surdos de Assú. Aqui tem Julianny Barros, primeira surda a se formar em Pedagogia. Aqui tem Paulo Roberto, primeiro surdo de Assú a passar no ENEM e cursar a graduação Letras-Libras-UFPB. Atual vice-presidente da Associação de surdos de Assú</p>	 <p>Aqui tem Julianny Barros surda</p>

<p>Comunidade surda local</p>	<p>Em Assú também tem surdos formando família Oi, tudo bem, boa noite Meu nome é Lucas. L na sobrelha, esse é meu sinal. Minha filha é essa. Aqui é a minha esposa. Meu nome é Jéssica e esse é meu sinal. Essa é minha filha.</p>	
<p>Acessibilidade linguística em símbolo local</p>	<p>Hino Oficial de Assú</p> <p>Qual um canto harmonioso Das aves, pelo ramado</p> <p>A minh'alma te festeja Meu Assú, idolatrado. Torrão bendito hei de amar-te Dentro do meu coração</p> <p>Salve, Assú estremecido, Salve, salve ó meu sertão.</p> <p>Palmeiral da minha terra As várzeas cobrindo estás Tu que és útil pelo inverno E pela seca ainda mais.</p> <p>Valoroso, florescente, Em face dos mais sertões Hão de erguer-te o nosso esforço Nossos bravos corações.</p>	 

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3VWZzqKwI9k>

### OITAVA ETAPA: Avaliação e autorização de uso de imagem

Nesta etapa, após conclusão do vídeo é aplicado formulário contendo um questionário semiestruturado de avaliação e autorização de uso de imagem enviado para pais ou responsáveis pelos surdos, profissionais da educação especial envolvidos na produção do documentário, figuras públicas e pessoas da comunidade surda citadas no documentário.

Quanto ao questionamento inicial: Um documentário apresentado por surdos, em Libras, sobre fatos do seu lugar de origem, pode contribuir

para o fortalecimento do protagonismo surdo?

As respostas obtidas através do questionário, e organizadas no quadro abaixo, nos trarão uma luz para refletir a respeito dessa questão.

Quadro 4: Questionário de Avaliação (Respostas obtidas)

Questionário	Pergunta 1 - Como você se sente ao assistir ao documentário?  Respostas da 1	Pergunta 2 - Como você acha que os alunos surdos que participaram do documentário estão se sentindo?  Respostas da 2
Pais ou responsáveis	<p>- Muito emocionada</p> <p>- Orgulhosa de ver os surdos de Assu se desenvolverem</p> <p>- Feliz por poder expressar na minha língua nativa e ser realmente incluso na comunidade escolar. Porque na maioria das vezes a palavra INCLUSÃO é uma UTOPIA. Porém, esta equipe fez e faz a diferença. Mostrou a nós, estudantes, que somos talentosos que podemos ser, fazer, construir o nosso próprio caminho, tornando útil e mostrando para a sociedade que precisamos de oportunidades e de olhar sensível para a pessoa humana porque todos nós temos alguma limitação. Chega de sermos chamados de “mudinho”, “doido”, “lezado”, não aprendem, chega de não sermos vistos como capazes. Chega de tanta piedade, chega de fazerem de conta que existimos. Demonstraram que em alguns minutos podemos conseguir notoriedade como qualquer outro estudante capacitado. Nós temos nomes, somos inteligentes, talentosos, perfeccionistas. Aqui todos podem. E um dia, no Brasil inteiro, todos poderão. (Texto escrito por mãe junto com aluno surdo)</p> <p>- Feliz por saber q pessoas especiais também tem o seu próprio talento.</p> <p>- Achei muito bom, Assu uma cidade pequena com muita história para contar</p>	<p>- Feliz e grato pelo belo trabalho</p> <p>- Muito felizes e orgulhosos</p> <p>- Nós sentimos que podemos fazer parte de um todo. Sentimos realmente inclusos e foi possível perceber que conseguiremos ir além dos muros da escola e, um dia, ter nossos direitos reconhecidos pela sociedade brasileira de fato. Sentimos que lutar é preciso sempre, mas com esperança de que a Vitória virá. Devagar e sempre. (Texto escrito por mãe junto com aluno surdo)</p> <p>- Feliz com certeza</p> <p>- Estão sentindo emoção porque, eles estão mostrando o que e a cidades deles como surgiu.</p>

<p>Profissionais da Educação Especial</p>	<p>- Eu fico muito feliz, sensação de dever cumprido a partir da proposta lançada.</p> <p>- Feliz em vê o protagonismo dos surdos de Assu. Saíndo da invisibilidade para o mundo.</p> <p>- Privilegiada em assistir o vídeo, muito significativo para cidade de Assu, onde resgata a sua história do município em libras.</p> <p>- Maravilhado com a visibilidade que a comunidade surda tem tido por meio do mesmo.</p>	<p>- Eles se sentiram protagonistas, pessoas capazes mostrando suas habilidades para a sociedade majoritariamente ouvinte.</p> <p>- Acredito que estão sentindo-se felizes por ter tido a oportunidade de serem vistos como sujeitos dotados de inteligência e capacidade, independente de sua deficiência.</p> <p>- Muito orgulhosa e feliz pelo um trabalho brilhante.</p> <p>- Capazes e com motivação para fazer qualquer atividade</p>
<p>Figuras públicas</p>	<p>- Um acréscimo de orgulho e alegria ao ver o quanto essas pessoas potencializam nossa motivação, além da beleza expressiva e essencial dessa linguagem.</p>	<p>- Acho que vou perguntar primeiro a eles (rs). Imagino.</p>
<p>Pessoas surdas</p>	<p>- Gostei ver assistir muito bom excelente, a história da asa com surdos importante.</p> <p>- Bom</p>	<p>- Sim, participação os alunos surdos aprender libras desenvolvimento do futuro melhor.</p> <p>- Bom</p>

Fonte: Elaboração própria

Fica evidenciado que há uma unanimidade no que tange ao sentimento de orgulho com o material produzido por parte de todos os grupos envolvidos. Mas destacamos os depoimentos dos pais e ou responsáveis que expressam muita alegria e gratidão a toda equipe envolvida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há que se tecer algumas considerações sobre os seguintes pontos: a) aspectos históricos de cada lugar, b) Comunidade surda construindo sua história local e c) acessibilidade linguística em espaços públicos.

a) Aspectos históricos de cada lugar - Dessa forma, promover a produção de material audiovisual com surdos da comunidade escolar divulgando elementos das culturas surda/local é uma proposta que pode estimular a interação entre surdos e ouvintes. Entretanto, para além dessa perspectiva, deve-se ressaltar a relevância do material produzido

enquanto registro histórico para a comunidade surda local. Ademais, a visibilidade proporcionada contribui para a desconstrução de ideias capacitistas que ainda existem nas diversas camadas da sociedade.

b) Comunidade surda construindo sua história local - Com base nas observações feitas em Assú e Limoeiro do Norte, por meio das produções apresentadas neste texto, é possível perceber avanços significativos na vida e na formação da comunidade surda. Podendo assim inferir que esses avanços estão acontecendo em muitos outros lugares, porém, poucos são os registros em Libras disponíveis ao público.

c) Acessibilidade linguística em espaços públicos - Acerca deste tópico é necessário lembrar que Skliar (1998) defende que “a língua de sinais seja posta ao alcance de todos os surdos através do desenvolvimento de um processo cultural com a participação dos surdos nos debates linguísticos, educacionais, escolares e de cidadania”. Ao passo que, Strobel (2008), vai além, acreditando que “o desafio é construir uma nova história cultural, com o reconhecimento e o respeito das diferenças, valorização de sua língua, emancipação dos sujeitos surdos de todas as formas de opressão ouvintistas e seu livre desenvolvimento espontâneo da identidade cultural”.

Com base nestes autores acima citados, reforçamos que inserir a língua de sinais no dia a dia da escola e levar o aluno surdo a fazer parte desta construção é uma maneira de transmitir para esse aluno a oportunidade de se identificar com a causa da divulgação da Libras no ambiente escolar e na sociedade local. Além de contribuir para a melhoria de competências linguísticas na língua de sinais por meio do convívio com os pares. Já que em projetos envolvendo o Atendimento Educacional Especializado há a chance de encontros entre surdos de diferentes faixas etárias e diferentes níveis de fluência na própria língua de sinais.

Além disso, deve-se ter ciência que, a inclusão discutida por Sasaki (1997) e Stainback (1999) pensando “a educação de qualidade para todos considerando habilidades e necessidades de cada um” pressupõe que, incluir o aluno surdo no contexto escolar requer articulação e planejamento colaborativo. Há que se ressaltar a necessidade de um planejamento articulado entre os diversos atores do processo para viabilizar projetos voltados para o desenvolvimento do sujeito considerando sua subjetividade.

Em se tratando da forma escolhida para divulgar o documentário, vale lembrar que, em muitos lugares, não há como participar de/organizar eventos culturais divulgando a Literatura e a Cultura Surda. Fato que reforça a necessidade de apresentar a Libras como língua que não precisa ser usada apenas por surdos, mas que deve ser usada por todos na busca de uma inclusão significativa dos surdos na sociedade.

Fica aqui a torcida para que essa prática possa inspirar profissionais da área na articulação com seus pares pela promoção de mais oportunidades para que as pessoas surdas mostrem suas habilidades e que essa troca nos proporcione mais traduções de materiais relacionados à cultura local para a língua de sinais.

## REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva Aquino. **Traduções comentadas de poesias em e traduzidas para Línguas de Sinais: Um método de pesquisa em consolidação.** Artigo. Revista Araticum, v. 21, n. 1. Unimontes, 2020;

BRASIL. Secretaria de Cultura. **Guia para produções audiovisuais acessíveis.** 2016. Disponível em: <https://inclusao.ena.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Guia-para-Producoes-Audiovisuais-Acessiveis-com-audiodescricao-das-imagens-1.pdf> Acesso em 20 jan 2022.

CANDAU, Vera Maria (org.). Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. IN: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GUERRA, M. D. F. **Crônicas de uma Princesa pra lá de centenária.** 2011. Filme. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F-NEpMinvCDk> Acesso jan. 2022.

JAKOBSON, Roman. On **Linguistic Aspects of Translation.** In BROWER, R.A. (Ed.) – On Translation. Cambridge: Harvard University Press, 1959, p. 232-9

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2009.

QUADROS. **O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Ronice Muller de Quadros. 2004.

SALLES, H. M. M. L. **Ensino de línguas de Sinais para Surdos:** caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, 2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEGALA, R. R. **Tradução intermodal e intersemiótica/ interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais.** 2010. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2010

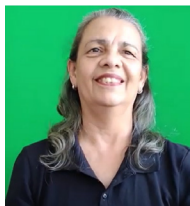
SKLIAR, C. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

STAINBACK, S. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Arte Médica do Sul, 1999.

STROBEL, K. L. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história.** 2008. 176f. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.



## SOBRE OS ORGANIZADORES



**Ana Regina Campello** - Departamento de Ensino Superior - INES e do NEO/DESU/INES; Pesquisadora e Líder do Grupo de Pesquisa: Instrução em Libras como L1 e L2 Professora do Curso de Mestrado de Educação Bilíngue do DESU/INES Professora Colaboradora do Curso de Mestrado Profissional da Diversidade e Inclusão - CMPDI/UFF Professora Colaboradora do Curso de Doutorado do OFCTIn da UFF Proficiente em Prolibras (Libras - Ensino e Tradução/Interpretação) e Celpre-BRA (Língua Portuguesa) Coordenadora Geral do NEO/INES Intérprete de Libras / ASL e Tradutora da LP / Libras. E-mail: [anacampelloines@gmail.com](mailto:anacampelloines@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6945261731062194>.



**Darlene Seabra de Lira** - Mestranda em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará, Especialista em Estudos Surdos pela Faculdade Santa Helena (2009), Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (2007), Proficiência em PROLIBRAS, Professora de Letras Libras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: [darlenseabra@hotmail.com](mailto:darlenseabra@hotmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8783256913537160>.



**Lúcio Costa de Andrade** - Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia Integrada (FATIN). Licenciado em Pedagogia e Filosofia pela Faculdade Santa Fé (FSF). Licenciado em História pela Universidade Estácio de Sá. Licenciado em Letras Libras (UFPB). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (FATIN); Educação Especial e Inclusiva, Docência no Ensino Superior e em Libras (UNIASSELVI). Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica – ProfePT – (IFPE). Professor Lotado na Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco – SEDUC. Gestor Adjunto do CAEER – Centro de Atendimento Educacional Especializado do Recife. E-mail: [profluciocosta@gmail.com](mailto:profluciocosta@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8681730340696162>.

